

A SEMANA

na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

06 a 12 de agosto de 1991 - nº 0

CAVACO VISITARÁ ANGOLA ANTES DE GONZÁLEZ E COLLOR

Portugal procura manter a dianteira em Angola e colher os frutos do seu papel nas negociações de paz. O primeiro-ministro português visitará Luanda em 25 de agosto e teria sido o próprio governo angolano a solicitar essa participação, pois ela pode contribuir para evitar problemas na aplicação da paz.

O presidente Collor irá em setembro, numa viagem que se estenderá ao Zimbábue e a Moçambique.

A visita do premier Filipe González reflete o papel cada vez mais importante que os investimentos espanhóis desempenham em Angola, país prioritário para eles na África (p.10)

ANC INSISTE NUM GOVERNO DE TRANSIÇÃO-

Remodelação ministerial na África do Sul não convence nacionalistas negros.

O ANC deseja a convocação imediata de uma "conferência de todos os partidos" cuja principal tarefa será "discutir a criação de um governo de transição". "O presidente de Klerk rejeitou o conceito de governo de transição, aceitando no entanto "arranjos transitórios" que deveriam constituir" a ordem do dia de uma conferência multipartidária."

Ainda sobre o escândalo Inkathagate: o jornal britânico Independent anunciou que os serviços secretos sul-africanos ajudaram a Inkatha desde 1974, e a CIA também colaborou. (p.35).

Informativo de circulação restrita editado pelo programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS - CEEA do Conjunto Universitário Cândido Mendes.
Responsável: José Maria N. Pereira. Elaboração: Colin Darch, Edson Borges, Francisco E. Novello, Marcelo Bittencourt Pinto e Rogério A. Schmitt.
Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembleia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (021) 2310648.
Rio de Janeiro - Brasil Cep: 20011.

O RENDER DOS CONSERVADORES (África do Sul)

O governo de Klerk, pressionado pelo escândalo Inkathagate, procedeu a uma reforma ministerial. Os ministros da Defesa, Magnus Malan, e o da Lei e da Ordem, Adrian Vlok, foram destituídos dos seus cargos e passaram a ocupar pastas secundárias no governo. Três outros ministros foram também trocados por reformistas da nova geração. O substituto de Malan, Roelf Meyer, 44 anos, esteve no centro do processo que levou às negociações com o ANC.

É a primeira vez em 25 anos que a Defesa deixa de estar nas mãos de um "falção" militar. Ao chamar para o governo jovens de segundo plano, de Klerk ganha maior amplitude para controlar zonas nevrálgicas do poder. (p.34)

A matéria **QUEM ENTRA E QUEM SAI** (p.37) aponta características dos políticos envolvidos nesta reforma ministerial.

MAPUTO E RENAMO DE NOVO À MESA APÓS DOIS MESES DE JEJUM (Moçambique)

As delegações do governo moçambicano e da Renamo retomaram as negociações de paz, em Roma, sob a égide da Igreja Católica (Comunidade de Santo Egídio). Chefiam as delegações: Armando Guebuza, pelo governo, e Raúl Domingues, pela Renamo.

A dificuldade nesta sétima rodada de negociações está na questão da lei eleitoral. A Renamo tem se recusado a inscrever-se como partido [como as outras organizações políticas o têm feito] junto às autoridades moçambicanas. Ela pretende fazê-lo somente diante de uma comissão neutra, como uma da ONU, por exemplo. (p.26). Na mesma página, a matéria **A ESPERA DO "GRANDE PRETO"** sublinha a necessidade de uma participação direta da África do Sul nas negociações. O branco que quer ser "o grande preto do sul" é o presidente de Klerk. Fala-se em Maputo que enquanto a África do Sul não participar oficialmente, com estatuto reconhecido, as negociações continuarão a marcar passo. Embora a Itália e a Igreja Católica gozem de um alto prestígio moral, é pequeno o seu poder de pressão. Esse poder, contudo, é bem grande da parte do governo sul-africano, que fez e ainda faz parte do conflito, não só pela sua ajuda à Renamo como por ser a única potência da região. Pretória quer fazer dessa negociação de paz um grande trunfo político para ser exibido em toda a África, bem como gostaria de controlar o seu processo.

Portugal e os EUA também são considerados como participantes importantes a entrar nas negociações de paz. Ver também as matérias: **O QUE A RENAMO EXIGE NAS NEGOCIAÇÕES DE ROMA** (p.27) e **RETICÊNCIAS DE MAPUTO MANTÉM PORTUGAL À DISTÂNCIA** (p.27).

EXPORTAÇÕES PARA ANGOLA: TRADINGS QUEIXAM-SE DE CHANTAGEM

As empresas portuguesas que exportam para Angola estão tendo problemas com o controle — considerado indevido — que a multinacional SGS (Société Générale de Surveillance) mantém sobre os preços dessas transações.

A SGS foi contratada pelo governo angolano para fiscalizar, à saída dos países de origem, todas as mercadorias para Angola que necessitem de carta de crédito do Banco Central de Luanda. As negociações de preço feitas pela SGS estão incluídas nesse contrato.

As empresas portuguesas não têm concordado com os preços fixados, e se não baixarem até o valor pretendido pela SGS as mercadorias não seguem (p.11).

AIP ELABORA ESTUDOS SOBRE MERCADOS AFRICANOS (PALOP)

A Associação Industrial Portuguesa realizará três estudos de mercado, em Angola-Namíbia, Moçambique-África do Sul, Guiné Bissau-Cabo Verde -Senegal. O texto trata do objetivo dos estudos, de sua base regional, de seus custos, dos executantes e o destino da informação obtida. (p.01)

UNITA SÓ IRÁ PARA O GOVERNO SE OBTIVER A MAIORIA NAS ELEIÇÕES (Angola)

Em visita a Lisboa e Porto, Jonas Savimbi, líder da UNITA, encontrou-se com empresários do norte de Portugal, reafirmando seu empenho no restabelecimento da economia de mercado em Angola, e dizendo-se contrário à participação de sua organização em coligações partidárias. Aborda também problemas relativos ao cessar-fogo, indenizações, e acesso dos partidos aos meios de comunicação. (p.02).

SAVIMBI É O NOSSO HOMEM (Angola)

Oito dias após o desembarque em Luanda, a UNITA realizou o seu primeiro comício político na praça Maria da Fonte. O ato agrupou cerca de oito mil simpatizantes e aderentes. Governo e UNITA lançaram o primeiro balão de ensaio democrático, numa zona onde o MPLA tem a sua base de apoio principal. A segurança do ato foi efetuada pela polícia angolana com 200 homens; apesar disso, os dirigentes da UNITA estavam armados. A grande surpresa ficou por conta da revelação da estrutura clandestina da UNITA em Luanda (p.03).

QUEREMOS EVITAR RESENTIMENTOS A TODO CUSTO (Angola)

Marcolino Moco, Secretário Geral do MPLA, em entrevista ao Expresso, apresenta um projeto eleitoral que visa reabilitar a imagem do governo de Luanda. Fala das razões que levaram à manutenção dos militares na estrutura dirigente do MPLA; analisa o discurso da UNITA à chegada em Luanda, e destaca a nova postura do MPLA de regresso ao meio rural. A sua nomeação tem sido interpretada, por ser ovimbundo, como fruto da nova preocupação étnica do MPLA. (p.04).

PÓS-GUERRA: TAREFA DIFÍCIL PARA PRESIDENTE DOS SANTOS (Angola)

O artigo enumera as questões que compõem a agenda do presidente angolano: a dívida com a URSS (e o interesse desta em permanecer com presença efetiva na região), o regresso de angolanos do exterior e o desarmamento da população. (pp.05 e 06).

ATRASSO NAS LIBERTAÇÕES (Angola)

A libertação dos prisioneiros de guerra em Angola afigura-se problemática, devido à inexistência de um consenso entre as partes, desconfiando o governo da veracidade da afirmação da UNITA de que os prisioneiros que se encontram na Jamba pretendem permanecer nas áreas controladas pelo movimento de Savimbi. O artigo trata da proposta do governo da formação de uma comissão trilateral para a visita aos prisioneiros, da má condução do processo, do atraso na formalização dos mecanismos de fiscalização, e dos problemas que tudo isto causa para a formação do exército unificado. (p.08).

O ABRAÇO DE FERRO (Angola)

O artigo trata dos problemas no processo de libertação dos prisioneiros de guerra, enfatizando uma má vontade por parte da UNITA, destacando a suspensão por parte dela da libertação dos primeiros detidos, a contradição de suas afirmativas públicas acerca da questão, os seus esforços em reforçar a CCPM às expensas do governo e a pressão exercida sobre os prisioneiros. Menciona ainda a lista de pessoas que teriam sido mortas por ordem de Savimbi, trazida a público pelo FDA, partido formado de uma dissidência da UNITA. (p.09).

MILHARES DE DESAPARECIDOS EM ANGOLA

O artigo aborda o pouco interesse demonstrado pelos angolanos pela luta política, tratando dos problemas do processo de libertação dos prisioneiros de guerra. Destaca o fato de que muitos estão simplesmente desaparecidos, e que os números do governo e da oposição não coincidem. Menciona a lista de vítimas da "repressão Savimbista" publicada pelo FDA, e a dúvida acerca da veracidade das declarações da UNITA, de que os prisioneiros em sua maioria integraram-se ao movimento de Savimbi, reafirmando a necessidade de medidas efetivas para a identificação dos desaparecidos. (p.14).

INVESTIMENTO EM ANGOLA TERÁ DE SER LIBERALIZADO

Em um encontro que teve lugar recentemente, o empresariado angolano reafirmou sua reivindicação de um papel ativo na reestruturação do país. A matéria trata de uma série de medidas que deveriam ser postas em prática para a diminuição da intervenção do Estado na economia, e para que a cooperação passe a ser feita diretamente com os agentes econômicos angolanos. (p.15).

O PESADELO DO PAICV (Cabo Verde)

O governo da cidade da Praia decretou que os bens do PAICV obtidos por meio do Orçamento Geral do Estado sejam declarados propriedade pública. A matéria trata das negociações entre o PAICV e o governo para a solução dos contenciosos surgidos em virtude desta decisão, destacando a despreocupação anterior do PAICV em adquirir as instalações onde funcionavam suas repartições, entre as quais sua sede nacional. (p.17).

NÚCLEO DO PAIGC CRITICA GOVERNO (Guiné-Bissau)
"NINO" VIEIRA EM SITUAÇÃO DIFÍCIL

As duas matérias tratam da situação política na Guiné-Bissau, destacando a dificuldade encontrada pelo governo para equacionar os problemas surgidos com a abertura econômica e política, mencionando a resistência às mudanças por parte da ala conservadora do PAIGV (que controla o Comitê Central), as críticas do grupo renovador do partido à situação atual e à política do governo, os ataques da oposição à falta de transparência do regime e a flexibilidade do presidente "Nino" Vieira, que admitiu a necessidade de um maior diálogo entre os atores políticos. (pp. 18 e 19).

PAIGC CONVOCA CONGRESSO (Guiné-Bissau)

O artigo trata da reação do PAIGC à nova configuração política do país, marcada pela emergência de setores divergentes no interior do partido — grupo dos 121 — e de uma oposição que tenta sair da clandestinidade. Menciona a necessidade do diálogo, capaz de prevenir um possível recurso à força por parte dos conservadores, e destaca a confirmação do V Congresso do PAIGC para novembro deste ano. (p.20).

PERSISTEM MISTÉRIOS DA INTENTONA (Moçambique)

O artigo trata das circunstâncias do frustrado golpe de junho, apontando alguns dos possíveis objetivos da articulação, os elementos envolvidos (ou não), as repercussões imediatas, concluindo com uma consideração acerca do presidente Chissano e do desejo de reformulação das Forças Armadas. (p.22).

FRELIMO REÚNE CONGRESSO EM AGOSTO (Moçambique)

O artigo constitui-se em uma análise política de situação atual moçambicana; definindo-a como delicada e perigosa, para o grupo do presidente Chissano. O ponto principal da situação é o ambiente de contestação em alguns círculos do generalato moçambicano, que sentem-se afastados das decisões mais importantes. O artigo destaca ainda a importância do próximo congresso da FRELIMO, no que se refere à definição de novas estratégias face a realidade atual. (p.23).

OS "FALCÕES DE MAPUTO" (Moçambique)

Para o articulista (Fernando Couto), o frustrado golpe de Estado de junho demonstra que a RENAMO deveria mudar radicalmente sua estratégia, pois a insistência na luta armada fortalece o grupo da linha dura da FRELIMO. O artigo trata da repercussão mediática do golpe, da insatisfação de setores militares da FRELIMO que perderam grande parte de seu espaço político, o interesse que a FRELIMO teria em não terminar a guerra imediatamente, e da perspectiva de transferência das negociações de paz para Lisboa. (p.24).

SA MILITARY "GIVING ARMS TO INKATHA" (África do Sul).

Nico Basson, que afirma ter trabalhado para os serviços de inteligência da África do Sul, denuncia que a SADF (Força de Defesa da África do Sul) patrocinaria deliberadamente a violência nas "townships", fornecendo armas ao Inkatha, e pretenderia intervir discretamente nas eleições de 1992 em Angola, favorecendo a UNITA. O artigo comenta a validade destas afirmações, e apresenta as reações dos envolvidos, SADF e Inkatha (p.31).

OS SUL+AFRICANOS VÃO MESMO NEGOCIAR

Após a agitação política devido à revelação de que o governo do presidente F. de Klerk estava desde há muito a financiar o Partido Inkatha, apresenta-se alguma esperança de negociação em decorrência da estratégia, tanto do ANC, quanto do governo, de afastamento dos cargos de decisão dos homens mais controversos. A direita, formada pelo Partido Conservador, insinua que o governo facilitou intencionalmente uma fuga de informação, a fim de desacreditar o Inkatha e de ver-se livre de um parceiro que atrapalharia as negociações com o ANC. (pp.39 e 40).

O "GORBY DE PRETÓRIA" (África do Sul)

O artigo traça o retrospecto da atuação política de Frederik Willem de Klerk enfatizando a sua aproximação com as teses defendidas pelo partido democrático. (p.41).

UM PAÍS DE A a Z (África do Sul)

Glossário dos termos relativos à problemática da África do Sul, exemplos: bantustões; Desmond Tutu; Inkatha; Magnus Malan; OUA; Pik Botha; zulus. (pp.41 e 42)

ÍNDICE

I. <u>PALOP</u>	<u>PP.</u>
1. PALOP.....	01
2. Angola.....	02-15
3. Cabo Verde.....	16-17
4. Guiné-Bissau.....	18-21
5. Moçambique.....	22-29
6. São Tomé e Príncipe.....	30
II. <u>ÁFRICA AUSTRAL</u>	
1. África do Sul.....	31-42

PALOP aumentam comércio com Espanha

TODOS OS países africanos de expressão portuguesa, excepto Cabo Verde, aumentaram, durante o primeiro semestre deste ano, as suas exportações para Espanha, informou ontem a Direcção-Geral de Alfândegas.

No sentido inverso, registou-se no mesmo período de tempo uma diminuição das vendas espanholas para Angola, diminuição essa que foi de 31 por cento. Este país, que será visitado pelo primeiro-ministro espanhol, Felipe González, vendeu a Espanha produtos no valor de 2.134 milhões de pesetas (três milhões de contos), o que equivaleu a um aumento de 289,4 por cento, quando comparado com o mesmo período de 1990.

Moçambique vendeu à Espanha produtos pelo valor de 1.747 milhões de pesetas (2,446 milhões de contos), o que representou um aumento de 94 por cento

relativamente ao primeiro semestre de 1990. Por sua vez, as exportações espanholas para Moçambique cresceram 281,4 por cento, tendo atingido os 1.171 milhões de pesetas (1,69 milhões de contos).

A Guiné-Bissau exportou para Espanha 56 milhões de pesetas (78 mil contos) em produtos, o equivalente a uma subida de 155 por cento, enquanto que importou 59 milhões de pesetas (78 mil contos) em produtos, ou seja, registou uma subida nas suas importações de 103,5 por cento.

No primeiro semestre de 1990, São Tomé e Príncipe não exportou nada para Espanha, mas um ano mais tarde, exportava produtos no valor de seis milhões de pesetas (8,4 mil contos), enquanto importava de Espanha mercadorias no valor de 67 milhões de pesetas (100 mil contos). ■

AIP elabora estudos sobre mercados africanos

A ASSOCIAÇÃO Industrial Portuguesa (AIP) vai fazer três estudos dos mercados africanos onde os empresários portugueses têm mais hipóteses de poder vir a investir e a ter oportunidades de negócio. Nesse sentido serão feitos estudos sobre os mercados de Angola-Namíbia, Moçambique-Africa do Sul e Guiné-Bissau-Cabo Verde-Senegal.

O objectivo da AIP na elaboração destes trabalhos prende-se com o facto de se procurar "dar um salto qualitativo novo na abordagem que fazemos desses mercados", refere Carvalho Pereira, chefe de serviços de Coo-

peração Internacional do Centro de Competência Técnica da AIP. Pretende-se que, quando houver missões empresariais a esses países, os seus elementos possam receber "informações mais detalhadas e mais bem tratadas dos mercados a visitar", ou seja, que essas "acções sejam apoiadas com dados de suporte".

Por outro lado, os estudos são elaborados numa óptica regional, tendo como base os países africanos de língua oficial portuguesa, daí a inclusão da Namíbia, África do Sul e Senegal.

Segundo Carvalho Perei-

ra, poderão estar prontos até final do ano, isto é, já depois da realização de missões empresariais aqueles países, "tudo dependendo da decisão do Ministério da Indústria e Energia" já que foi apresentada, em meados de Maio, uma proposta ao programa V do Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa. O custo de cada estudo será "ligeiramente superior a 20 mil contos". Para a sua execução e elaboração foram já constituídas três equipas que trabalharão "em colaboração com o Instituto Português do Comércio Externo e de empresas com forte presen-

ça nas zonas em causa. Assim, na realização do estudo sobre a Guiné-Bissau-Cabo-Verde-Senegal participará a CESA, uma empresa de consultoria; para Angola e Namíbia está garantida a colaboração da Intersismet; por fim, para Moçambique e África do Sul conta-se com a participação da Partex.

De acordo com Carvalho Pereira, a AIP poderá vir a tomar "iniciativas idênticas para outros mercados" e provavelmente fará um estudo do mesmo género a "empresas portuguesas tendo em conta as suas potencialidades internacionais".

Quanto aos três estudos em causa, os seus objectivos são de avaliar as oportunidades para as trocas comerciais, para a assinatura de contratos de gestão, de possibilidades de investimento directo, além da tentativa de detecção de oportunidades de negócios em países terceiros, nomeadamente "através da criação de "joint-ventures". A informação recolhida e tratada "será sistematizada e eventualmente organizada em bases de dados actualizáveis e acessíveis aos principais interessados": os empresários. ■

João Seabra

Savimbi contra coligações

UNITA só irá para o governo se obtiver a maioria nas eleições

O líder da UNITA, Jonas Savimbi, reafirmou em Lisboa o empenhamento do seu movimento em implantar uma economia de mercado em Angola e defendeu uma nova regulamentação para os investimentos estrangeiros no País.

Numa entrevista ao programa «Já Agora», coproduzido pela Rádio Renascença e pela agência Lusa, Savimbi considerou que a economia centralizada implantada pelo governo do MPLA «arruinou um país rico como Angola».

O líder da UNITA manifestou a esperança de que a intenção anunciada pelo presidente angolano, José Eduardo dos Santos, de abrir o país a uma economia de mercado «não seja apenas para consumo interno e represente de facto uma abertura» do governo de Luanda.

Considerando necessário que sejam formadas pequenas e médias empresas em Angola, como forma de reabilitar o País, devastado pela guerra, Savimbi admitiu que há casos de angolanos, cujas propriedades e bens foram expropriados, «que têm que ser recompensados».

Os contactos que o dirigente da UNITA tem vindo a manter em Portugal com empresários de vários sectores têm por objectivo, precisamente, explicar os pro-

jectos políticos e económicos que a organização tenciona implantar em Angola, caso vença as eleições de 1992 e quais as suas prioridades em caso de ser poder.

Recordando a guerra travada pela UNITA, Savimbi reafirmou que, se a sua organização «não tivesse pegado em armas», o MPLA não teria feito a abertura e Angola seria uma colónia dos russos e cubanos».

A nível político, Savimbi assegurou que «nunca mais a UNITA vai pegar em armas» e sublinhou que a sua organização não aceitará fazer parte de qualquer coligação, caso não obtenha uma maioria no escrutínio.

«Todo o governo de coligação exige compromissos constantes», afirmou, admitindo a possibilidade de, caso nenhum dos partidos obtenha a maioria, ser formado um governo de coligação do MPLA com outras organizações, ou se recorrer a eleições antecipadas.

Ainda em relação ao processo eleitoral que se avizinha, Savimbi disse não temer tentativas de manipulação por parte do MPLA, uma vez que a comissão conjunta político-militar, que agrupa a UNITA, o Governo de Luanda, Portugal, Estados Unidos, União Soviética e Nações Unidas, «é o órgão mais importante, porque é ele que vai condu-

zir todo o processo de eleições».

O acesso de todos os partidos envolvidos no processo eleitoral aos órgãos de comunicação social de Angola, nomeadamente a Televisão, foi também defendido por Savimbi, que notou que «ou o MPLA permite o acesso de todos, ou nós instalamos outra televisão».

Acerca da visita que o presidente português, Mário Soares, realizará brevemente a Angola a convite de José Eduardo dos Santos, o dirigente da UNITA afirmou apenas: «não podemos exigir que a visita seja depois das eleições. O presidente da República saberá julgar do momento oportuno para a realizar».

Jonas Savimbi sublinhou que no encontro que manteve com Eduardo dos Santos o informou da sua intenção de voltar a Luanda na primeira semana de Julho, por via aérea.

O encontro, segundo o dirigente da UNITA, foi «muito bom» e, durante período de uma hora, foram discutidas questões como as condições do cessar-fogo, a desmobilização dos dois exércitos, problemas económicos e futuros contactos, «quer a nível militar, quer mesmo político».

Considerando ser possível um entendimento com

Eduardo dos Santos, Savimbi notou: «não posso dizer que as nossas relações sejam óptimas, mas o ambiente é de grande abertura e durante quase uma hora o gelo quebrou-se e estivemos a falar de um entendimento futuro».

Durante a entrevista, o líder da UNITA foi posto em contacto via satélite com um responsável militar da sua organização, na Jamba, e informou-se da forma como a assinatura dos acordos para a paz em Angola tinha sido vivida no seu quartel-general.

Num outro contacto via-satélite, desta vez com um jornalista da RR em Luanda, e colocado perante a questão de os órgãos de comunicação social do MPLA e da UNITA continuarem a utilizar uma linguagem ainda bastante agressiva, Savimbi prometeu que muito proximamente as duas partes encontrarão um entendimento também a este nível.

SAVIMBI ESTEVE NO PORTO

O presidente da UNITA, Jonas Savimbi, foi recebido, no passado dia 2, no aeroporto Francisco Sá Carneiro, do Porto, por algumas dezenas de pessoas, na sua maioria angolanos.

«Savimbi é a nossa escolha» e a «UNITA é paz e democracia» foram algumas das palavras de ordem que a comunidade angolano disse quando viu Jonas Savimbi à saída do aeroporto, onde se encontravam muitos outros dísticos todos eles alusivos ao dirigente angolano, à paz e à solidariedade.

O presidente da UNITA, que teve um curto encontro com a imprensa, na sala VIP do aeroporto e que se viu apenas para tirar fotografias, dirigiu-se para o Governo Civil do distrito, onde Mário Cerqueira Correia o aguardava.

Savimbi chegou ao Porto com um atraso de duas horas, mas uma fonte da UNITA disse que o programa foi todo cumprido, apenas com algum atraso.

António Vilar, foi o responsável pela vinda do dirigente da UNITA à cidade do Porto onde permaneceu durante dois dias.

O líder da UNITA teve um encontro com empresários nortenhos, e a presença de Belmiro de Azevedo e de Eurico de Melo, e almoçou num hotel do Porto com a direcção do Forum Portucalese.

Savimbi foi também aguardado por dezenas de pessoas na zona da Ribeira que se encontrava «coberta» de verde e vermelho, as cores das bandeiras que muitos angolanos empunham e que são também as cores de muitas das roupas que vestiam

Comício em Luanda

'Savimbi é o nosso homem'

MPLA e Unita olham-se desconfiados nas ruas de Luanda. Mas os primeiros testes à convivência democrática têm tido um saldo positivo

William Tonet
Luanda

OITO dias depois do seu desembarque na capital angolana o movimento de Jonas Savimbi realizou o seu primeiro comício político na Praça Maria da Fonte, no Largo do Kinaxixe.

Cerca de oito mil simpatizantes e aderentes, mobilizados pelo comité-piloto da Unita em Luanda — coordenado pelo ex-capitão Sebastião Lameira, capturado em 1987 pelas tropas governamentais —, concentraram-se desde as primeiras horas da manhã para saudar os seus dirigentes que integram a CCPM, e que são motivo de curiosidade diária dos aderentes da Unita, onde quer que estes se desloquem.

O comício teve início às 11 horas e 45 minutos, altura em que chegou Salupeto Pena e o resto da delegação. Antes porém a organização distribuía panfletos da organização e ouvia-se música e cânticos reli-

giosos em umbundu dialecto do Sul.

A segurança do acto foi assegurada pela polícia angolana que mobilizou cerca de 200 homens dispersos pela zona e em viaturas rápidas para qualquer eventualidade.

Governo e Unita lançavam o primeiro balão de ensaio democrático, numa zona onde o MPLA tem a sua base de apoio principal.

Houve pequenos incidentes e provocações, mas polícias e seguranças da Unita prontamente neutralizaram as situações.

O facto mais saliente aconteceu quando um simpatizante do MPLA exibiu, no meio da multidão, cartazes do seu partido. Prontamente envolvido pela população, valeu-lhe a pronta intervenção da polícia.

Apesar do ambiente de desanuviamiento nas relações entre governo e Unita a desconfiança continua a marcar o quotidiano das duas partes. Apesar de todo o aparato policial, os dirigentes da Unita não conseguiram esconder os revólveres e cinturões de balas que levavam debaixo das *t-shirts* de malha azul e amarela estampadas com a cara de Savimbi e os dizeres: «Este é o nosso homem.»

Como forma de reconhecimento a delegação vinda da Jamba decidiu distinguir os seus combatentes da clandest-



Galo Negro no Kinaxixe
«A Unita chegou, não vamos sair daqui!»

tinidade. Houve alguma surpresa quando Goodfrey Nangonya, vice-presidente da ACA, e o economista José Chisseva, antigo director comercial da Transportadora Aérea Angolana, foram apresentados como fazendo parte da sua estrutura clandestina, em Luanda.

«Assim a ACA nunca se poderá afirmar como terceira força», comentou a «O Jornal» um político angolano presente no Largo do Kinaxixe.

Um sabor umbundu no discurso de Salupeto

Numa altura em que a unidade da nação angolana é indispensável para a cristalização do processo democrático,

o discurso bilingue do chefe da delegação da Unita na CCPM — português/umbundu — foi amplamente comentado no decorrer do próprio acto, principalmente por aqueles que não falam umbundu.

Apesar deste aspecto, Salupeto, que afirmou dirigir-se ao povo de Luanda, deu um enfoque particular à necessidade de se preservar a paz.

«A Unita chegou, não vamos sair daqui.»

Alternando o seu fluente português com umbundu, o jovem engenheiro e sobrinho de Savimbi, tentou acalmar os ânimos da intelectualidade ao afirmar que a sua organização advoga uma Angola, «onde negros, mulatos e brancos se sintam livres, tenham a mes-

ma oportunidade para se equiparem e realizarem as suas aspirações espirituais e materiais».

A população de Luanda, os mestiços e brancos colocavam certas reservas à falta de tradição da Unita em aceitar, em igualdade de circunstâncias, estas raças, pelo que a mensagem estava lançada. Cabia agora aos destinatários decifrá-la.

Falando sobre o longo percurso para se chegar ao estado actual o dirigente da Unita afirmou que «ninguém está autorizado a minar o processo de paz». As garantias internacionais dos acordos do Estoril e o empenho das partes, permitem acreditar na implantação da democracia em Angola

e na realização, em Setembro, de eleições «livres, justas, democráticas e internacionalmente verificáveis». Exibindo o livro dos acordos e espelhando uma convicção ardente na vitória, disse que «as intimidações não são, de forma alguma, o garante da paz», alusão a um alegado desaparecimento físico de um militante da sua organização ocorrido no dia 20, no Bairro Operário.

Uma crítica foi também feita às autoridades que têm impedido que autocarros transportando elementos da Unita das zonas de Cacuaco e Bengo possam chegar ao Kinaxixe.

Um oficial da polícia contactado por «O Jornal», disse que a acusação não tem qualquer fundamento uma vez que a polícia e o governo aceitaram que a Unita realizasse o seu primeiro acto «público».

A aparelhagem sonora e os autocarros foram alugados a organismos governamentais.

O primeiro teste passou, a democracia em Angola marcha, ainda que nem todos os seus intervenientes consigam interpretar as suas regras.

Entretanto, horas depois do comício ter terminado, os adversários da organização de Jonas Savimbi retiraram todos os retratos do «camarada dr. Savimbi, a nossa escolha» e os panfletos onde se podia ler «Angola — Unita — Paz — Democracia».

EXPRESSO, SÁBADO 6 DE JULHO DE 1991

Marcolino Moco (Sec. Geral do MPLA)**«Queremos evitar ressentimentos a todo o custo»****LUANDA**
Do nosso correspondente
Gustavo Costa

MARCOLINO Moco, eleito há duas semanas secretário-geral do MPLA, defende para o seu partido uma estratégia que viabilize «o reencontro com uma nova identidade política», na esteira de um projecto eleitoral que visa reabilitar a imagem do Governo de Luanda.

Em entrevista ao EX-

PRESSO, Marcolino Moco falou ainda das razões que levaram à manutenção dos militares na estrutura dirigente do MPLA e do discurso da UNITA à chegada a Luanda.

O novo homem forte do MPLA, um jovem político moderado, que iniciou esta semana uma viagem pelo interior de Angola, pretende «insuflar uma dinâmica de regresso do MPLA ao meio

te nos últimos anos, por força da guerra».

Originário da região ovimbundu, Marcolino Moco é tido como um dos líderes do movimento reformista e a sua escolha para o cargo que agora ocupa foi interpretada como uma tentativa do Presidente José Eduardo dos Santos de dar outro ordenamento étnico-linguístico à sua campanha.

EXPRESSO—Quais são as

linhas gerais da estratégia eleitoral do MPLA?

MARCOLINO MOCO — Preocupa-nos fundamentalmente a mudança da imagem do Governo, pugnando essa mudança pela revisão imediata do seu programa de acção económica e pelo fortalecimento das estruturas do partido, para debelar o movimento de dispersão e desorientação instalado nalguns círculos de militantes,

(Continua na página 12)

(Continuação da 1ª página)

provocado por uma onda vertiginosa de críticas, algumas justas, outras não, que se abatem sobre o MPLA.

EXP. — À chegada a Luanda, a UNITA enveredou por um discurso triunfalista. Que pensa da mensagem eleitoral do movimento de Jonas Savimbi?

M.M. — O discurso da UNITA insere-se numa dinâmica manipuladora, com recurso à agressão verbal, contra a sua própria corrente, e tem estado a provocar um sentimento de hostilidade latente no seio da população, o qual decorre do tipo de acções que ela praticou no passado.

EXP. — O MPLA receia isso?

M.M. — Temos um certo receio, na medida em que esse tipo de instrumentalização pode agitar a população e reavivar ressentimentos, que queremos a todo o custo evitar, nesta fase em que estamos empenhados na consolidação dos instrumentos que garantam a paz.

EXP. — Esse receio não terá repercussões eleitorais prejudiciais ao MPLA?

M.M. — No domínio eleitoral, a actuação da UNITA não nos preocupa. Com o seu actual discurso, a UNITA cultiva, pelo contrário, no seio da opinião pública um sentimento de hostilidade muito grande.

EXP. — Não será essa conclusão decorrente de uma análise cidadina?

M.M. — Não. Pode-se generalizá-la às províncias de Huambo,

Benguela e Bié, onde emerge também um sentimento de desaprovação da actuação da UNITA, devido às acções que realizou contra os camponeses.

EXP. — Apesar disso, não poderá a UNITA retirar dividendos do aparecimento de vários partidos no Norte, uma zona dominada no passado pelo MPLA?

M.M. — Julgo que não. No Sul, não ocorre o mesmo por falta de tradição. Devido à sua ligação fronteiriça com países independentes há muito tempo e ao cosmopolitismo da sua capital, o Norte tem uma propensão mais rápida para o surgimento de novos partidos. Estou em crer que, se o MPLA alterar a sua imagem, esta corrente de novos partidos ser-lhe-á favorável.

EXP. — Por vezes, parece haver uma diferença eleitoral acentuada entre a imagem de Eduardo dos Santos e do MPLA.

M.M. — Essa diferença a favor do Presidente é reflexo de erros de governação, que se traduzem na excessiva centralização da economia. Daqui resultou um Estado-providência, que transformou o MPLA no bode expiatório de todos os problemas da sociedade. Tudo poderá, no entanto, ser facilmente alterado, com a desburocratização do aparelho de Estado, a implantação da economia de mercado e a repartição da responsabilidade dos problemas sociais pela sociedade civil e instituições religiosas.

EXP. — Mas o Presidente José Eduardo dos Santos sem-

pre foi o chefe do Governo.

M.M. — Foi. Mas ele sempre liderou o processo de mudanças...

EXP. — Que não teve grandes resultados...

M.M. — Os resultados da sua acção não foram na verdade positivos porque o quadro em que elas assentavam estava viciado. Digamos que os grandes males da nossa governação nem sempre derivaram das pessoas mas do modelo da nossa anterior política económica e social.

EXP. — Como encara a proposta de realização de uma conferência nacional, apresentada por algumas formações políticas?

M.M. — Inviável! A situação em Angola, marcada no passado pela guerra, é diferente daquela que se vive em alguns países da África central. Por força dessa mesma guerra, uma tal conferência acabaria por pôr em causa os acordos do Estoril.

EXP. — Por que não abandonaram os militares o Comité Central do MPLA?

M.M. — Uma coisa é a nossa pretensão teórica, outra é a sua consecução prática à luz da realidade que ainda vivemos. Constatámos por isso que seria prematuro afastar já os militares, numa altura em que não está ainda constituído o Exército único. Houve apenas um adiamento e os militares serão afastados, à medida que avançarmos no processo de formação das Forças Armadas nacionais.

PÓS-GUERRA: TAREFA DIFÍCIL PARA PRESIDENTE DOS SANTOS

Não é novidade para ninguém, o MPLA fez a guerra graças ao auxílio da União Soviética. Com a UNITA foi a mesma coisa, com ajuda dos Estados Unidos da América.

Recentemente, durante a nossa permanência em Angola, correram notícias de que o governo angolano ia solicitar à URSS que lhe fosse perdoada a dívida militar. Segundo algumas fontes, giraria entre 11 a 13 bilhões de dólares. Dívida que teve a sua origem no fornecimento de armamento, cedência de consultores militares e formação de quadros militares. Também constou que o executivo angolano havia solicitado aos soviéticos que a dívida civil — que não chega a quatro bilhões de dólares — fosse reescalada, com pagamento num período de 100 anos.

Tem-se como certo nos círculos políticos angolanos que a URSS irá atender ao pedido do governo, pois que, embora se tenha descomprometido politicamente com a situação angolana, ainda tem muitos interesses geoestratégicos a defender e a preservar na região, como sejam a barragem da Kapanda, no médio Cuanza, construída em consórcio com Angola e o Brasil, o hospital da Humpata, onde são atendidas as tripulações da frota pesqueira soviética que actua no Atlântico Sul.

Ora, como é fácil de entender, se a UNITA vier a ganhar as próximas eleições de 92, a URSS teria tudo a perder em Angola e uma forma de evitar isso é facilitar a vida — e a governação — ao MPLA, de forma a que este consiga recuperar a sua imagem de popularidade, e assim aumentar as suas chances de uma vitória nas próximas eleições.

Neto/dos Santos — a diferença

A propósito da perda de popularidade que o MPLA sofreu, importa ter em conta que a responsabilidade por essa perda cabe em grande parte à liderança de Agostinho Neto, e não propriamente à de Eduardo dos Santos.

Com efeito, Neto foi o ideólogo e o introdutor do chamado "poder popular", responsável pelo ódio do negro contra o branco e o mestiço Neto, segundo alguns políticos angolanos, morreu com as mãos sujas de sangue. Foi ele a partir de Maio de 1977 e na sequência do abortado golpe de

estado liderado por Nito Alves, ordenou a sangrenta repressão contra os seguidores deste último, saldado em cerca de 40 mil mortos. Episódio que ficou a ser conhecido por "revolta dos fracistas" ou "revolta dos fracos". Alguns dos que conseguiram sobreviver são os que hoje constituíram o PRD, um partido que é apontado como a terceira força política capaz de dividir o bolo das próximas eleições.

Diferentemente do seu antecessor, Eduardo dos Santos tem sido um presidente moderado, partidário da conciliação e não da repressão. Uma prova disso — dizem — é que muitos dos que reconhecidamente combateram a sua política nos últimos tempos continuam vivos e ocupando cargos importantes, quer na máquina do Estado, quer na hierarquia partidária. Também se tem como obra sua a recuperação de figuras muito válidas do MPLA, como Lopo do Nascimento, que Agostinho Neto havia "desterrado" para a Etiópia no final da década de 70.

Timido, Eduardo dos Santos riscou do seu discurso a palavra "camaradas", substituindo-a por "senhoras e senhores". É também o grande obreiro da viragem política do governo, ao aprovar o pacote de leis que estão a levar Angola pelo caminho irreversível da democracia e da recuperação económica. Dele se diz que os amores são o seu único calcanhar de Aquiles e talvez por isso tenha decidido casar-se com a jovem e linda Ana Paula, de quem espera um filho para breve.

Inverter a situação

Luanda — diga-se em boa verdade — vive actualmente em sociedade democrática. Os trabalhadores têm direito a greve, a liberdade de imprensa é um facto, ainda mais digno de admiração, quanto se sabe que a rádio, televisão e o único jornal de Luanda, defenderam sempre as posições do governo. Para os leitores terem uma ideia da incrível viragem, aqui fica este exemplo: dias antes da nossa chegada a Luanda, o Jornal de Angola, escarrapachou com grande destaque o escândalo sexual que envolveu um ministro do governo. Os luandenses deliraram com a notícia, foi das primeiras coisas que nos contaram, quando chegámos.

Democracia e uma coisa muito bonita, mas não chega para resolver os graves problemas

emergentes do país. Eduardo dos Santos tem pela frente uma tarefa gigantesca, mas comenta-se que é tremendamente orgulhoso, por isso mesmo está empenhado em "arrumar a casa", pois mesmo que venha a perder as eleições, deseja entregar ao seu sucessor um país com estruturas minimamente organizadas.

Não admira, portanto, que os planos imediatos do governo contemplem o relançamento do tecido económico nacional dilacerado por 16 anos de guerra, de quase inactividade produtiva, abrindo as portas à iniciativa privada, fazendo sugestivos apelos à iniciativa dos jovens empresários.

A solução dos graves conflitos de ordem social gerados e acentuados pela guerra — que, aliás, eclodiram alarmantemente neste tempo de paz — estão a merecer toda a atenção do presidente angolano, que para a sua resolução tem encaminhado grande parte das verbas do orçamento de Estado, assim como dirigido apelos à comunidade internacional solicitando ajudas.

Entre as prioridades contam-se a organização do regresso às terras de origem dos deslocados, apoio a milhares de mutilados (militares e civis), apoio aos órfãos (40 mil, segundo as estatísticas).

A situação é paradoxal. De facto, o governo terá proximamente de inverter uma situação que nos anos de guerra nada fez para contrariar. Referimo-nos ao êxodo das populações rurais para as cidades, algo que o MPLA sempre apoiou, já que controlando os centros urbanos a 100 por cento como de facto controlava, isso era uma forma de subtrair uma parte importante da população campesina a um controlo e influência política da UNITA.

Desmobilização

Outro problema grave para o governo angolano é o desarmamento da população civil, que durante anos se abasteceu de armas, comprando-as aos próprios soldados que as vendiam.

Actualmente, as autoridades militares e policiais estão a levar por diante a operação "Trovão 91", com grande apoio da rádio que difunde constantes apelos à população para que entregue as armas que tem escondidas. A televisão, por sua vez, passa nos seus noticiários as reportagens sobre rusgas efectuadas, mos-

trando imagens dos mini-arsenais apreendidos, assim como dos autores que os guardavam. A operação parece estar a atingir o seu objectivo. De facto, durante a noite, centenas de armas são atiradas à sucupa para dentro dos recintos dos quartéis, outras são abandonadas junto das esquadras da polícia.

Outra preocupação do governo é o rumo a dar aos desmobilizados. Sabendo-se que o exército nacional único integrará cerca de 80 mil homens, quer o MPLA quer a UNITA terão de desmobilizar até à data das eleições grande parte dos seus efectivos. Estima-se que 170 mil soldados — 120 mil do MPLA e 50 mil da

UNITA — constituem a parte excedente, e para este grosso terá de haver condições de vida.

A este respeito, diz-se que o governo está a preparar um projecto de desenvolvimento da construção civil — sector deficitário em Angola e que na verdade se encontra nas mãos de empresas portuguesas e suecas.

Regressos...

O problema da ocupação da juventude é, do mesmo modo, preocupante. Sobretudo, se atendermos que cairá sobre os ombros do actual governo. Repare-se: há milhares de jovens angolanos que estudam no exterior — 20 mil, segundo fontes angolanas, dos quais metade são acolhidos por Cuba, 2,5 mil pela URSS e os demais repartidos pelos países do Leste Europeu, Portugal, Brasil, Espanha, França e Suíça.

Estes jovens, como é compreensível e legítimo, desejam apressar o seu regresso para votarem nas eleições. Aliás, alguns deles já regressaram, não só porque terminaram os seus cursos e estágios, como também porque esmoreceu a cooperação entre Angola e os países do Leste. As deficientes condições de trabalho que encontraram no seu país têm-nos levado a pressionar o governo, exigindo reformas sócio-políticas.

A agravar a situação antes referida, o governo terá ainda de solucionar o regresso dos quadros civis angolanos que se encontram em Portugal e no Brasil e também o caso dos refugiados nos países vizinhos, encaminhando-os para as suas zonas naturais. O problema é que a maioria desta população é

Correio da Manhã - 22/07/91

rural, os campos tornaram-se, entretanto, improdutivos por uma inactividade de longos anos e as condições de alojamento deixaram de existir. Aldeias inteiras desapareceram, vítimas da fúria da soldadesca incontrolada e do desgaste provocado pelo tempo.

Até bem recentemente — referem estatísticas do Ministério angolano dos Assuntos Sociais — o número de refugiados angolanos na Zâmbia e no Zaire ascendia a cerca de 800 mil.

A situação angolana, incluindo a preparação das eleições — com a agravante de serem as primeiras — obriga José Eduardo dos Santos a uma tarefa que político nenhum do Mundo gostaria de enfrentar, sobretudo porque tem um tempo muito curto para a executar.

A comunidade internacional tem-no apoiado, incluindo o antigo inimigo, a África do Sul, que enviou 2 milhões de dólares e 3 milhões de kwanzas, para a primeira fase da reconstrução das estradas. A Grã-Bretanha, que disponibilizou 2 milhões de libras para "programas de reconstrução nacional". O Canadá, que concedeu 18 milhões de dólares americanos nos dois últimos anos. A CEE, que disponibilizou para a região do Namibe (Moçamedes) 76 milhões de kwanzas destinados a reabilitar doze estabelecimentos escolares. A Espanha, que já concedeu a Angola créditos no valor de 350 milhões de dólares para projectos de infra-estruturas e compra de bens de consumo e equipamentos.

Tudo somado parece muito, mas não é! Dará para reconstruir uma pequena parcela da gigantesca Angola. Se Eduardo dos Santos conseguir atingir as metas que a si próprio se impôs antes das eleições, terá todo o direito a que o seu nome figure na galeria dos patriotas angolanos.

Texto: Lumena Martins
Fotos: Jorge Paula

Partidos já inscritos no Supremo de Luanda

São os seguintes, os partidos já inscritos no Supremo Tribunal de Luanda:

Partido Renovador Democrático, PRD; Partido Islâmico para a Salvação do Povo Angolano, PISSAPA; Partido Democrático Angolano, PDA; Partido de Renovação Social, PRS; Partido da Aliança Juventude, Operários e Camponeses de Angola, PAJOCA; Partido Social Democrático, PSD; Partido Social Democrático de Angola, PSDA; Partido Democrático Pacífico de Angola, PDPA; Partido Democrático para o Progresso, PDP; Partido da Concórdia para a Renovação, PCR; Partido da Aliança Democrática Humanista de Angola, PADHA.

Pretendentes a comissões instaladoras:

União Nacional para a Luz da Democracia e do Desenvolvimento de Angola, UNLDDA; União Nacional para a Democracia, UND; Forum democrático Angolano, FDA; Central Sindical Angolano, CSA; Liga Nacional Angolana de Defesa dos Direitos Humanos, LNADDH; Unidade Popular de Democracia Científica, UPDC; Convenção Democrática Nacional de Angola, CDNA.

PÚBLICO

QUARTA-FEIRA, 31 JULHO 1991

Conferência sobre Cabinda em Lisboa

Durão Barroso desconhece “iniciativa” de Luanda

O SECRETÁRIO de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação desconhece qualquer iniciativa oficial sobre a realização, em Lisboa, de uma conferência entre facções do movimento separatista de Cabinda (FLEC-Frente de Libertação do Enclave de Cabinda) e representantes do Governo de Luanda. Fonte do gabinete de Durão Barroso disse ao PÚBLICO que “o Governo português não foi consultado” sobre essa alegada iniciativa.

A delegada da agência Lusa em Luanda, Luísa Ribeiro, noticiava ontem que o Governo angolano mantém activa uma comissão incumbida de estabelecer contactos com “representantes das várias facções da FLEC,” com o objectivo de assegurar “o

cessar-fogo” naquele território de Angola. Citando fonte governamental em Luanda, Luísa Ribeiro anuncia a probabilidade de, “ainda no decorrer do segundo semestre deste ano, muitos elementos e entidades ligadas às várias tendências da FLEC” se encontrarem numa conferência de paz em Lisboa.

Ainda segundo o relato da delegada da agência Lusa, o Governo de Angola “admite discutir em Lisboa um estatuto político administrativo para Cabinda, contemplando as suas características próprias”, se o interlocutor representar “uma frente unida em Cabinda”.

A mesma fonte citada pela agência Lusa diz que a escolha de Portugal para uma eventual conferência tem a ver com o facto de se tratar

do “ponto de encontro privilegiado para todos os elementos da FLEC espalhados pelo mundo”.

O enclave de Cabinda tem cerca de 100 mil habitantes. Operam ali cerca de 20 mil soldados governamentais, com os quais coabitam, agora, duas centenas de militares da UNITA. Quanto à FLEC, é-lhe atribuída a simpatia de três mil cidadãos espalhados pelo Gabão, Zaire e Congo-Brazzaville. Homens em armas, segundo a Lusa, serão cerca de 70. Durante a guerra colonial, a preponderância da guerrilha foi exercida pelo MPLA. Segundo fontes governamentais de Luanda, a FLEC tem desenvolvido ultimamente acções de intimidação sobre populações civis, para adquirir

notoriedade, citando-se que “os portugueses têm a mais alta cotação por cabeça”, na perspectiva de sequestro com o objectivo de influir no comportamento do Governo português.

A expressão política da FLEC é tida como diminuta, segundo as fontes citadas em Luanda, mas foi-lhe atribuída a responsabilidade pela recente greve geral que quase paralisou a exploração petrolífera da Cabinda Gulf Oil, a principal fonte de receita de Angola. Segundo fonte governamental angolana, há possibilidade de se encontrar para Cabinda uma solução semelhante à adoptada por Portugal em relação à autonomia dos Açores e da Madeira, “desde que não haja violência armada no enclave”. ■ C.C.

PÚBLICO

QUINTA-FEIRA, 1 AGOSTO 1991

Angola

Atraso nas libertações

DOIS MESES depois da assinatura dos acordos de paz em Angola, a questão da libertação dos prisioneiros vem juntar-se aos atrasos que se registam na sua aplicação, sem que isso constitua um entrave ao processo.

Depois de na semana anterior à reunião da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) ter sido suspensa por as partes envolvidas não terem chegado a um consenso quanto à libertação dos prisioneiros de guerra, a questão foi agora remetida para a Comissão Política, sendo um facto que levará ainda algum tempo até conhecer o aval das partes. Fontes próximas às comissões disseram que o lado governamental apresentou uma proposta para que seja constituída uma equipa formada por representantes seus, da UNITA e do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) para inquirir os prisioneiros de guerra que se encontram na Jamba e confirmar a vontade de muitos pretenderem permanecer nas zonas controladas pelo movimento de Jonas Savimbi.

Esta proposta resulta do facto da UNITA ter feito um primeiro inquérito aos presos e informado que todos já estavam reintegrados e nenhum pretendia regressar aos pontos de origem e que um segundo inquérito feito pelo CICV alguns terem já manifestado essa vontade, o que a somar-se o caso do piloto Francisco Matamba, leva as autoridades a considerarem que os prisioneiros estão sob pressão.

Por isso, pedem que seja feito um terceiro inquérito na presença das três partes e à porta do avião para que o processo de li-

bertação decorra mais rapidamente, procurando-se recuperar o atraso que se regista actualmente. Segundo o acordado, a libertação devia iniciar (como aconteceu) a 20 de Julho e terminar ontem, mas os problemas registados com a libertação dos detidos na Jamba levou ao adiamento, também desta questão.

Observadores têm apontado o facto do processo estar a ser mal conduzido, motivo pelo qual estavam a surgir vários problemas. Os acordos referem nomeadamente que "o cessar-fogo compreende a libertação de todos os prisioneiros, civis e militares, detidos em consequência do conflito entre o Governo e a UNITA, cuja verificação deverá ser feita pelo CICV". Segundo os observadores não há, pois, razão para troca de prisioneiros, mas deverá haver a sua libertação pura e simples, até porque os presos soltos pelo Governo não são obrigados a ir para zonas da UNITA e vice-versa, sendo livres de escolher o seu destino.

Ontem realizou-se uma reunião entre representantes do Governo, da UNITA e do CICV para aprofundamento da questão, de acordo com a decisão da véspera da CCPM que criou um grupo técnico para apressar e encontrar mecanismos definitivos que satisfaçam o processo de completa libertação dos prisioneiros.

Nesta altura do processo, exactamente hoje, deveria estar concluído o movimento das forças para as áreas de localização, tarefa que regista um atraso de mais de um mês, uma vez que não está previsto para tão depressa o início do acantonamento

das tropas. Por esse motivo, a reunião da CCPM abordou o tema relativo ao desdobramento dos grupos de fiscalização do cessar-fogo, sem os quais não será possível fazer o controlo das tropas. O confinamento dos militares dos dois exércitos depende dos mecanismos de fiscalização e verificação e este foi um dos assuntos tratados ontem durante uma reunião entre o general Ciel da Conceição "Gato", das FAPLA, o brigadeiro Domingos Lutoki, das FALA e o general Péricles Ferreira Gomes, das Nações Unidas. Quer as FAPLA como as FALA têm referido estarem prontas a movimentar-se para as áreas de localização.

Os atrasos acontecem quase em cadeia e disso tem-se ressentido a comissão que trabalha na formação o exército nacional único. Os generais Pedro Maria Tonha (ministro da Defesa da RPA) e Chilingutula (das FALA) têm viajado por algumas províncias do centro e sul do país para efectuarem levantamentos das estruturas disponíveis para os centros de treino do futuro exército. Depois de terem estado no Huambo, onde a actual escola de oficiais Nicolau Gomes Spencer parece reunir o consenso para ser um dos futuros centros de reciclagem dos oficiais, a delegação encontra-se no Bié. Depois do confinamento das tropas serão seleccionados os militares que integrarão o futuro exército e os que serão desmobilizados. A missão está a ser acompanhada pelo general Tomé e Pinto, de Portugal, e por oficiais da França e da Grã-Bretanha. ■

Vitor Silva, em Luanda

Angola

O 'abraço de ferro'

Enquanto a «guerrilha dos prisioneiros» continua, dissidentes da UNITA, reunidos no Fórum Democrático Angolano, atribuem vários crimes de morte a Jonas Savimbi, que continua na Jamba e não deverá instalar-se em Luanda antes de Setembro

Afonso Praça

O PROCESSO dos prisioneiros da guerra, que durante dezasseis anos após o Governo de Luanda e a UNITA de Jonas Savimbi, não ficou concluído no prazo previsto nos Acordos de Paz — 31 de Julho. O atraso era esperado, depois de a UNITA ter «falhado» o compromisso de proceder às primeiras libertações no dia 21, e o optimismo registado no sábado passado, quando um avião do Governo de Luanda pôde finalmente voar para a Jamba, foi sol de pouca dura, logo ensombreado pelo cacimbo de desconfiança que (ainda) domina as duas partes.

Como aqui se escreveu na semana passada, o Governo libertou os primeiros 107 prisioneiros no dia 20, em cerimónia realizada na Escola Nacional dos Serviços Penitenciários, em Viana, enquanto a UNITA anunciava para o dia seguinte cerimónia idêntica na Jamba. Era prevista a C-130, que devia partir do Aeroporto 4 de Fevereiro às 6 da manhã, não partiu, e a primeira expli-



Arlindo Pena, general Ben-Hen. Uma vez da Jamba em terra Kimbundu

cação dada aos jornalistas foi a de que a UNITA decidira suspender o processo por motivos «de ordem técnica, política e de metodologia».

Seguiram-se uns dias em que a imagem do movimento de Jonas Savimbi ficou muito por baixo. Uma conferência de Imprensa, marcada para hora e local não indicados, foi adiada por duas vezes. Por outro lado, os dirigentes da UNITA entraram em diversas contradições, entregando num dia mais uma lista contendo os nomes de 126 prisioneiros, entre os quais dezenas de oficiais (já tinham entregue uma outra, com 317, garantindo que não havia oficiais presos), para logo a seguir afirmarem, com a mesma solenidade que na Jamba nem sequer havia prisioneiros, toda a gente se

movimentando em liberdade.

Prisioneiros ou reféns?

Sabe-se que tanto os números apresentados inicialmente pelo Governo (1.192 nomes de prisioneiros) como pela UNITA (317, primeiro, 126 depois) não são definitivos. Aparentemente, ambas as partes estão a fazer um jogo guardando os prisioneiros como triunfo, a lançar na altura que cada uma considere mais conveniente.

Por parte da UNITA, é nítida a preocupação de reforçar o papel da CCPM (Comissão Conjunta Político-Militar), retirando força ao Governo. Mas os Acordos de Paz são explícitos, ao consignar que a CCPM não pode substituir-se ao Governo

Além do mais, logo que chegou a Luanda, a UNITA proclamou reconhecer o Governo do MPLA, embora ressalvando que não reconhecia as leis vigentes. Os observadores consideram que a UNITA ainda se não recompôs do choque ao chegar a Luanda, cidade que muitos dos militares nunca mais viram nos últimos 16 anos e alguns nem sequer conheciam. Além disso, a sua instalação provisória em hotéis (Tropico e Turismo) não favorece a criação de um ambiente propício ao trabalho. De qualquer modo, a imagem exterior de desconfiança (soldados com armas automáticas à porta dos hotéis e na segurança durante as deslocações de dirigentes pela cidade, oficiais quase sempre fardados, de pistola ou revólver à cintura) tem vindo a tomar-se menos ostensiva nos últimos tempos.

A crescer a tudo isto, assinala-se o que é convicção generalizada em meios políticos e diplomáticos de Luanda: os dirigentes que estão na capital precisam de consultar constantemente a Jamba, antes de tomarem qualquer posição. Afinal, Savimbi é o chefe, como sempre se lhe referiu Jeremias Chitunda no comício do Kinaxixi; até mesmo o pai, segundo as palavras anónimas escritas num muro de Luanda: muito próximo de Deus, para os mais radicais. «Deus no céu, Savimbi na terra».

A verdade é que, transplantada para um terreno que não conhece bem (o chão de Luanda é muito diferente da savana da Jamba), a UNITA

precisa de ganhar tempo, instalar-se e organizar-se, antes da chegada de Savimbi, que todos pretendem triunfal.

Savimbi, no entanto, só deverá chegar no início de Se-



Povo da UNITA no Klenziti. Era mais gente. E gritou como pôde

tembro. Até lá, espera-se que estejam resolvidos todos os problemas relacionados com as instalações, assim como o acantonamento das FAPLA e das FALA. Mas nada é claro de momento em todo este processo, embora os observadores continuem a acreditar que o MPLA e a UNITA estão definitivamente condenados a entender-se. Entretanto, o Fórum Democrático Angolano, um dos novos partidos surgidos em Angola, constituído por dissidentes da UNITA, começou o seu ataque, e já nesta semana divulgou em Luanda um comunicado intitulado «Lista de pessoas selectivamente mortas a mando do dr. Jonas Malheiro Sidónio Savimbi». Num volte-face de certo modo surpreendente, a UNITA acedeu a libertar os

primeiros prisioneiros no sábado passado, e ao contrário do que defendia dias antes, a cerimónia foi feita na Jamba e na presença de representantes do Governo.

Da lista de 272 homens já entrevistados pelo Comité Internacional da Cruz Vermelha, foram entregues apenas 61, entre os quais um oficial. Segundo a UNITA, os restantes optaram por ficar na Jamba. O oficial, Francisco Matanda, piloto do Mig-21 capturado durante a batalha de Mavinga, nem sequer constava da lista; entrou à revelia no avião, e depois de negociações entre delegados do Governo e da UNITA, com a Cruz Vermelha pelo meio, acabou por viajar para Luanda, envolvendo a farda das tropas de Savimbi.

Alguns dos presos libertados confessaram posteriormente que foram intimidados na Jamba, antes e depois das entrevistas do CICV, segundo disse à Lusa uma fonte governamental. Em face disso, o Governo pretende agora que nas próximas libertações, todos os prisioneiros sejam interrogados sobre o seu destino, por um grupo de que fazem parte o CICV, o Governo, a UNITA e Portugal como observador. Ao mesmo tempo, foi pedida à Comissão Política da CCPM a criação de um Grupo Técnico (Governo+UNITA+Portugal como

observador) que deverá agilizar e encontrar mecanismos de solução definitiva da questão dos prisioneiros.

Uma fonte da CCPM referiu a «O Jornal» que «estas derrapagens são naturais» e que «todos os problemas serão ultrapassados». Mas ninguém duvida de que os atrasos são prejudiciais ao processo de paz, e condicionam o processo do acantonamento das forças e a instalação dos mecanismos de fiscalização e verificação do cessar-fogo.

Mas a questão dos prisioneiros poderá complicar-se ainda mais. Últimos números, talvez ainda não definitivos, nunca se sabe: o Governo reclama 1.129 prisioneiros e apresentou uma lista de 1.239 em seu poder; a UNITA apresentou 443 e reclama 1.247, incluindo os já libertados.



Jovens do LIMA. A organização feminina da Unisa é rival da OMA

EXPRESSO, SÁBADO 3 DE AGOSTO DE 1991

Cavaco visitará Angola antes de González e Collor

CAVACO Silva será o primeiro chefe de Governo a visitar Angola, depois da assinatura do tratado de paz. Fontes governamentais, envolvidas na preparação da visita, disseram ao EXPRESSO que a deslocação de Cavaco àquele país africano se fará depois do dia 25 de Agosto, mas nunca para além da primeira semana de Setembro.

A visita do primeiro-ministro a Luanda ocorrerá antes das programadas viagens do presidente do Governo espanhol, Felipe González, e do Presidente brasileiro, Collor de Melo. De acordo com as

mesmas fontes, terá sido o Governo de Angola a propor que a visita do chefe do Executivo português antecederse as outras. Recorde-se que o Governo de Luanda já tinha, por diversas vezes, convidado Cavaco Silva, tendo este recusado devido ao clima de guerra civil que se vivia naquele país.

Segundo o EXPRESSO apurou, o gabinete do primeiro-ministro já contactou representantes da UNITA, garantindo que não haverá, da parte do movimento de Jonas Savimbi, nem oposição nem animosidade à presença de Cavaco Silva em Luanda.

Elementos ligados à preparação da visita adiantaram, ainda, que a altura em que se realiza a viagem é considerada «ideal». Apesar do processo de paz estar a decorrer de uma forma considerada «muito positiva», são esperadas algumas dificuldades nos próximos tempos, depois de passada a fase de «euforia» que se seguiu à assinatura dos acordos. A visita do primeiro-ministro, afirmam as mesmas fontes, pode «contribuir para evitar futuros problemas na aplicação da paz», além de significar o empenhamento de Portugal na «reconstrução do país».

Correio da Manhã - 05/08/91

A reconquista do império

A saga empreendida pela família Espírito Santo na reconquista de todo o seu império financeiro perdido em 1974 está a ser coroada de êxito. Depois das vitórias conseguidas nas operações Tranquilidade e BESCL, o grupo GES está já de olhos postos nos seus antigos domínios agrícolas angolanos. A Companhia Agrícola Angolana -CADA-, que no passado foi a maior casa agrícola mundial, vai ser privatizada tendo os Espírito Santo entregue já a sua candidatura às autoridades angolanas.

Quando na semana passada a repórter do "CM" Lumena Martins visitou aquela exploração em Angola, os trabalhadores andavam a arranjar a picada que conduz ao "coração" da casa agrícola: - "É para os senhores Espírito Santo não chorarem, quando aqui chegarem e virem tanta destruição", afirmaram.

O GES pretende ainda concorrer à privatização da Sociedade Agrícola do Cassequel, em Benguela, bem como do Banco de Comércio e Indústria, transformado em sociedade anónima no passado dia 12.

Exportações para Angola

'Tradings' queixam-se de chantagem

AS EMPRESAS portuguesas que exportam para Angola estão com graves problemas. Uma entidade estranha ao processo comercial está a interferir junto dos exportadores, que se queixam de estar perante uma situação de chantagem, considerada «inadmissível». A mesma opinião é partilhada pelo secretário de Estado do Comércio Externo, Neto da Silva, que disse ao EXPRESSO ir tomar uma atitude junto do ministro angolano das Finanças, Aguiinaldo Jaime.

Todo o problema gira à volta da SGS-Société Générale de Surveillance, uma companhia com sede na Suíça que desenvolve em Portugal, como em mais 140 países, uma actividade com contornos pouco definidos na legislação nacional.

ainda maiores», afirmam as «tradings».

A própria negociação do preço entre exportador e SGS, que nunca diz qual o valor que considera correcto, decorre, na maior parte das vezes, via «fax» ou «telex». «Até neste aspecto se vê a prepotência deles», queixa-se um dos empresários portugueses.

Neto da Silva também contesta

«É inadmissível que isto esteja a acontecer agora, sobretudo quando Portugal teve um papel decisivo na paz em Angola. É incorrecto que o nosso país seja discriminado em relação a outros», comentou Neto da

Segundo dez empresas «trading» contactadas pelo EXPRESSO, que só falaram na condição de anonimato, com receio de nunca mais conseguirem exportar para Angola em consequência de eventuais represálias da SGS, esta multinacional «tem a faca e o queijona mão».

Ou seja, a SGS, que tem um contrato com o Banco Nacional de Angola, a entidade que autoriza e aprova os créditos, inspecciona todas as mercadorias que estão prestes a ser exportadas. Esta inspecção não levantaria problemas, segundo os em-



Rosa Coutinho: privilegiados com Angola

presários, se se ficasse apenas pela quantidade e pela qualidade dos produtos vendidos. Só que o problema surge quando os fiscais da SGS não concordam com o preço negociado e fechado entre importador e exportador, «uma actuação que vai contra todas as normas do comércio internacional».

«Se não baixamos o preço até ao valor pretendido pela SGS, mesmo que isso implique a perda de todas as margens de lucro das empresas, as mercadorias não seguem, o que se traduz em perdas

Silva, secretário de Estado do Comércio Externo, adiantando que muitos exportadores estão a escolher outros países, nomeadamente Espanha, para levarem a cabo sem problemas as suas exportações para Angola.

Aquele governante frisou que numa economia de mercado a formação do preço é livre e feita entre operadores económicos, não sendo lógica qualquer intervenção de uma entidade estranha a este processo. «Se porventura houve razões para controlar a mercadoria chegada a Angola, devido aos abusos verificados noutros tempos, hoje elas não existem», acrescentou Neto da Silva.

Por sua vez, o secretário-geral da Associação Portuguesa do Comércio

(Continua na última página)

factura, deve ser entregue no banco onde o exportador tem crédito de modo a receber o montante correspondente à transacção efectuada.

A apresentação daquele estudo às autoridades competentes, e que segundo alguns terá chegado a ser abordado nas comissões mistas luso-angolanas, acabou por «cair em saco roto». Para Jervis Althoguia, secretário-geral da APCI, as esperanças de resolução do problema voltaram a surgir. A associação que dirige vai desta feita pedir ao Governo para ser mais duro com a SGS, nomeadamente no que toca aos estatutos. Segundo estes, «a sociedade tem por objecto a realização dos negócios de fiscalização de mercadorias importadas, exportadas ou em trânsito e a atestação da sua qualidade ou estado...». Estão assim excluídos do objecto social da companhia o controlo ou a discussão dos preços das mercadorias a exportar.

Fontes ligadas ao processo disseram que a atitude da SGS — que, na medida em que tem como cliente o Governo de Luanda, fiscaliza a saída do país de origem todas as exportações para Angola que necessitam de carta de crédito do banco central local — não é noutros países da comunidade

de europeia «prepotente» como em Portugal. Segundo a SGS em Portugal, que não quis ser entrevistada pelo EXPRESSO «por ser norma da casa não conceder entrevistas a jornalistas», as negociações do preço estão previstas no acordo entre a multinacional suíça e o Banco Nacional de Angola.

Vesper: um caso à parte

Mas nem todas as empresas nacionais têm um mau relacionamento com a SGS. Segundo as entidades contactadas pelo EXPRESSO, existe uma «trading» que goza de uma situação privilegiada junto da sociedade. Trata-se da Vesper, uma sociedade por quotas que tem como sócio maioritário, com 75 por cento do capital, a OBC (Overseas Business Corporation, AG), a «trading» e também «holding» do Estado angolano no estrangeiro. A OBC, que reforçou em 1989 a sua posição em Portugal, está neste momento a ser alvo de um inquérito por suspeitas de fraude e corrupção, sendo a Vesper, de momento, a única delegação da «holding» que não está desactivada.

Correm igualmente rumores de que a Vesper, que é também participa-

da pela Coteco, do almirante Rosa Coutinho, teria acesso, no âmbito de concursos internacionais de importação lançados por Luanda, às propostas da concorrência, situação que a verificar-se permitir-lhe-ia apresentar orçamentos abaixo dos restantes. Contudo, um responsável da Vesper desmentiu estas acusações. «Tal como qualquer entidade concorrente, adquirimos, ao preço estipulado, os cadernos de encargos. Bastantes vezes não saímos ao mercado para efectuar as consultas, em tempo oportuno, ou porque desconhecemos a existência dos concursos ou porque as empresas que os lançam nem sequer nos consultam», afirmou a referida fonte. Quanto ao bom relacionamento que mantém com a SGS, a Vesper afirmou que, trabalhando há dez anos com Angola e submetendo todas as suas exportações à inspecção daquela entidade, isso permitiu à companhia suíça «aquilatar da idoneidade e lisura dos processos» utilizados pela empresa. Para desmentir as acusações de que é alvo, o responsável da Vesper acrescentou que a quota da empresa nas exportações para Angola ficou, em 1990, pelos 8,4%, um valor que neste ano não deverá ser atingido.

(Continuação da 1.ª página)

Internacional (APCI), que reúne 25 sócios representantes de 60 por cento das «tradings» portuguesas, comentou que a situação com que se deparam actualmente os exportadores para Angola é idêntica há de 1988, quando foi elaborado um estudo sobre a actuação da SGS, posteriormente entregue ao Governo de Lisboa e à embaixada de Angola.

«A SGS exerce um controlo sobre os preços das mercadorias em virtude do qual as empresas portuguesas são normalmente obrigadas a efectuar descontos, numa fase muito posterior aos acordos celebrados com os clientes angolanos», lê-se nesse estudo. No mesmo documento, as acusações à SGS referem-se ainda à não observância de prazos razoáveis para inspecção das mercadorias e para a emissão de Atestados de Verificação («Clean Report of Findings»). Estes atestados, emitidos pela SGS no caso angolano, comprovam o exportador e o importador que as mercadorias embarcadas estavam conformes ao pedido do cliente, certificando a sua quantidade e qualidade do que é expedido. O «Clean Report of Findings» é também um documento que, juntamente com a

EXPRESSO,

3 DE AGOSTO DE 1991

Novo mecanismo de verificação em Angola

LUANDA

Do nosso correspondente
Gustavo Costa

DOIS meses após a assinatura dos acordos do Estoril, o processo de paz em Angola parece adquirir um novo dinamismo e a UNITA declara-se disposta a recuperar o atraso acumulado em relação ao calendário previsto.

O chefe da representação da UNITA na Comissão Mista Político-Militar (CCPM), Salupeto Pena, disse ao EXPRESSO à chegada a Luanda, quarta-feira, após uma visita à Jamba, que trazia instruções rigorosas de Jonas Savimbi «para cultivar um melhor entendimento com o Governo de forma a recuperar o tempo perdido».

Desdramatizando o clima de tensão gerado por sucessivos incidentes que perturbaram o processo de libertação dos prisioneiros de guerra em poder dos dois beligerantes, Salupeto Pena declarou que os boatos postos a circular em Luanda acerca do destino dos presos capturados pela UNITA não tinham fundamento. «Eles encontram-se acantonados e inseridos na comunidade civil da Jamba e serão apresentados de acordo com as listas que a Cruz Vermelha e o Governo nos forem fornecendo», disse Salupeto Pena, garantindo que «não haverá manipulação» e salientando que muitas das pessoas capturadas deixaram há muito de ser consideradas pela UNITA como prisioneiros de guerra.

O vice-ministro do Interior do Governo de Luanda, Fernando da Piedade «Nandó», também considerou satisfatórios os resultados alcançados nestes dois primeiros meses de paz em Angola, embora as duas partes sejam agora forçadas a «acelerar os trabalhos de forma a não comprometer o calendário» devido aos atrasos provocados por «razões subjectivas e de interpretação dos acordos».

Militares imprimem ritmo

A apresentação pelo Governo de um «dossier» sobre alegadas violações aos acordos por parte de militares das FALA e queixas da UNITA relativas a supostas ameaças à segurança de pessoas e bens por parte de efectivos das tropas governamentais levaram a

CCPM a criar um grupo técnico encarregado de investigar os incidentes assinalados.

Segundo uma fonte da CCPM, a Comissão Política conseguiu uma fórmula aceitável para as duas partes angolanas para resolver as questões relacionadas com a neutralidade das forças de ordem pública e com as actividades do corpo de segurança pessoal dos dirigentes da UNITA.

A parte militar dos acordos de paz está a ser cumprida de forma irrepreensível e os militares de ambas as partes imprimem ao processo uma velocidade que os políticos acompanham com dificuldade.

A Comissão Conjunta para a Criação das Forças Armadas nacionais procede actualmente à vistoria das instalações militares destinadas a acolher os efectivos do futuro exército único.

Segundo uma fonte das FAPLA, verificam-se «ligeros atrasos de ordem técnica e logística» no processo de acantonamento das tropas e de fiscalização das bases situadas nas áreas sob o controlo da UNITA no Leste e Sul, situação que poderá ser ultrapassada após a próxima reunião dos Estados-Maiores das FAPLA e das FALA.

Parece estarem criadas as condições para o restabelecimento de um clima de confiança entre a UNITA, por um lado, e o Governo e a Cruz Vermelha, por outro, depois dos mal-entendidos surgidos nos últimos dias em torno da libertação do primeiro contingente de prisioneiros na Jamba, embora segundo o coronel «Nandó» só tenham sido libertados até agora 20 por cento dos elementos capturados por cada uma das partes.

A UNITA ultima os preparativos para a abertura da sua sede oficial em Luanda, prevista para dentro de duas semanas, mas a chegada de Jonas Savimbi à capital continua sem data marcada. Segundo um dirigente da UNITA, a vinda de Savimbi não é possível de momento porque o Presidente José Eduardo dos Santos está de férias no estrangeiro e porque o Governo ainda não atribuiu a residência prometida ao Presidente da UNITA, que completa amanhã 57 anos. A efeméride será assinalada em Luanda com uma «festa de arromba» patrocinada pelo empresário Wa Pussoka e Nambula, principal financiador da UNITA.

EXPRESSO, SÁBADO 3 DE AGOSTO DE 1991

Angola decidiu privatizar grandes fazendas de café

O GOVERNO angolano vai privatizar algumas das maiores plantações de café do país, numa tentativa de recuperar a posição de Angola como um dos maiores produtores mundiais, disse ontem o ministro do Café, Faustino Muteka.

Muteka disse que o Governo decidiu vender, nos próximos meses, 30 das maiores «fazendas» de café do país, actualmente geridas pelo Estado.

Em 1973, Angola produzia um décimo do café mundial, sendo, na altura, o quarto país produtor.

O Estado apoderou-se da maioria das plantações em 1975, após a independência, quando os colonos portugueses abandonaram o país e as suas «fazendas».

A guerra civil e a má gestão dos recursos pelo Governo angolano levaram a um rápido declínio da produção.

Em 1973, Angola produziu 241 mil toneladas de café, contra apenas 4500 toneladas em 1990.

Muteka disse que a venda das «fazendas» será aberta a compradores angolanos e estrangeiros, incluindo a hipótese de compra por membros da UNITA.

O boom da produção do café em Angola ocorreu após o termo da Segunda Guerra Mundial. Em 1970, 250 mil pessoas trabalhavam em mais de 2500 «fazendas».

Acordos de pesca terminam com a URSS

Os acordos de pesca entre Angola e a União Soviética, que envolviam 31 embarcações que operavam nas águas angolanas, expiraram na quarta-feira passada, revelou um responsável do Ministério das Pescas angolano citado ontem pela Angop.

Os dois países procuram actualmente definir um outro tipo de cooperação neste domínio, de acordo com «a nova filosofia económica do país» e visando, nomeadamente, a redução do número de embarcações, declarou o responsável. Segundo afirmou, existem actualmente 81 embarcações estrangeiras a operar em Angola, das quais 67 pertencem a países da CEE. A Espanha tem neste momento em Angola 17 traineiras, a Coreia do Sul nove e o Japão duas.

A duração dos contratos varia entre três meses e um ano, apenas com a excepção das frotas da CEE, que detêm uma autorização de dois anos para pescar no espaço marítimo angolano.

A cooperação da União Soviética com Angola, no domínio das pescas, já durava há mais de dez anos, segundo a Angop.

Milhares de desaparecidos em Angola

Jonuel Gonçalves

“**E**m Angola há partidos e pedaços”, uma frase irónica que se difundiu com sucesso a partir dos meios intelectuais e que traduz uma realidade comum a todos os países saídos do monopartidarismo. A proliferação de siglas, abrigando com frequência uma dúzia apenas de nomes, é uma das características da vida angolana actual e deixa na opinião pública um sabor a correria de última hora. Pior: muita gente pensa que há “partidos satélites”, criações artificiais dos “maiores” para roubar votos ao adversário mais perigoso.

Tudo isto e o cansaço decorrente da guerra contribuem para um clima geral de pouco interesse pela luta política — “Ninguém diz nada de novo para sairmos desta desgraça”, ouvi da boca de uma quitandeira dos “Trapalhões”, mercado paralelo da ilha de Luanda. Outros reservam-se porque o que é divulgado das reuniões da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) não lhes parece de natureza a inspirar confiança.

O não cumprimento dos prazos para a libertação dos presos favorece este sentimento e os números dos nomes constantes das listas fazem crer que milhares de angolanos desapareceram nas mãos dos seus adversários. E a estas desapareções somam-se outras: aproveitando a confusão dos com-

bates, acções de patrulha ou rusgas de mobilização, milhares de jovens fugiram de ambos os lados e passaram a ter uma existência clandestina.

Os que estão nas cidades sabem que foram amnistiados, mas no mato, onde as notícias chegam com atraso, muitos continuam a esconder-se e, portanto, são dados como desaparecidos.

Seja como for, o problema dos presos é crucial para se avaliar a boa-fé dos ex-beligerantes. Mais de dois meses após o cessar-fogo, o Governo libertou cerca de 200 pessoas entre militantes da UNITA, da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda, do MUSA, militares desobedientes, agentes da “Segurança” e seguidores do grupo religioso toconista. As autoridades de Luanda prepararam outras libertações, sobretudo de detidos no campo do Bentiba (ex-São Nicolau), a julgar pelas diligências que estão a ser feitas pela Cruz Vermelha no sentido de transportar um número não especificado de presos da província do Namibe para a capital e outras zonas.

No início das reuniões da Comissão Conjunta Político-Militar, falava-se em que o Governo teria cerca de duas mil pessoas para libertar, e importa agora saber se este número, adicionado as libertações que se foram operando durante os 16 anos, corresponde ao total de pessoas capturadas pelos órgãos policiais e militares oficiais. Um total que Luanda nunca divulgou.

A UNITA, por seu turno, pela voz do seu presidente, assegurava em Outubro de 1989 que detinha “entre oito e dez mil prisioneiros”, que já mostrara vários à Cruz Vermelha e libertara mais de uma centena em meados da década de 80. Há duas semanas, Savimbi entregou na Jamba ao vice-ministro do Interior de Luanda, Fernando Piedade, 61 pessoas que constariam de uma “primeira lista de quase 400” — e na qual apenas 55 nomes coincidem com os cerca de mil e cem reclamados por Luanda.

A UNITA assegura, entretanto, que a grande maioria dos presos que fez “integraram-se e aderiram” ao movimento de Jonas Savimbi, uma afirmação seriamente posta em causa pela forma como o piloto de MIG Francisco Matamba conseguiu entrar no avião da Cruz Vermelha, após ter sido apresentado como um dos que tinham mudado de campo.

O Fórum Democrático, composto por dissidentes da UNITA, acaba de publicar uma lista de vítimas da “repressão savimbista”, enquanto o PRD, criado por personalidades ligadas ao falhado golpe de Nito Alves em 1977, acusa o Governo de responsabilidade na desapareção de “milhares de companheiros”, ao que dirigentes do MPLA em Luanda respondem acusando os “nitistas” de vários crimes durante o golpe e antes dele.

A confusão gerada levou a suspender a troca de prisioneiros — um conceito já de si errado, pois os acordos não falam de troca, mas de libertação —, criando na rua a “certeza de que milhares de capturados foram mortos”. Uma frase que se ouve nos mais diversos meios em tom quase sempre de resignação, como se fosse o preço inevitável do fogo que arrasou Angola.

Por parte dos demais “partidos e pedaços” é o silêncio, as prioridades parecem ser outras. Mas, para os defensores dos direitos humanos, a situação é angustiante: em todas as insurreições e guerras há desaparecidos, inclusive nos países onde qualquer um tem bilhete de identidade, onde até a mais pequena aldeia tem contacto com o resto do país e onde as famílias não vêem o desaparecimento dos filhos como fatalidade.

Em Angola, porém, como em Moçambique, Etiópia, Sudão ou Libéria, quase todos são soldados desconhecidos. O testemunho das famílias e dos comandos militares será a única via para tentar o reencontro de alguns, enquanto para o incontável número de civis raptados só há uma esperança: instaurar definitivamente a livre circulação de pessoas e bens, prevista nos acordos.

Medidas que dependem da boa vontade das partes angolanas e do empenho dos observadores na CCPM. ■

Cooperação passa por empresários locais

Investimento em Angola terá de ser liberalizado

Os empresários angolanos reclamam um papel activo na reconstrução do país. A cooperação deverá passar, cada vez mais, pelo entendimento directo com os agentes económicos locais, até porque se antevê que dificilmente o Estado deixará, nos próximos anos, de ser afectado pela instabilidade decorrente da adopção de um novo figurino político.

O Estado angolano deverá, por outro lado, reduzir progressivamente o seu papel de agente económico, com base em programas de transição e privatização, tendo em vista a captação de investimento estrangeiro.

Deverão ser liberalizados os serviços financeiros, eliminando o monopólio da banca de investimentos, limitado o papel do banco central à função exclusivamente reguladora nas áreas monetária e cambial e estabelecidos incentivos directos e indirectos para o desenvolvimento da iniciativa empresarial nacional.

Estas as conclusões mais destacadas de um encontro subordinado ao tema «Por um empresariado angolano» que contou com o patrocínio do Instituto para a Cooperação Económica do Ministério dos Negócios Estrangeiros português e da Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional e decorreu sob a égide da OIKOS - Cooperação e Desenvolvimento e da ADRA - Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente.

Tendo embora um carácter não oficial, participaram no encontro altos responsáveis do Governo de Angola, pelo que as conclusões obtidas deverão consubstanciar a nova regulamentação económica do país.

A elaboração de um novo código de investimento es-

trangeiro foi objecto de uma atenção especial, tendo sido considerado que o mesmo constitui uma prioridade no que respeita à definição do novo enquadramento da actividade económica.

Mais investimentos menos Estado

O código de investimento estrangeiro deverá, de acordo com Mário Maximino, que desempenhou as funções de vice-ministro dos Assuntos Económicos e integra actualmente a direcção do Banco Nacional de Angola, delimitar os domínios em que é permitido criar empresas com cem por cento de capital estrangeiro, aqueles em que o capital estrangeiro terá obrigatoriamente que associar-se ao capital nacional, explicitando quais as participações mínimas e máximas, consoante o ramo de actividade, e fixar o capital mínimo, distinguindo entre estrangeiros e nacionais, para que os investimentos possam beneficiar de incentivos.

Preconiza-se um tratamento diferenciado às empresas que são propriedade de estrangeiros mas constituídas sem recurso a capital estrangeiro, «principalmente as dos que são residentes e sempre se mantiveram a operar. Estas empresas devem ser assimiladas às dos nacionais, pois se é facto que o proprietário é estrangeiro, economicamente a empresa em nada se distingue da de um angolano».

É ainda reclamada a definição clara da intervenção do Estado no que respeita à autorização dos investimentos, quer nacionais quer estrangeiros, defendendo-se que, para além dos investimentos que, pela sua dimensão e interconexão sectorial e/ou regional,

careçam de autorização dos órgãos públicos, todos os restantes deverão assentar em decisões do foro exclusivamente empresarial, com base em critérios de oportunidade e rentabilidade.

O apagamento da intervenção estatal na economia deverá ocorrer paralelamente ao reforço do sector empresarial, imprescindível ao desenvolvimento de uma economia de mercado. Sem a constituição de um sector empresarial, a iniciativa de investimento ficará entregue ao capital externo, agravando as sérias distorções já existentes a nível da balança de pagamentos. No ano transacto, Angola registou, pela primeira vez, uma saída de capitais superior ao investimento estrangeiro realizado no país.

Reconhece-se, todavia, que o passado não aconselha a adopção de um modelo liberal *tout court*, em que os poderes públicos reduzam ao mínimo a sua intervenção sobre a economia. Considera-se antes que o Estado deverá desempenhar um papel e deverá preferir uma actuação em que privilegie os instrumentos económicos à intervenção directa, tal como acontece actualmente, e tomar medidas de protecção à iniciativa local, as quais não diferem muito das que foram adoptadas pelos novos países industrializados.

Os contratos de obras públicas deverão ser canalizados para empresas nacionais, reduzindo o défice da balança de pagamentos no capítulo das importações de bens e serviços, um dos que mais contribuem para o desequilíbrio das contas externas. Preconiza-se que esta filosofia seja extensiva a outros domínios de fornecimentos do Estado.

L. J. F.

Cabo Verde

PÚBLICO · SEXTA-FEIRA, 2 AGOSTO 1991

“África”: apoios desconhecidos

O ANTIGO ministro cabo-verdiano da informação, David Hopffer Almada, revelou ao PÚBLICO que desconhecia o financiamento do seu governo ao semanário “África”. Confessando-se magoado e chocado com o caso, aquele antigo dirigente do PAICV garantiu que o assunto nunca foi abordado com ele durante os cinco anos que esteve à frente do seu ministério.

Segundo o antigo primeiro-ministro Pedro Pires, o financiamento ao “África” ultrapassava Cabo Verde, uma vez que o projecto fora aprovado pela cimeira dos chefes de Estado dos cinco, realizada em Maputo em 1986, na sequência da reunião dos ministros da informação do grupo. David Hopffer Almada, que assumiu a informação cabo-verdiana um ano depois, garantiu que nunca o assunto foi tratado nos encontros posteriores.

“Lembro-me que numa primeira reunião que fizemos em 1986 ou 1987, em Luanda, havia um projecto da delegação de Moçambique para se criar a revista “Informação” mas que não foi avante, de modo que fiquei muito espantado com o que se veio a revelar agora, sobretudo, porque fui particularmente uma das vítimas do “África”.

Hopffer Almada acusa aque-

le jornal, recentemente extinto, de ter promovido e despromovido pessoas em Cabo Verde. E cita como exemplo um artigo assinado pelo director daquela publicação, Leston Bandeira, publicado logo após a reunião histórica do conselho nacional do PAICV, em Fevereiro do ano passado, em que se aprovou multipartidarismo.

No referido artigo, Hopffer Almada era acusado de arvorar-se “em defensor público do multipartidarismo” quando, na verdade, segundo o articulista, “sempre se movimentou à vontade no sistema de partido único”. Para o antigo governante, esse artigo era uma peça encomendada destinada a desacreditá-lo.

Aquele ex-membro do governo de Pedro Pires disse ainda que desaprova o financiamento de cerca de 34 mil contos ao “África”, pois na sua opinião, era preferível investir nos órgãos nacionais de comunicação social. “Se assim tivesse acontecido, os benefícios poderiam ser muito maiores para Cabo Verde do que se conseguiu com o “África”, que alimentou muita intriga interna, mesmo no seio do partido então no poder — o PAICV”.

A atitude de David Hopffer Almada é a primeira reacção pública da parte de figuras ligadas ao antigo governo de Pedro Pires.

Este poderá estar a enfrentar algumas dificuldades para explicar as razões do envolvimento do seu governo num jornal estrangeiro, que era tido como uma espécie de bolsa de valores dos dirigentes cabo-verdianos.

E voz corrente que o projecto do “África” passava fundamentalmente por Pedro Pires e uma reduzida equipa de colaboradores e assessores. Assim, em privado, vários dirigentes do PAICV e membros do antigo governo, têm afirmado que desconheciam a existência do “dossier” tornado público há cerca de duas semanas pelo jornal “Voz do Povo”.

Um dos ministros mais controversos de Pedro Pires, Hopffer Almada foi nos primeiros dez anos de independência, ministro da Justiça, várias vezes na berlinda, conseguiu sempre sobreviver aos momentos complicados.

Em Março passado, Hopffer Almada foi um dos vários dirigentes a pedir a sua demissão do conselho nacional do PAICV. Actualmente, retomou a advocacia, mantendo-se contudo, afastado do partido pelo que admite a hipótese de formalizar a sua demissão uma vez que, no seu entender, persistem as razões que o levaram a demitir-se dos órgãos de direcção do PAICV. ■

José Vicente Lopes, na Cidade da Praia

O pesadelo do PAICV

José Vicente Lopes,
na Cidade da Praia

O PAICV corre o risco de ter uma ordem de despejo da sede que ocupa na Cidade da Praia e noutros pontos do país. O assunto está naturalmente a exaltar os ânimos entre este partido — hoje na oposição — e o Governo.

Um decreto recente do Governo da Cidade da Praia estipula que todos os bens do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) obtidos através do Orçamento Geral do Estado sejam declarados propriedade pública. Em causa estão nomeadamente vários edifícios e centros sociais e desportivos que o partido considera seus. Alguns bens, entre os quais viaturas, já foram devolvidos.

Segundo o ministro das Finanças, José Tomás Veiga, o decreto "vem na sequência da intenção do PAICV de fazer o registo em seu nome" de vários bens que detém. Para este governante, o alarido que o PAICV tem feito à volta do assunto não passa de "propaganda política" uma vez que o próprio PAICV já se tinha comprometido a "entregar ao Estado o que é do Estado".

Ainda segundo Tomás Veiga, o partido de Pedro Pires e suas organizações de massas

poderão ver-se obrigados a devolver ao tesouro público 100 mil contos que receberam como subsídios no último trimestre do ano passado. O governo alega que na altura já não se encontrava em vigor o antigo artigo 4º da Constituição que dava ao PAICV o estatuto de força política e dirigente da sociedade e do Estado.

Em entrevista ao PÚBLICO, José Brito, membro da Comissão Política do PAICV e antigo ministro do Plano e da Cooperação, que tem dialogado com José Tomás Veiga, garantiu que o seu partido tem-se mostrado disponível e que o mesmo não acontece com a outra parte, pelo menos de forma clara.

Por isso diz que o PAICV foi surpreendido pelo decreto governamental uma vez que tudo vinha sendo resolvido de forma pacífica: "Temos dificuldades em compreender o alcance do decreto, perguntamos se há por trás disso outras razões", disse.

O dirigente admite que no sistema anterior não houve a preocupação de se definir o que era do Estado e o que era do partido. "O PAICV — afirma — nem sempre se preocupou em registar os seus bens e se não o fizemos hoje o problema é nosso".

Brito cita como exemplo que o seu partido podia ter perfeitamente comprado as instalações em que, durante todos estes anos, funcionaram a sua sede nacional, que agora terá de abandonar uma vez que o Governo pretende instalar nelas parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Outros edifícios ocupados pelo PAICV deverão ser igualmente entregues, havendo casos de alguns que já o foram devolvidos; por exemplo, as antigas sedes na Assomada (Santiago), São Filipe (Fogo) e Espargos (Sal), sendo intenção do governo transformar a maior parte dessas instalações em tribunais regionais.

De acordo com José Brito, a devolução não foi feita há mais tempo porque o PAICV, no caso da sede nacional, teve um prazo até Dezembro do antigo ministro das Finanças, Osvaldo Sequeira, para permanecer no edifício. "O que aconteceu depois foi a limitação do prazo de entrega, o que nos criou novas dificuldades", disse.

"Vamos entregar tudo"

Afirma também que o PAICV tem consciência de que "os bens do Estado são do Estado" e que, por isso, não tem a intenção de insistir neste ponto. "Até finais de Agosto pretendemos entregar tudo o que é do Estado; ao contrário do que se diz, não queremos ficar com nada que não seja nosso", garantiu.

Entre os diversos bens imóveis em disputa constam ainda a empresa Grafedito e as instalações do Instituto Amílcar Cabral — antigo centro de formação do PAICV. Em relação ao primeiro, há um entendimento segundo o qual apenas as instalações pertencem ao Estado uma vez que os demais bens são uma oferta do antigo partido socialista unificado da Alemanha Democrática.

Quanto ao Instituto Amílcar Cabral, o caso é mais complicado, sobretudo para o PAICV, visto que o terreno em que o mesmo foi construído é do domínio público. Segundo José Brito, tratou-se de um donativo do Governo, embora não exista um acto legal que o comprove.

Para construir o Instituto, o PAICV recebeu também donativos do PAIGC, uma vez que o projecto pretendia ser cabo-verdiano e guineense. Quanto aos donativos do partido BAAS do Iraque, o PAICV decidiu na altura, por motivos de gestão, enviá-los ao Ministério das Finanças. "Como a coisa não ficou clara, coloca-se agora a questão se o investimento era do Estado ou se do PAICV", diz Brito.

"Se há realmente um espírito de negociar estamos dispostos a fazê-lo, de acordo com os interesses de todos nós e de Cabo Verde", afirma o dirigente, para quem o decreto governamental contraria a vontade de se resolver os conflitos pelo diálogo, "além disso — acrescenta — o Estado é quem tem de provar que os bens lhe pertencem".

José Brito cita ainda o caso de várias instalações das organizações de massas do seu partido construídas, em alguns casos, em terrenos municipais, com o apoio dos seus militantes e amigos. "Se o PAICV não fez o registo, os municípios também não o fizeram; o máximo que pode acontecer é dizer que esses edifícios pertencem às comunidades. A tomada pura e simples por parte do Estado, neste momento, é incorrecta", defendeu. ■

PÚBLICO

QUINTA-FEIRA, 1 AGOSTO 1991

Guiné-Bissau

Núcleo do PAIGC critica Governo

LUIS VASCONCELOS

UM GRUPO de 121 militantes do PAIGC, incluindo membros do Governo, antigos dirigentes e quadros, entregou ao Presidente guineense, "Nino" Vieira, uma carta, tornada pública ontem, contendo críticas violentas à actual direcção do seu partido.

A direcção política do partido de Vieira é acusado de paralisação das estruturas, manipulação do aparelho e desvios à linha de Amílcar Cabral.

A chamada "Carta dos 121" insurge-se contra o comportamento e posições de altos responsáveis, que diz não se coadunar com as opções e decisões resultantes do III Congresso Extraordinário, o que "pode conduzir à desmobilização crescente de militantes que já não se reconhecem no partido", lê no documento.

Representantes do grupo, entre os quais se destacavam Agnelo Regalla, secretário de Estado da Informação, Manuel Rambout Barcelos, recentemente demitido do cargo de ministro da Educação, Califa Seidi, do Comité Central, Adriano Ferreira, director-geral da empresa "Guina-ve" e João da Costa, antigo ministro da Saúde, foram recebidos pelo Presidente Nino Vieira.

"Tolerância"

Durante o encontro, o grupo alertou o Presidente para o "estado de saúde" do partido e para os efeitos negativos que certas posições de dirigentes que se opõem à abertura política podem vir a ter na actividade económica do país, uma vez que poderão conduzir à retracção do inves-



"Nino" Vieira recebeu um grupo de "rebeldes" do PAIGC

timento nacional e estrangeiro.

A "Carta dos 121" defende uma maior tolerância política e preconiza uma transição democrática na estrita observância dos direitos e garantias a todos os cidadãos e forças políticas conferidos pela Constituição e a Lei dos Partidos.

Na perspectiva dos autores do documento é urgente a convocatória do V Congresso com vista à correcção e rectificação das estruturas e estratégias do PAIGC numa óptica pluripartidária.

Diz a Carta que a democratização da sociedade guineense só será possível se todas as forças — incluindo o PAIGC — respeitarem o jogo democrático e o princípio da unidade nacional, o que pressupõe a participação de to-

dos os cidadãos sem discriminação de raça, cor, origem social ou religião.

Os efeitos da reivindicação dos "121" não se fizeram esperar. Numa cerimónia recente de tomada de posse de três membros do Governo de Bissau, o Presidente "Nino" Vieira fez referência à necessidade de uma maior tolerância e mesmo colaboração com a oposição, dizendo que, se for necessário, esta deve ser auxiliada com meios, o que inclui, por exemplo, carros.

O Comité Central vai reunir-se hoje em Bissau e, segundo fontes partidárias, é possível que o "Grupo dos 121" venha a ser convidado a participar nos trabalhos. ■

António Soares Lopes, em Bissau

A TEMPERATURA política na capital guineense sobe em cada dia que passa, e o Presidente João Bernardo Vieira — "Nino" — foi colocado numa situação embaraçosa, tanto pela oposição como pelo seu próprio partido: a oposição exige o início do diálogo directo e a suspensão da chamada polícia política, enquanto, no PAIGC, os ortodoxos são duramente criticados por um movimento de militantes ("Carta dos 121"), cuja real dimensão ainda se desconhece.

O Presidente Vieira vai ter de se pronunciar mais claramente sobre os caminhos a seguir. Mas sobretudo vai ter de criar condições para que as suas palavras sejam escutadas no interior do PAIGC, cuja actual direcção se opõe à abertura política.

País de cerca de um milhão de habitantes, com 90 por cento de analfabetismo, a Guiné-Bissau foi profundamente marcada por 11 anos de guerra contra a administração colonial, de 1963 a 1974.

Um golpe de Estado liderado em 14 de Novembro de 1980 por "Nino" Vieira contra o Presidente Luís Cabral assinalou o início da II República, sob a égide de um comandante de guerrilha que usara o nome de "Kabi Na Fantchamna".

Das antigas colónias portuguesas na África, a Guiné-Bissau foi a primeira a enveredar pelas reformas económicas, rompendo gradualmente com o sistema de economia centralizada e ensaiando os primeiros passos da liberalização comercial no sentido de uma economia de mercado.

Cedo também se falou da urgência de uma abertura política; mas do discurso aos actos ficou um fosso "intransponível": a luta armada, que continua a ser uma referência, senão mesmo uma fronteira, a ter em conta para qualquer tipo de acção que se queira empreender.

Os heróis eram analfabetos

A maioria dos protagonistas da chamada "epopeia libertadora" era analfabeta e, ao cabo de duas décadas, o seu horizonte cultural não sofreu grandes mutações. De resto, esta é uma das críticas que "Nino" Vieira faz aos seus correlegionários.

Ao desfraldarem a bandeira do pluripartidarismo, os renovadores do PAIGC não ignoravam estes dados e sabiam que o preço a pagar podia ser caro. E foi.

As ideias da abertura e da democratização passaram no II Congresso, realizado há seis meses, mas os seus autores foram simplesmente "massacrados" pela ala conservadora, que

hoje controla o Comité Central e chega a contrariar em público as teses de "Nino", coisa impensável ainda há menos de um ano.

Recentemente, num comício realizado em Bafatá, enquanto o Presidente fazia a apologia da unidade nacional dizendo que não é a cor da pele que define o guineense, o então ministro residente Mário Mendes retomava a tese da "quarta geração", para se determinar quem é que é guineense de origem. Bastante constrangido, um dirigente tradicional e velho militante do PAIGC, dizia ao PÚBLICO. "Por este andar, qualquer dia retiram a nacionalidade a Amílcar Cabral".

Alguns reformadores não conformados com esta situação aliaram-se a quadros oriundos da escola piloto e produziram uma carta reivindicativa, assinada por 121 militantes, a exigir o fim dos desvios e o regresso à linha original do partido que há 17 anos detém o monopólio do poder.

Vítimas de perseguição

A oposição tem sido outro alvo predilecto dos conservadores. Publicada a Lei dos Partidos, as forças da oposição avançaram em direcção ao interior do país, em campanhas de sensibilização e de captação de simpatizantes.

A partir de então, de acordo com vários comunicados, têm sido vítimas de perseguição, prisão e, em certos casos, ficado sem os meios de transporte dos seus representantes.

As dificuldades experimentadas no terreno obrigaram a oposição a unir-se para estabelecer uma plataforma com vista a romper as barreiras e a obrigar o PAIGC a acalmar os seus homens nas províncias.

Foi assim que, nos dias 30 e 31 de Julho, a Frente Democrática de Aristides Menezes, a Frente Nacional Democrática de Rafael Barbosa e o Partido Unido Social Democrata de Victor Saúde Maria se reuniram num dos hotéis de Bissau, tecendo fortes críticas ao poder, por falta de transparência, e denunciando casos de atemorização e de repressão de cidadãos.

Aqueles partidos denunciaram o caso dos tenentes-coronéis Watna N'Laye e Malam Sané e dos majores Saye Na Nhagba e Tagna Na Waye, que não obstante a amnistia decretada em Dezembro de 1989 continuam sob residência fixa nas ilhas Bijagós. E exigiram que o Supremo Tribunal deixe de pedir documentos que não estão previstos na Lei dos Partidos. ■

António Soares Lopes,
em Bissau

PÚBLICO

SÁBADO, 3 AGOSTO 1991

PÚBLICO

SEGUNDA-FEIRA, 3 AGOSTO 1991

Guiné-Bissau

PAIGC convoca Congresso

O COMITÉ Central do PAIGC convocou para Novembro o V Congresso deste partido, como forma de melhor o adequar à actual realidade guineense, caracterizada pelo surgimento de uma série de forças de oposição.

Entretanto, o CC afastou de secretário permanente, Vasco Cabral, que há meses se encontra em tratamento na capital francesa, e substituiu-o a título provisório por Carlos Correia, membro do Bureau Político e ministro do Desenvolvimento Rural e Agricultura.

Reunido durante os últimos dias, aquele organismo dirigente do até agora partido único concluiu que o mesmo necessita urgentemente de ser reestruturado e renovado, dando mais atenção à sua ala juvenil.

Acosado por uma série de críticas quanto a imobilismo e a falta de seriedade na abertura, o partido dirigido por João Bernardo Vieira decidiu que se publique o mais depressa possível uma lei de Imprensa, uma lei da greve e uma regulamentação do acesso das forças políticas aos órgãos de informação.

O grupo que desde 1974 governa a Guiné-Bissau reafirmou o carácter irreversível das mudanças que têm vindo a ser anunciadas, prometeu uma lei da nacionalidade e propôs ao Parlamento a revisão da lei-quadro dos partidos.

Fonte oficiosa disse ao PÚBLICO que o PAIGC acei-

ta diminuir de 2 mil para mil o número de assinaturas necessárias para que cada formação política solicite a sua legalização.

Clube de antropófagos

Há já três meses que o PAIGC renunciou teoricamente ao monopólio do poder, mas na prática uma perfeita vivência democrática ainda não entrou em vigor.

A Frente Democrática, de Aristides Menezes, que foi a primeira força da oposição a tentar sair da clandestinidade, aguarda desde 11 de Junho a legalização, em parte devido ao facto de não ter apresentado a totalidade dos documentos que o Supremo Tribunal exige; designadamente o bilhete de identidade de todos os cidadãos que deram a sua assinatura.

A maioria dos guineenses não possui bilhete de identidade e tirar um pode demorar mais de um ano, pelo que Menezes disse que o Supremo deveria "estar a brincar" quando suspendeu a legalização da primeira força que até agora a solicitou.

Rafael Barbosa, líder da FDS, Vitor Saúde Maria, chefe do PUSD, e Aristides Menezes entregaram na semana passada ao protocolo de Estado uma carta aberta para o Presidente João Bernardo Vieira, convidando-o a "assumir o momento histórico e a não permitir entraves, e mui-

to menos subterfúgios" à implantação da democracia.

Quanto a Vitor Mandinga, coordenador do Partido da Convergência Democrática (PCD), interrogado sobre alegações de que esta nova formação poderia ser satélite do PAIGC, respondeu que nada tem a ver com o "Grupo dos 121", corrente reformista recentemente surgida, e muito menos com os ortodoxos do partido governamental, a quem não reconhece capacidade nem competência: "São uns antropófagos, que se comem uns aos outros".

Vitor Mandinga — que fez uma destrinça entre o Presidente Vieira e muitos dos seus camaradas — manifestou a esperança de que os próximos meses ajudem a clarificar a situação na Guiné-Bissau e que se consiga impôr o diálogo, "de modo a evitar que os conservadores recorram às armas".

Por outro lado, o antigo assessor presidencial Francisco Fadul continuou ontem, desta vez na igreja de Santo António de Bandim, as suas prédicas dominicais contra o regime vigente, iniciadas na capela de Nossa Senhora de Fátima.

Recorrendo a um texto previamente escrito, ao contrário do que fizera nas ocasiões anteriores, em que falara de improviso, disse que o país vive "mergulhado na mentira oficial" e lançou outras diatribes contra o sistema presidido por "Nino" Vieira. ■

António Soares Lopes,
em Bissau

Direcção do PAIGC reforma a República da Guiné-Bissau

O COMITÉ CENTRAL do PAIGC, iniciando um processo de reformas no país, aprovou várias emendas à Lei dos Partidos Políticos e outras medidas importantes, a par da substituição de Vasco Cabral no cargo de secretário-permanente daquele órgão do partido no Poder na República da Guiné-Bissau. A sessão extraordinária do Comité Central, que começou no dia 1 e terminou ontem, aprovou uma proposta — a submeter à Assembleia Nacional Popular — de revisão da Lei dos

Partidos Políticos, designadamente a redução do número de assinaturas exigível para a sua legalização, que actualmente é 2000. O CC do PAIGC decidiu propor também ao Parlamento a revisão, «tão depressa quanto possível», da Lei da Nacionalidade, bem como a aprovação das leis de Imprensa, de acesso dos partidos políticos aos órgãos de Comunicação Social, da liberdade sindical, da greve e da requisição civil.

Carlos Correia, o segundo homem mais importante do

aparelho do PAIGC (que actualmente ainda se confunde muito com o próprio aparelho do Estado), foi indigitado para substituir provisoriamente Vasco Cabral no cargo de secretário-permanente do Comité Central. As resoluções finais da reunião extraordinária do CC do PAIGC salientam, por fim, a disponibilidade do partido no Poder para «manter um diálogo aberto e construtivo com as formações políticas em presença e as mais diversas correntes de opinião».

5/AGOSTO/1991

Comércio da Porta

PARIS PRESTA A BISSAU AJUDA FINANCEIRA

A França e a Guiné-Bissau assinaram em Bissau uma convenção que prevê ajuda financeira francesa no valor de cinco milhões de francos (cerca de 125 mil contos).

A ajuda destina-se a apoiar o programa de ajustamento estrutural da economia guineense. Fonte da missão da coope-

ração francesa disse à Agência Lusa que este financiamento permitirá à Guiné-Bissau "atenuar os custos sociais de certas reformas, melhorar a produtividade da administração pública e garantir um aprovisionamento de produtos alimentares, condições indispensáveis para a estabilização monetária".

Trinta e cinco por cento do financiamento estão reservados aos sectores sociais, através da aquisição de medicamentos e material para a saúde e educação. Igual montante será consagrado ao apoio da reforma do Ministério da Economia e Finanças, designadamente na compra de equipamento de escritó-

rio e de material para as direcções do Tesouro, das Alfândegas e dos Impostos, bem como para o serviço encarregado do controlo da dívida externa. Os restantes 30 por cento da ajuda financeira visam assegurar a importação de bens alimentares, pequeno equipamento e alfaias agrícolas.

Persistem mistérios da intentona

A DETENÇÃO de dois generais não bastou para dissipar o mistério em torno de uma tentativa de golpe de Estado confirmada pelo Presidente Joaquim Chissano na segunda-feira, véspera do 16º aniversário da independência de Moçambique. Os responsáveis pela intentona — militares no activo e na reserva e alguns civis — teriam planeado levá-la a cabo na terça-feira para surpreender a população com um regime militar instalado no Palácio presidencial de Ponta Vermelha no dia da independência.

Segundo fontes britânicas geralmente bem informadas, seriam fisicamente abatidas algumas das principais figuras do Bureau Político da Frelimo, entre as quais Armando Guebuza, ministro dos Transportes e Comunicações e chefe da delegação governamental às conversações com a Renamo, Pascoal Mucumbi, ministro dos Negócios Estrangeiros, e Alberto Chipande, titular da pasta da Defesa. Os dois primeiros são tidos como prováveis sucessores de Chissano na liderança da Frelimo, caso este

decida afastar-se do partido para se apresentar como independente às eleições presidenciais. De acordo com as mesmas fontes, Chissano seria preso até eventual julgamento, que se presume que seria sumário, em tribunal militar.

Pouco convincente é, no entanto, a lista de prováveis implicados no golpe frustrado veiculada por alguns jornais estrangeiros.

A lista inclui militares e civis conhecidos pelas suas posições divergentes em relação à liderança da Frelimo, pelo menos desde meados dos anos 80, pouco antes da morte do Presidente Samora Machel. Mas associa nomes como os dos generais Sebastião Mabote, José Moiane e Domingos Fundo aos de Marcelino dos Santos (presidente da Assembleia da República) e Jacinto Veloso (ministro da Cooperação), dois dos visados pelos militares veteranos que, em manifestos de circulação restrita, exigiam a «transferência do poder para os moçambicanos genuínos».

Sebastião Mabote, guerri-

heiro lendário da Frelimo, o primeiro chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, desempenhou o cargo até 1986, altura em que Samora Machel o demitiu, acusando-o de «negligência militar», e o enviou para uma academia militar cubana. Em 1989, Mabote perdeu também o lugar de membro do Bureau Político. Há um ano, regressara de Havana e, apesar de ser o segundo oficial-general mais graduado no activo, ainda não fora colocado.

O general na reserva José Moiane, também guerrilheiro e ex-governador das províncias de Manica e Maputo, cumpria formalmente, desde Junho passado, a pena de prisão maior a que fora condenado por ter morto a mulher.

O general Fundo, considerado um grande estratega militar, é o actual comandante nacional das tropas de Guarda Fronteira.

Desmentidos

A preparação do golpe foi noticiada em primeira mão pelos serviços portugueses da BBC e de imediato desmentida

pelo actual chefe do Estado-Maior, general Hama Thai. Roelof «Pik» Botha, o ministro dos Estrangeiros da África do Sul, corroboraria, no entanto, a notícia 24 horas depois, citando revelações de Joaquim Chissano durante a audiência que concedera, na tarde do dia 21, ao director-geral do seu Ministério, Rusty Evans.

A meio do dia 22, um comunicado em três parágrafos dava conta da descoberta de «um grupo constituído por militares, alguns na reserva e outros no activo, que preparava um golpe de Estado contra o Governo».

A partir de pistas fornecidas por fontes dos Ministérios da Defesa e Segurança, Mabote, Moiane e os principais responsáveis pelo comando das tropas de protecção aos projectos económicos encabeçavam a lista dos conspiradores.

Uma grande parte dos membros do Bureau Político da Frelimo estava no exterior, entre eles o primeiro-ministro e os titulares da Defesa, Negócios Estrangeiros e dos Transportes e Comunicações.

Maputo era, no entanto, uma cidade tranquila. Apenas as linhas telefónicas registavam um enorme congestionamento, devido às chamadas do estrangeiro e das províncias de pessoas que queriam saber «pormenores do golpe».

No aniversário da independência, a presença de Mabote e Fundo na cerimónia oficial, junto de Joaquim Chissano, gerou grande controvérsia. Os seus nomes foram retirados do rol dos suspeitos e a sua detenção seria oficialmente desmentida dois dias depois, quando foram divulgados os nomes dos 16 principais implicados na preparação do golpe.

Fontes oficiais contactadas pelo EXPRESSO consideraram «um exagero» qualificar as movimentações militares como «tentativa de golpe de Estado», mas reconheceram existir «descontentamento e uma enorme frustração» entre as altas patentes apontadas como envolvidas na intentona.

Chissano terá sugerido não ser do interesse da democracia na África Austral e dos esforços do Presidente De Klerk o

encorajamento velado de círculos da extrema-direita sul-africana aos «militares descontentes» em Moçambique. Fontes diplomáticas sul-africanas consideraram esta informação como tratando-se de «rumores infundados», mas pelo menos duas embaixadas ocidentais em Maputo admitiram ter detectado uma potencial pista sul-africana.

Segundo sectores que se assumem como defensores da abertura, da democracia e da economia de mercado, os golpistas «pretendiam impôr um regime fascista». Um oficial superior na reserva disse ao EXPRESSO que os envolvidos na intentona «estavam completamente marginalizados e são gente de pouca cabeça». Mas o certo é que, a confirmarem-se as revelações até agora feitas, o perfil dos militares envolvidos não dá ao Presidente Chissano mãos livres para executar a reestruturação das FA há tanto tempo esperada.

Fernanda Barão com Fernando Lima, em Maputo e Tomás Vieira Mário, em Roma

EXPRESSO, SÁBADO 6 DE JULHO DE 1991

Frelimo reúne Congresso em Agosto

AS CONSEQUÊNCIAS da tentativa de golpe de Estado, «agendada» para coincidir com o aniversário da independência de Moçambique, poderão marcar o futuro imediato do país e, em especial, a via de democratização, condicionada pelo lento processo de negociação da paz, em Roma.

A guerra de 15 anos — que já fez quase 1 milhão de mortos e 4 milhões de deslocados, além de 15 milhões de dólares de prejuízos materiais — acabou, inevitavelmente, por dar ao Exército o papel de quase segundo poder. O Presidente moçambicano, Joaquim Chissano, que governa na base de consensos, enfrentará um complexo jogo de equilíbrios, no qual o mínimo deslize poderá ser fatal, num momento em que o novo ordenamento político do país não é ainda claro.

É do domínio público o ambiente de contestação que se respira em alguns círculos do generalato moçambicano, que se sentem afastados dos principais centros de decisão política e confinados às casernas, em consequência das transformações políticas que visam a abertura a uma democracia multipartidária. Esses círculos militares perderam, aliás, há muito, o prestígio dos primeiros anos de independência, quando, usando o poder que a guerra acabara por lhes conferir, entraram num ciclo de des-

mandos e corrupção, que incluiu redes de tráfico e roubo de manadas de gado a criadores das zonas rurais.

Inicialmente silenciada, a existência destas redes é hoje divulgada pela imprensa moçambicana, como aconteceu, por exemplo, com a notícia, publicada a 13 de Junho, pelo diário «Notícias», da detenção de um ex-major do Exército e de um militar ainda no activo, acusados de roubo de gado na província de Gaza.

Definir novas estratégias

A consolidação de Chissano e da equipa que o apoia neste período de transição, e na qual se destacam os ministros Armando Guebuza (Transportes e Comunicações), que chefia a delegação da Frelimo às conversações com a Renamo, Pascoal Mucumbi (Negócios Estrangeiros), Alberto Chipande (Defesa) e Mariano Matsinhe (Segurança) — os três primeiros apontados como figuras a eliminar pelos golpistas —, poderá ser confirmada no próximo Congresso extraordinário do partido no poder, marcado para Agosto.

O Congresso da Frelimo irá definir novas estratégias, face à realidade política e económica actual, decorrente da aprovação, em Novembro passado, de uma Constituição que consagra o

multipartidarismo. Os quadros da Frelimo terão igualmente que debater qual o destino a dar a milhares de militares afectos às Forças Armadas em nome do partido, dado o desafio representado pela formação de um novo Exército nacional, que irá integrar alguns homens do contingente da Renamo. Alguns destes militares perderão o acesso automático aos órgãos de cúpula da Frelimo por inerência da patente ou, o que será o caso da maioria, serão simplesmente desmobilizados. A desmobilização irá levantar problemas graves, uma vez que, qualquer que seja o plano a que venha a obedecer, a reintegração social dos militares, num país marcado pela fome e pela devastação, ficará sempre longe de garantir níveis decentes de vida, mesmo contando com as ajudas externas já prometidas por alguns países europeus, nomeadamente nórdicos.

Com a introdução do voto secreto, a batalha pela renovação dos quadros da Frelimo será por certo renhida neste Congresso, apesar de alguns «históricos» — como Marcelino dos Santos e Jorge Rebelo, ambos do Bureau Político — terem já posto os seus lugares «cativos» à disposição do partido.

Fernanda Barão
com **Tomás Vieira Mário,**
em Roma



Mocambique caminha para a democracia no meio de uma guerra que tarda em acabar, das contradições do regime político e do infinito sofrimento de um povo martirizado. Sobre o presente e o futuro da antiga colónia portuguesa iniciamos hoje a publicação de quatro textos do nosso colaborador Fernando Couto, acabado de regressar de uma viagem a Maputo, onde foi durante anos correspondente do JN.

**FERNANDO
COUTO**

Texto

cias, servir para alertar os responsáveis da RENAMO para a necessidade de concluírem urgentemente as conversações para o cessar-fogo e a paz.

Se o fizerem, desmotivarão os

OS «FALCÕES» DE MAPUTO...

«falcões» de Maputo e ganharão a possibilidade de se instalarem como partido em Moçambique e, aí, precisarão de desenvolver um longo, amplo e árduo trabalho de propaganda para alterar a estereotipada imagem de «bandidos armados» que a FRELIMO lhes aplicou e a sua actuação no terreno, em grande parte, justificou.

Se é verdade que as populações querem a paz, também não é menos verdade que há sectores interessados no prolongamento da guerra e até quem julgue que é possível e indispensável também derrotar militarmente a RENAMO, mesmo que para isso se torne necessário eliminar os dirigentes pacifistas da FRELIMO. E, assim, a possibilidade de novo golpe ou mais intenções não se deve excluir de todo.

• Ainda o golpe

O Governo negou o golpe enquanto pôde e só o admitiu quando já não era possível encobrir mais tempo. Como habitualmente, neste tipo de regimes, os naturais do país souberam da informação em primeira «mão» por meios de comunicação social estrangeiros.

A revelação das identidades dos conjurados só foi feita no dia seguinte à publicação na Imprensa maputense de um comunicado da Frente de Acção Patriótica, exigindo-a. Entretanto, o prestígio do presidente Chissano parece só ter sofrido a beliscadura do atraso na apresentação dos nomes dos conspiradores.

O tratamento mediático do golpe foi de todo minimizado no país, como se o Governo não tivesse ligado importância ao assunto. Isso, porém, não impediu, antes pelo contrário, que toda a gente especulasse e fizesse conjecturas envolvendo até na conspiração pessoas que não participaram e que até reagiram mal ao golpe.

Caracterizadamente regionalista, a facção organizadora, circunscrita a uns tantos indivíduos desprovidos de cariz político, pretendia romper definitivamente com o processo de pacificação, abatendo os dirigentes pacifistas, derrotar militarmente a RENAMO e retomar o projecto socialista original da FRELIMO. Composta somente de originários da provincia de Gaza, desprovida de programa realista, sem perspectivas de apoios externos ou internos, estava, de antemão, condenada ao fracasso, até porque vinha de todo desfasada do momento histórico que Moçambique atravessa.

Na tentativa de descortinar as motivações, será preciso considerar a frustração traumática que sentirão aqueles militares que entraram para as guerrilhas da FRELIMO no começo da década de 60, sem habilitações académicas, e fizeram a guerra anticolonial com dedicação e brilho. Em 74, alguns, já com mais de 30 anos de idade, julgaram-se no direito de recolher os benefícios da sua participação na guerra, uma vez que eram considerados heróis nacionais, especialmente os dois generais implicados — Sebastião Mabote e José Moiane. Em vez disso, foram, a partir de 77, envolvidos numa outra guerra.

Catorze anos depois, a guerra continua, eles ficaram ultrapassados e marginalizados por jovens que estudaram e não lhes reconhecem capacidades de dirigentes militares. De facto, não estudaram e também não fizeram investimentos com os incentivos que o Governo proporcionou para compensar esses militares históricos, mas inconvenientes e incómodos. Mais ainda: com o abandono do projecto socialista, sentem-se desorientados e traídos por essa FRELIMO que já actua de modo muito diferente desses anos atrás. E por tudo isso revoltam-se.

Sabe-se que o Exército vence salários muito baixos e pagos com meses de atraso — factor com que os organizadores talvez contassem no sentido de o movimento granjear mais ampla adesão.

Assim expostas as informações que circularam, mais as conjecturas tecidas, traça-se um quadro já de si bastante propício à criação de um clima golpista. Por isso, não é de excluir a possibilidade de que outro ou mesmo outros venham a ser tentados.

• As conversações

Há quem comente em Maputo que a FRELIMO não está muito interessada na pacificação, em virtude de, presentemente, a vida económica do país se desenvolver em grande parte com base nos auxílios externos. Recear-se-á, pois, que assinada a paz, os donativos cessem ou diminuam mais drasticamente do que já tem vindo a acontecer nestes últimos anos.

Também se julga que uma parte da classe política dominante ainda não possui a base económica que deseja ter. Assim, precisará de mais tempo no exercício do poder político — estatal, partidário, administrativo — para poder beneficiar das benesses e facilidades que aqueles cargos proporcionam, agora mais com as privatizações à vista.

Também para isso contribuirá o receio aqui sentido de as conversações serem transferidas para Lisboa e assim virem a dar mais força à chamada «componente portuguesa» da RENAMO. Isso perspectivaría — diz-se — a reabertura do contencioso que foi encerrado por Sá Carneiro, o que poderia proporcionar aos ex-colonos a restituição maciça dos seus bens e indemnizações — o que não deve passar de um absurdo.

FRELIMO EM BUSCA DO PRESTÍGIO PERDIDO

Os dirigentes da FRELIMO efectuaram a sua preparação ideológica, política e militar sob a égide do marxismo-leninismo, em plena época brejevniana. O regime que implantaram em Moçambique era caracterizadamente estalinista, com alguns dirigentes assumindo abertamente a sua admiração por Estaline e os seus métodos.

FERNANDO
COUTO

Texto

A derrocada dos regimes do Leste europeu também produziu efeitos em Moçambique: a Direcção do partido FRELIMO decidiu acompanhar a mudança em direcção a uma social-democracia e deve creditar-se-lhe a iniciativa da alteração, embora a isso não tenham sido estranhas influências exteriores e também a acção da RENAMO.

Entretanto, a implantação do regime tinha sido tão intensiva e extensiva, que ainda hoje se lhe notam sequelas do estalinismo: o abuso da autoridade espraiando-se pela ilegalidade berrante, a falta de transparência na administração, o aparelho legislativo à espera de metade deste ano para decidir sobre os direitos de informação, de manifestação e de reunião, a falta de informação relativamente aos presos políticos, certa forma de caça ao homem como forma de recrutamento para as Forças Armadas...

Presentemente, o Governo parece não ter estabilidade nem força. Abandonaram-no ou foram substituídos elementos políticos de inegáveis perfis de competência e honestidade, alguns por força da africanização, outros desencantados com a evolução do regime. Ao leme, Joaquim Chissano continua a ser figura carismática a quem se reconhecem qualidades de tolerância, capacidade de diálogo, ponderação e desapego ao poder, bem como prestígio no exterior. Ao seu lado, também beneficiam da opinião pública Mário Machungo e Pascoal Mocumbi.

● Partidos tribais

A proliferação de partidos já vem acontecendo, tal como era de esperar, em consequência da abertura política. Além da FRELIMO e da RENAMO, já dão sinais de vida mais oito formações, quase todas dispondo, por agora, somente de designações, direcções, estatutos, programas e algumas tendo já realizado congressos.

Calcula-se em Maputo que o leque partidário venha ainda a alargar-se mais numa primeira fase, para, em seguida, diminuir a ponto de se recear que se caia numa bipolarização FRELIMO-RENAMO.

Por agora, a única figura de algum carisma

surgida foi Máximo Dias, prejudicado pela carga de desconhecimento do país real, em virtude da sua vivência no estrangeiro — aliás, um dos males que prejudicou a FRELIMO. Julga-se que Domingos Arouca terá possibilidades de vir a desempenhar uma função importante de âmbito partidário ou supra-partidário, caso decida regressar a Moçambique e ingressar na vida pública, uma vez que tem a seu crédito um passado político prestigioso e gozava de grande popularidade nas áreas de Inhambane e Maputo.

Por outro lado, também se receia em Maputo que as formações partidárias venham a caracterizar-se pela sua tónica tribal determinada pelas bases, podendo, entretanto, as cúpulas ser constituídas por elementos de diversas etnias. Ao fim e ao cabo, é provável que aqui venha a acontecer o mesmo fenómeno tão comum em países africanos: o partido é a tribo.

A FRELIMO deverá efectuar um intenso e

profundo trabalho de alteração do comportamento para que as populações esqueçam e lhe perdoem os erros e abusos de toda a ordem, cometidos aos mais diversos níveis. Já está, de algum modo, a efectuar esse trabalho, mas precisará de o desenvolver e ampliar e é difícil prever se as massas não lhe assacarão as culpas como responsável original do descalabro a que o país chegou.

No dia em que for abertamente debatida a

«Operação Produção», por exemplo, com a dramática transferência de mais de 100 mil pessoas do Sul para o Norte, que se transformou numa avultada fonte de recrutamento de guerrilheiros para a RENAMO, ver-se-á a capacidade de resistência da FRELIMO. E podem acrescentar-se àquela outras violências e erros, tais como as perseguições religiosas, as discriminações do partido, os projectos grandiosos, os aldeamentos...

● Os «bandidos» armados

Por sua vez, a RENAMO ainda é muito identificada como organização de «bandidos armados». Esta foi uma designação muito feliz da propaganda da FRELIMO que efectuou um trabalho muito eficaz, tanto no âmbito interno, como externo. Até porque assim conseguiu fazer atribuir a RENAMO atrocidades que outros praticaram (formações das Forças Armadas, bandos tresmalhados da FRELIMO e da RENAMO).

Criada pela Rodésia de Smith, a RENAMO nasceu dos descontentamentos legítimos e ilegítimos, provocados pela acção da FRELIMO. Se assim não tivesse sido, se não tivesse recebido apoios das populações, principalmente apoios voluntários e colaboração, nunca teria conseguido sobreviver tão longamente e, sobretudo, não conseguiria passar muito além das zonas fronteiriças da Rodésia e

do Malawi e implementar-se, como fez, em todas as províncias e até mesmo no litoral.

Assim, é difícil, por agora, avaliar a popularidade da RENAMO no território nacional. A imagem que a FRELIMO conseguiu impor ao Mundo era a de um movimento terrorista, com o qual assegurava nunca ir negociar. Entretanto, aceitou a negociação, e fez-lo como parceiro em pé de igualdade.

É certo que a RENAMO ainda não apresentou um perfil político capaz de a acreditar como entidades à altura de assumir a alternância do poder ou mesmo da sua comparticipação. E, em contrapartida, a FRELIMO goza das boas graças de Washington, Londres, Paris, Moscovo, Roma...

Também nessa área, a RENAMO parte em desvantagem e deverá efectuar um esforço muito considerável para obter uma imagem diferente da que tem.

● Controlo de informação

Os meios de comunicação social existentes são exclusivamente dominados pela FRELIMO. Os seus regimes jurídicos poderão ser postos em causa, mas já tornou claro que não admitirá a privatização da Rádio nem da Televisão. E, nesta conformidade, esses dois órgãos deverão continuar muito afectos à FRELIMO, uma vez que são dirigidos por elementos desse partido e boa

parte dos seus jornalistas alinha ainda pelos esquemas mentais do marxismo-leninismo.

Quando, em fins de Junho, a Assembleia da República discutiu a Lei da Imprensa, o ex-ministro da Informação, José Luís Cabaço, fez uma corajosa autocritica ao seu comportamento, denunciando-o como a subordinação da comunicação social ao Governo. Referiu a tradição de qualidade da Imprensa moçambicana no período colo-

nial, apesar da censura e até mesmo contra a censura. Reportando-se à Imprensa do período da independência, apontou a autocensura praticada como mais nociva que a existência de uma censura. Acompanhou-o o deputado Albino Magaia, jornalista reformado e da velha guarda.

Tentou desmenti-los Sérgio Vieira, que chegou a actuar, interinamente, como ministro da Informação e que, nessa qualidade, exerceu pessoalmente a censura. Negou que alguma vez tivesse sido preso um jornalista em Moçambique — o que é facilmente desmentível através de diversos casos noticiados no país e no estrangeiro. Esqueceu-se que tentou atemorizar o jovem jornalista Rui Zunguza, por causa de uma reportagem que este publicou na revista «Tempo» e relativa à forma como eram acolhidos os deslocados da «Operação Produção» em Lichinga, onde Sérgio Vieira exercia o cargo de governador.

Impasse em Santo Egídio

O JORNAL 2.8.1991

À espera do 'Grande Preto'

As conversações de Roma marcam passo. Fretilim e Renamo escapam ao mediador italiano. Será preciso que a África do Sul lhes acuda?

Augusto de Carvalho

Maputo

NA região Sul de África, com pretensões a sub-região política, há um branco que quer ser reconhecido como o «Grande Preto» do Sul e, enquanto isso não acontecer, as conversações de Roma continuarão a marcar passo. O branco é o presidente De Klerk, da África do Sul. As conversações de Santo Egídio, em Roma, entre o governo de Moçambique e a Renamo começaram ontem depois de vários anúncios quanto ao seu reinício, manobras dilatórias pelo meio, e o povo moçambicano a morrer de fome ou assassinado com requintes de selvajaria. Interrompidas em Maio, foi dito que se reiniciariam três semanas depois, por volta do dia 10 de Junho. Mas já estamos em Agosto.

No intervalo, os mediadores não conheceram descanso, a fim de procurarem o melhor clima para a solução dos conflitos emergentes, entre os quais o relativo à metodologia para a inscrição dos partidos e um grande número de assinaturas para a



Última década do século, Moçambique
Tudo pendente da paz. A palavra aos políticos
sua concretização.

Pontos que, segundo a «Lusa», constituem a base da agenda desta nova ronda negocial.

É, entretanto, opinião unânime, já partilhada pelo próprio governo de Moçambique o qual não a pode expressar publicamente e em termos claros, que aos mediadores, embora esforçados competentes e prestigiosos, lhes faltam características que podem ser determinantes para levar os contendores a um consenso mais rápido.

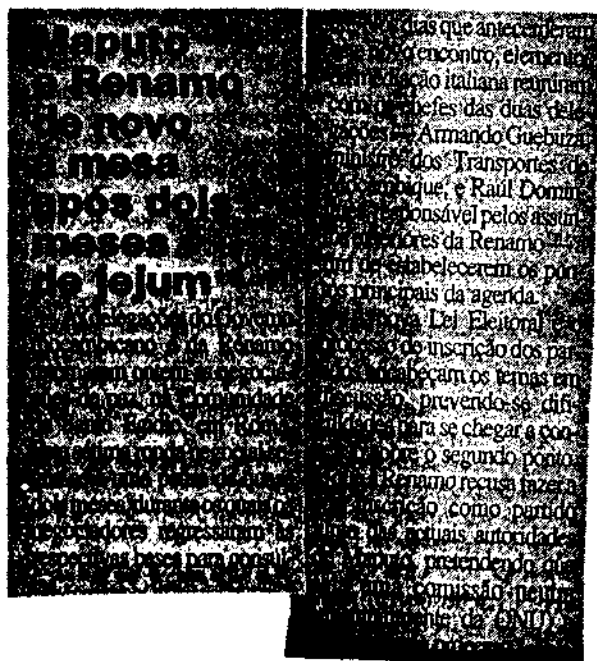
A Itália e a Igreja católica gozam de força moral enorme, mas carecem, neste caso, de poder de pressão, porque nunca foram partes no conflito nem possuem bastantes meios de persuasão.

Dizia-nos um governante moçambicano que não se trata de diminuir o trabalho e competência dos mediadores; mas enquanto a África do Sul não entrar abertamente em Santo Egídio, com estatuto oficialmente reconhecido, as negociações

continuarão a marcar passo. E juntava-lhe Portugal e os EUA. Portugal, por razões óbvias, enquanto técnico de moçambicanidade, conhecedor do processo da guerra e interessado no conflito, quer pela história comum quer por intromissões aqui e além, na própria guerra. Isto sem esquecer que mediou o conflito angolano com mestria e paciência, acumulando experiência. E os EUA por serem a única superpotência mundial, e porque, queira-se ou não, jogam forte na região.

A África do Sul foi, e continua a ser, parte no conflito. Continua, directa ou indirectamente, a auxiliar a Renamo. Pretória, onde De Klerk espera ansiosamente que a África lhe reconheça o estatuto do «Grande Preto» da região Sul, não vai deixar que lhe fuja da mão um instrumento que, por enquanto, ainda é capaz de controlar. A entrada em Santo Egídio seria a sua consagração oficial, uma espécie de selo carimbado por toda a África. Mais que o Prémio Nobel da Paz, que o poeta moçambicano, José Craveirinha, recentemente laureado com o prémio Camões, para ele propôs.

Pensa-se, aqui, em Moçambique, nos meios oficiais, que de facto, não faz sentido manter fora do jogo negocial um dos principais contendores. Procura-se, agora, uma forma diplomática para remediar actuações passadas, corrigindo-as sem molestar ninguém, nem afastar mediadores do plano em que foram colocados.



«O Jornal» revela

O que a Renamo exige nas negociações de Roma

«O Jornal» revela documento de Afonso Dhlakama: objectivos da Renamo nas negociações com a Frelimo

Frank Lindley Washington

O MOVIMENTO rebelde moçambicano pretende que durante a transição do seu país para a democracia o Governo seja controlado pelas Nações Unidas e 17 artigos da actual Constituição sejam suspensos — nos termos de um documento negociado elaborado pelo presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, a que «O Jornal» teve acesso.

O documento foi redigido no quartel geral da Renamo, na Orogosa, em Julho passado e intitula-se «Negociar a Transição Política para uma República Constitucional em Moçambique: Elaboração de uma Posição Diplomática para a Renamo, com Base em Antecedentes Honoráveis das Nações Unidas».

Neste, ao traçar os objectivos da Renamo para as conversações de paz com o governo de Maputo,

Afonso Dhlakama preconiza o envio imediato de uma delegação da ONU para o seu país, para garantir o respeito pelos direitos humanos; a retirada imediata de todas as tropas estrangeiras; a delegação de poderes provisórios de governo numa equipa da ONU; a suspensão de providas constitucionais politicamente delicadas; a elaboração de uma lei eleitoral que faça depender o processo de uma equipa das Nações Unidas (UNTAM — United Nations Transitional Authority in Mozambique); um cessar-fogo verificado pela ONU; regresso dos refugiados; e libertação dos prisioneiros políticos.

A parte certamente mais controversa deste documento é o seu Capítulo III, em que se advoga, à luz de um plano semelhante elaborado pelas Nações Unidas para o Camboja, que a ONU assumia o controlo de cinco ministérios: Negócios Estrangeiros, Defesa, Finanças, Segurança e Informação.

Segundo Dhlakama estes ministérios são a chave dos principais meios de intimidação, nomeadamente através da canalização sectorial de fundos para certos partidos, da utilização das Forças Armadas para intimidar os eleitores, da atribuição de «bónus» aos militantes do partido no poder, e do controlo e manipulação dos meios de

Comunicação Social.

O presidente da Renamo recorda, no seu documento, que o plano para o Camboja permite ao representante especial do secretário-geral das Nações Unidas controlar os cinco ministérios e «cessar, despedir e transferir funcionários do governo; supervisionar a aplicação da lei e a manutenção da ordem com eficiência e imparcialidade; e assegurar a protecção dos direitos humanos fundamentais».

«A Renamo», prossegue Dhlakama, «propõe que a componente administrativa do plano da ONU para o Camboja, seja aceite em Moçambique (...). A Frelimo pode delegar, no Conselho de Segurança das Nações Unidas, poder provisório sobre as instituições que podem afectar os resultados eleitorais».

Não menos controversa é a proposta do presidente da Renamo para a suspensão de 17 artigos da Constituição que considere «politicamente delicados»:

— o artigo 13.º e 14.º «porque garantem cidadania e direito de voto, com base na participação na luta pela libertação;

— o artigo 32.º «porque proíbe os partidos se eles forem regionais, ou não defenderem o conceito de interesse nacional preconizado pela Frelimo (...). Juntamente com

para o reforço do patriotismo»;

— o artigo 46.º «porque proíbe a propriedade privada de terra (...). Como, pode a Renamo ou outro partido funcionar, se a Frelimo é o senhorio dos terrenos necessários para a instalação de prédios do partido?»

— o artigo 69.º «porque proíbe discursos e manifestações destinadas a promover oposição contra a Frelimo, porque eles podem minar a segurança nacional, ou perturbar a harmonia social»;

— o artigo 74.º «porque proíbe a cobertura noticiosa de opiniões contrárias à política externa, à política de defesa, ou sejam críticas à Constituição»;

— o artigo 86.º «porque autoriza a expropriação de propriedades em quaisquer termos impostos pelo governo»;

— o artigo 96.º «porque proíbe o exercício de liberdades individuais se esse exercício irritar ou temer e, em face disso, ameaçar a ordem pública; se apoiantes da Frelimo ameaçarem uma manifestação da Renamo, a manifestação poderá ser proibida»;

— o artigo 105.º «porque estabelece um Conselho Superior da Comunicação Social para administrar os direitos e as restrições dadas ou impostas aos meios de Informação; isto não passa de

um conselho de censura»;

— o artigo 106.º «porque pode prejudicar uma campanha, debates ou esforços justos para a realização de eleições»;

— o artigo 118.º «porque requer a um candidato presidencial cinco mil assinaturas de proponentes, com pelo menos 200 em cada uma das províncias do país»;

— o artigo 120.º «porque autoriza o presidente a aliciar apoiantes para a Frelimo, através da oferta de títulos, recompensas em dinheiro e distinções oficiais»;

— o artigo 132.º «porque coloca o presidente acima da lei por qualquer ultraje cometido no exercício dos seus poderes oficiais, ainda que seja a tortura de adversários políticos, a detenção de jornalistas, ou fraude eleitoral»;

— o artigo 146.º «porque permite à Assembleia da República desqualificar qualquer deputado por qualquer razão prevista na lei»;

— o artigo 165.º «porque autoriza a punição ou demissão de juizes cujas decisões não agradam ao Governo»;

— o artigo 175.º «porque permite o julgamento de civis em tribunais militares»;

— e o artigo 181.º «porque cria um Conselho Constitucional, cuja composição é determinada pela Frelimo, para se pronunciar sobre a constitucionalidade ou legalidade dos actos do Governo».

O plano de objectivos para as negociações inclui, ainda, outras propostas menos controversas.

Dhlakama afirma pensar que os «monitores» de Direitos Humanos são essenciais, não só por beneficiarem directamente os moçambicanos, como porque «reduziriam a desconfiança entre a Renamo e a Frelimo».

Quando advoga a retirada de todas as forças militares estrangeiras do país, imediatamente após a conclusão de um acordo de cessar-fogo, o líder rebelde moçambicano moderna a exigência anterior — de que a retirada deva anteceder as negociações — e recorre aos precedentes da Namíbia e de Angola.

A lei eleitoral, continua Afonso Dhlakama, deveria colocar a organização, condução e supervisão das eleições na dependência das Nações Unidas. «A UNTAM devia promover programas de educação eleitoral, recenseamento, sistema de inscrição dos partidos políticos, métodos de listagem dos partidos nos boletins de voto, garantir o respeito pela liberdade de expressão, reunião e movimento, garantir acesso justo aos meios de informação, criar métodos de contagem de votos, e investigar irregularidades», escreve-se no documento.

De mesma forma se reserva à ONU a verificação e controlo de todos os passos de um acordo de cessar-fogo.

Negociações de Roma

Reticências de Maputo mantêm Portugal à distância

Moçambique não diz «sim», a Itália faz o mesmo e Portugal distancia-se

RETICÊNCIAS de Maputo quanto a um envolvimento de Portugal no processo de paz em Moçambique estão na origem do crescente distanciamento do Governo de Cavaco Silva em relação àquele processo.

No princípio desta semana, e numa sequência de uma informação veiculada pelo matutino «Diário de Notícias», o gabinete do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros emitiu um comunicado em que desmentia a «arbitragem portuguesa no processo de paz de Moçambique» a partir de Novembro.

Esta posição radical não só no



Través em Durão Neto. O índice é outra velocidade

facto de o Governo moçambicano não ter, até agora, manifestado formalmente qualquer interesse na participação portuguesa, como também no entendimento de que a situação se apre-

sentia demasiado confusa, em resultado da própria forma como todo o processo foi conduzido desde o início.

Apreciação semelhante tem sido a transmitida pelos Estados

Unidos, com quem Portugal troca frequentemente informações sobre a situação.

Para além disso, Lisboa pretende evitar qualquer «choque» com a parte italiana e com a Igreja católica, que nunca deram mostras de pretenderem obter um maior protagonismo português. Ainda este mês, o próprio Durão Barroso admitiu como possível o envolvimento, se houvesse concordância expressa das partes em confronto e clara aceitação dos mediadores italianos.

O modo como tem decorrido a presença portuguesa na comissão de verificação do cumprimento dos acordos sobre os corredores da Beira e do Limpopo, onde a participação de países africanos demasiado envolvidos com os interesses da região está longe de ser considerada positiva, desencoraja quaisquer avanços.

Moçambique

Renamo à procura de padrinhos portugueses

CDS orienta mas não dá dinheiro. Fundos para a campanha precisam-se

APASSAGEM da Renamo a partido político costará com o apoio técnico e logístico do CDS — confirmou esta semana a «O Jornal» o responsável pelas relações internacionais dos centristas.

Paulo Marques revelou que re-

presentes da Renamo se reuniram já com Freitas do Amaral e quem solicitaram apoio, designadamente quanto à forma como deverão organizar a sua estrutura partidária, tendo em conta a participação nas primeiras eleições livres em Moçambique.

O dirigente centrista esclareceu, no entanto, que o auxílio à Renamo não envolverá meios financeiros. «Os magros toques que temos são para a nossa campanha eleitoral», justificou Paulo Marques. A Renamo confirmou, por seu

tumo, os contactos com partidos políticos portugueses para garantir apoios logísticos e financeiros numa próxima fase da sua actividade. Manuel Frank, delegado da Renamo em Portugal, disse a «O Jornal» que a organização colocaria, em primeiro lugar, o CDS, seguido do PSD e do PRD.

«Os contactos poderão ser eventualmente alargados ao PS — apesar de não termos afinidades ideológicas — tendo em conta que é uma força bipolarizadora no panorama político português»,

acrescentou Manuel Frank.

Contactos mais aprofundados só deverão concretizar-se numa fase mais avançada das conversações de paz em Roma. A este propósito, Manuel Frank recordou que «é vontade da Renamo» que Portugal «se empenhe mais» no processo de paz em Moçambique.

Segundo o delegado da organização de resistência moçambicana, esse empenhamento só acontecerá quando houver vontade expressa das partes em conflito.

Moçambique

PÚBLICO, SÁBADO 3 DE AGOSTO DE 1981

Conversações em "Villa Madama"

A SÉTIMA ronda das conversações romanas para a paz em Moçambique está a decorrer há dois dias na "Villa Madama", vistoso palácio governamental reservado a convidados estrangeiros ou a conferências internacionais. O abandono das modestas instalações da Comunidade católica de Santo Egdio, onde as conversações decorreram durante um ano, simboliza o desejo do Governo italiano de reforçar o seu papel de mediano.

Quinta-feira à noite as delegações do Governo moçambicano e da Renamo divulgaram um comunicado que o enviado da agência AIM a Roma considerou um texto de trabalho, com propostas de garantias recíprocas sobre a seriedade dos trabalhos.

O documento determina um quadro analítico e estipula os princípios das duas partes quanto a esta fase das negociações, que tem como primeiro ponto em agenda os critérios para a formação e reconhecimento de partidos políticos.

A Renamo pretende obter um estatuto político preferencial em relação às novas formações políticas surgidas nos últimos meses em Moçambique e nega ao ministério da Justiça o direito de se responsabilizar pelo registo dos partidos.

O enviado da AIM afirmou que uma questão também em aberto neste fim de semana é a do reconhecimento do Governo de Maputo pela Renamo, questão que foi agora levantada pelo chefe da delegação do grupo rebelde, Raul Domingos.

A Renamo pretende que o registo dos partidos políticos moçambicanos seja da responsabilidade das Nações Unidas. E esta divergência terá de ser resolvida durante os próximos dias, a fim de que possa depois avançar para outros pontos.

Enquanto isto, 12 mil pessoas fugiram da região de Lalaua, na província de Nampula, Norte do país, após a sua ocupação militar pela Renamo, no fim de Junho — anunciaram ontem as autoridades. ■

Teresa Lima,
em Maputo

PÚBLICO: SÉXTA-FEIRA, 2 AGOSTO 1981

Negociações de paz

Pessimismo em Maputo

O GOVERNO moçambicano e a Renamo retomaram ontem em Roma as conversações de paz, depois de uma interrupção de três semanas. "Estou disposto a ficar aqui o tempo que for preciso, mas não acredito que consigamos um cessar-fogo nesta ronda de negociações", afirmou Armando Guebuza, ministro dos Transportes, à agência Reuter.

"Se conseguirmos um acordo quanto à legalização dos partidos políticos e à lei eleitoral, penso que atingimos um grande objectivo", considerou, por seu lado, Mario Raffaelli, o mediador italiano nas conversações.

O diálogo tinha sido interrompido no passado dia 20 de Junho porque as duas partes não conseguiram chegar a acordo sobre o primeiro dos

20 pontos que compunham a agenda das negociações.

Entretanto, uma fonte do Estado Maior general das Forças Armadas em Maputo disse, em declarações à Lusa, que o Exército destruiu a "base presidencial" da Renamo, no distrito de Mutarara. Segundo a mesma fonte, a operação militar, durante a qual morreram 11 rebeldes, foi realizada a 15 de Julho. ■

Um ano após o início das conversações para se alcançar a paz em Moçambique, os avanços obtidos são ainda muito ténues, mas, tal como referiu o bispo da Beira ao DN, um ano só é muito tempo para quem é vítima da guerra

Desconfiança dificulta paz em Moçambique

Manuela Paixão

Correspondente em Roma

NO QUINTAL da Comunidade de Santo Egidio, em Roma, à sombra de uma bananeira gigante — única do género na capital italiana —, D. Jaime, bispo da Beira, na véspera de partir para Moçambique e acompanhado por D. Matten, recebeu informalmente o *Diário de Notícias*.

Sentados nas mesmas cadeiras em que, nestas últimas três semanas, os membros das delegações do Governo de Moçambique e da Renam e os mediadores oficiais foram, em encontros também informais, ultrapassar as divergências que sobre certos pontos parecem acentuar-se. Falamos de como e, sobretudo, de quando poderão ser ultrapassadas as dificuldades e da «vontade» de Portugal em participar nestas negociações.

Diário de Notícias — Em que ponto se encontram as negociações?

D. Jaime — As actividades formais recomeçaram quinta-feira, mas, nestas últimas semanas, fizeram-se grandes trabalhos preliminares para analisar os pontos separadamente. O encontro oficial recomeçou precisamente onde se tinha ficado na última ronda. Agora o nosso objectivo prioritário é concluir o primeiro ponto — o da lei eleitoral. E vamos, sobretudo, analisar as duas posições: a da Renam e a do Governo de Moçambique.

DN — Quais são as principais divergências neste campo?

D. — As duas delegações têm posições divergentes, não só quanto ao número dos aliados mas também relati-

vamente a quem ou qual órgão deve ser responsável pelo registo. É compreensível, de certo modo, a divergência de posições: estão relacionadas com uma enorme e recíproca falta de confiança.

A Renam propõe um corpo neutro, o Governo tem dificuldades em aceitar a proposta, mas tal já aconteceu, e com bons resultados, no caso da Namíbia. O grande e principal problema destas negociações consiste no facto de não se conseguir discutir isoladamente um ponto da agenda, sem que todos os outros problemas venham ineridos, mesmo sem vontade deliberada das partes.

Angola e Moçambique são processos diversos

DN — A imprensa portuguesa refere quase diariamente, e a italiana também, que o Governo português poderia passar a ter um papel de mediador e inclusive que as negociações passassem a realizar-se em Lisboa. Qual é a sua opinião?

DJ — Essa é uma pergunta que, invariavelmente, me colocam e cuja resposta me parece ser evidente. Penso que são suficientes as declarações que os responsáveis portugueses fazem, o primeiro-ministro e o Presidente da República, para se perceber qual é a posição de Portugal.

Acho difícil falar pessoalmente ou explicar as afirmações do Governo português. As conversações tomaram o rumo que todos conhecemos. Com Angola foi diverso. As fórmulas das negociações eram outras, o que não significa que com Moçambique não pudesse também ter sido diferente. Mas não foi.

DN — Fala-se e o próprio



D. Jaime, bispo da Beira, disse ao DN que Portugal, como a África do Sul e outros países da região, quer ser mediador nas negociações de paz para Moçambique

embaixador italiano em Maputo declarou, não há muito tempo, que o seu Governo começava a impacientar-se com os poucos resultados das negociações, ameaçando até uma eventual saída da Itália como mediador. O que pode dizer?

DJ — O que a Itália pensa não sei. Mas tem sido muito importante, essencial mesmo, a sua mediação. Foi difícil, impossível, encontrar um país que fosse aceite pelas duas partes. Esta fórmula das negociações não foi casual. A neutralidade da Itália, que, aliás, manteve sempre enormes ligações e cooperação com Moçambique, foi decisiva. O mesmo se pode dizer da Igreja Católica.

DN — É favorável a que Portugal passe a ser um mediador?

DJ — Pessoalmente não posso falar. A verdade é que fomos colonizados pelos Portugueses, criaram-se e existem laços, profundos mesmo, entre os dois povos, a história é a mesma, a língua é a mesma, as possibilidades eram, portanto, maiores. Mas tudo isto não chegou, embora estas fossem, ou pudessem ter sido, condições favoráveis para que Portugal fosse, de imediato, mediador. Só que também existe incompreensão entre Moçambique e Portugal, muita mesmo. Até há pouco tempo, nem sequer tínhamos embaixador em Lisboa e o caso da morte de Evo

Fernandes levou à expulsão de diplomatas moçambicanos de Portugal. Tudo isto pode levar-nos a concluir que os laços e o conhecimento não poderiam, só por si, contribuir para ajudar.

Violência preocupa as duas partes

DN — A continuação de conflitos armados e ataques da Renam tem tido uma influência negativa no processo das negociações?

DJ — As duas partes reagem, comentam e justificam os ataques com as mesmas palavras, nunca acontece nada, são só casos isolados, os autores são imediatamente castigados. Mas os dois la-

dos preocupam-se muito com o desenvolver da violência.

DN — As negociações começaram, aqui, em Santo Egidio, exactamente há um ano. Esta é a sétima ronda. Parece, porém, que os resultados obtidos são poucos. Pode ser desanimador?

DJ — Depende de como se encaram as conversações. Se as encarmos como o povo, que morre de fome e de guerra, e para quem estes encontros significam o meio para acabar com a guerra, é claro que um ano foi muito tempo, sem que se tenha chegado ao cessar-fogo. Quem tem fome, quer comer hoje, não daqui a um ano. Mas há também o lado técnico das conversações, no qual se deve decidir o que fazer em situação de paz, da construção política, do destruir a desconfiança que existe entre o Governo e a Renam, das políticas em torno das negociações, como por exemplo a vontade de Portugal de participar activamente como mediador nas conversações, porque, é um facto, é Portugal que quer mesmo entrar... Para resolver todas estas questões, um ano não é de mais... Mas não é só Portugal que quer entrar, é a África do Sul, os outros países africanos, à volta.

Por sua vez, D. Matteo, director da Comunidade de Santo Egidio, comentou: «Se o andamento das negociações exigir que outros países se juntem, nós não nos oporíamos. Já reconhecemos a ajuda preciosa dos que fazendo parte da Comissão de Verificação, na qual Portugal participa, nos dão. As dificuldades são muitas, obviamente não poderemos recusar ajuda, se esse for o desenvolvimento natural».

Exigências do BM e FMI preocupam S. Tomé

O BANCO MUNDIAL (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) exigiram ao Governo são-tomense que desvalorize em 40 por cento a moeda do país, a dobra, entre outras medidas que deverão ser postas em prática até Dezembro deste ano.

A decisão, ontem anunciada, foi tomada numa reunião de duas semanas em São Tomé, sendo justificada como necessária para o desbloqueamento de verbas no âmbito do programa de ajustamento estrutural.

As delegações do BM e do FMI decidiram ainda que os salários não devem ser aumentados e que o preço dos combustíveis deve ser triplicado.

A proposta alarmou os governantes são-tomenses, que a consideram inaceitável, embora reconheçam que o programa de ajustamento estrutural constitui, de momento, a única opção para a reconstrução económica do país.

Na sequência das decisões do FMI e do BM, o primeiro-ministro são-tomense, Daniel Daio, reuniu-se com representantes de todas as forças políticas, do sector privado, do comércio e da hierarquia eclesiástica, a quem pediu apoio para sensibilizar a popu-

lação perante a situação que o país atravessa.

As autoridades são-tomenses estão já a manter contactos junto de países ocidentais, em particular com a França, tendo por fim servir de intermediários com vista ao aligeiramento das medidas, cuja aplicação terá efeitos nefastos na população.

O Governo havia prometido que este ano já não haveria mais desvalorização da moeda e contava encontrar, da parte dos seus parceiros de financiamento, a sensibilidade para o desbloqueamento de verbas no valor de cerca de 11 milhões de dólares.

O Governo encontra-se, neste momento, «encostado à parede». Por um lado, sem o financiamento, não poderá satisfazer as suas promessas no sentido de abastecer rápida e convenientemente o mercado totalmente vazio, sem leite, óleo, açúcar, sal, feijão e outros géneros de primeira necessidade. Por outro, a desvalorização da dobra e o congelamento de salários são insuportáveis para a população do país, cujo salário médio mensal, de nove mil dobras (cerca de 10 500 escudos), não basta para, numa semana, alimentar um casal com dois filhos.

Independent - 11/06/91

Former officer alleges campaign of dirty tricks to orchestrate township violence and fix elections

SA military 'giving arms to Inkatha'

THE South African Defence Force (SADF) has deliberately fanned the township violence of recent months, including funding and supplying weapons to Mangosuthu Buthelezi's Inkatha Freedom Party, as part of a comprehensive "dirty tricks" strategy to ensure F W de Klerk's National Party remains in power after the end of apartheid, a retired SADF major alleged yesterday.

Nico Basson, who said he worked for military intelligence in Namibia in 1989, added that the SADF was also working on plans to attempt, through intimidation, to engineer the elections in neighbouring Angola next year in favour of the Unita leader, South Africa's old ally, Jonas Savimbi. He said he himself had been a key player in an elaborate SADF-orchestrated scheme designed to prevent victory in the 1989 elections in Namibia going to Swapo, the eventual winners.

Mr Basson said the South African Ministry of Foreign Affairs had worked, and was working, hand-in-glove with the SADF in the deployment of the various stages of the plans, which were given the codename Operation Agree when first devised at the end of 1988 by the Minister of Defence, Magnus Malan, and the Minister of Foreign Affairs, Pik Botha. In April, Mr Basson wrote to President de Klerk with a broad outline of the allegations.

The SADF said yesterday that Mr Basson was "bandying about unsubstantiated allegations for reasons of his own". The statement added: "The Defence Force knows nothing about these plans, which are ridiculous."

Inkatha denied the allegations of involvement with the SADF. "I'm flabbergasted ... I know nothing about this," said a spokeswoman, Suzanne Vos.

In a two-and-a-half hour interview yesterday morning with four

From John Carlin
in Johannesburg

reporters, Mr Basson provided a wealth of detail - including names of senior military officers, names of alleged SADF front-companies in and out of South Africa, and names of individuals allegedly running those companies - to substantiate his claims about the Defence Force role in Namibia.

Namibia, he said, was intended as a "dress rehearsal" for the much more ambitious operation currently afoot in South Africa itself. He had continued to obtain information on that operation from numerous sources working within the Defence Force with whom he is in regular contact. They share his disgust and disillusionment with the SADF's activities but fear to speak out, he said.

He also described Namibia as "a trial run" for the South African electoral game-plan, in which the same structures of the SADF and the Ministry of Foreign Affairs were being employed.

"The SADF is buying AK-47 rifles on a large scale, notably from Mozambique, and supplying these weapons to Inkatha," Mr Basson said. The violence in the townships around Johannesburg, in which Inkatha supporters have been centrally involved and in which some 1,500 people have died in the past nine months, had been deliberately orchestrated by the SADF. "They could stop it immediately if they wished," Mr Basson said.

The strategy behind the violence, he said, was to create ethnic divisions; to discredit the ANC, whose military wing has long been associated with the AK-47, and force it into political mistakes; and to build Inkatha through intimidation so as to form a strong alliance with the National Party in the first

post-apartheid elections. To that end, the SADF had not only provided weapons to Inkatha, but also assistance in setting up township cells.

Pointing to the estimated 8 per cent of the government's defence budget which, it is known, is employed for secret projects, he said it was on precisely such ventures that the money was being spent. Mr de Klerk has in recent months refused to answer parliamentary questions on where the secret money is going.

Mr Basson, an SADF officer between 1982 and 1986, said that he saw Operation Agree unfold in Namibia, where he was summoned by the SADF in January 1989 in his capacity as a volunteer member of the Citizen Force, the army reserve.

He was ordered to set up an ostensibly legitimate operation called African Communications Project with SADF funding - he personally received 64,000 rand (£13,700) a month - whose aim was to manipulate information in favour of the pro-South African, "democratic" parties opposing Swapo, which had fought a war of liberation against South Africa for 23 years. The then head of the SADF, General Jannie Geldenhuys, and the present head, General Kat Liebenberg, were the moving spirits behind the operations.

Mr Basson, who said that he had survived three attempts on his life, told Mr de Klerk in his letter that he had been motivated in his actions by a "road to Damascus" experience in 1989, when he underwent a radical shift in his political commitment. He added yesterday that he was appalled at the use of state resources for party political ends.

The SADF has initiated legal action against Mr Basson in terms of his alleged contravention of the Protection of Information Act.

REVISTA DE ABRIL 1981

África do Sul

Já se demitiram três ministros

Jorge Heitor*

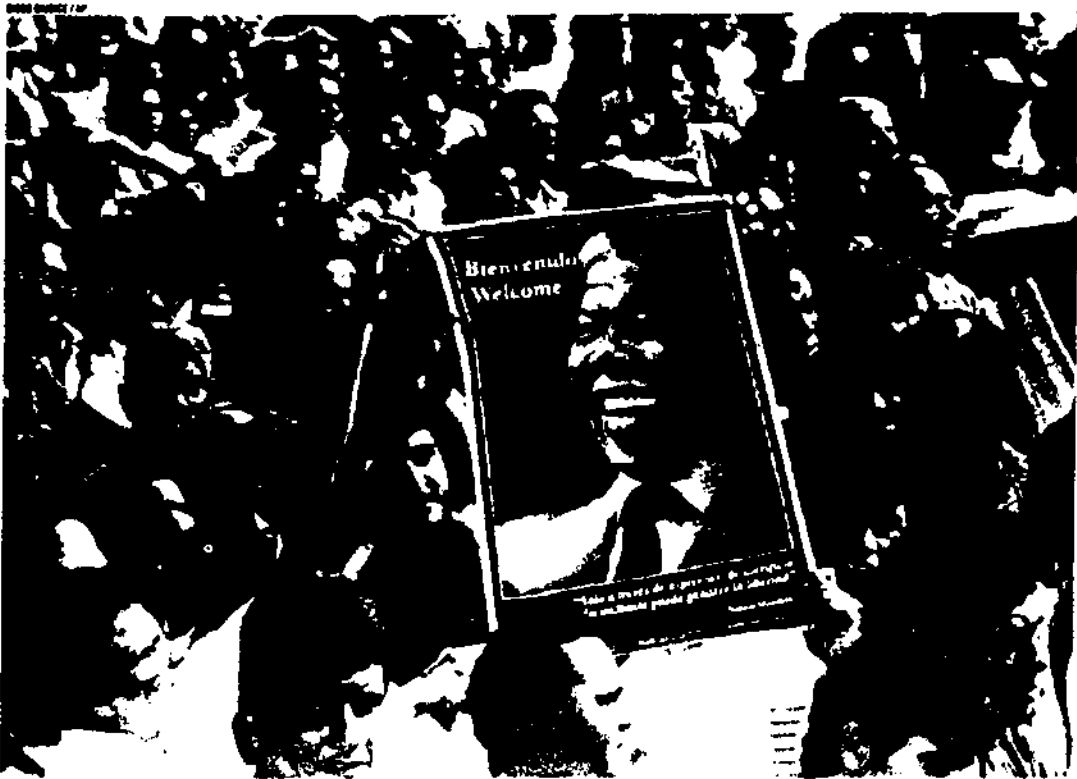
O escândalo denominado "Inkhatagate" vai na segunda semana, com o ANC e seus pares cada vez mais determinados a forçar a criação de um Governo interino e de uma Assembleia Constituinte. Para já, demitiram-se três ministros.

O Congresso Nacional Africano (ANC), a central sindical COSATU e o Partido Comunista Sul-Africano lançaram ontem, em Joanesburgo e Pretória, uma campanha de boicote aos estabelecimentos comerciais dos brancos e às grandes indústrias, de modo a forçar a queda do Governo de Frederik de Klerk, líder do Partido Nacional.

Num comunicado publicado ontem à tarde, as três formações aliadas afirmaram que as notícias sobre o financiamento clandestino do Partido Inkhata pelas autoridades diminuiram bastante a credibilidade do actual executivo.

Assim, o ANC e as duas entidades suas associadas insistem na formação de um Governo interino e de uma Assembleia Constituinte que se baseie em eleições livres, com sufrágio universal.

O boicote decretado nas regiões mais populosas da África do Sul coincide com a viagem que o presidente do ANC, Nelson Mandela, está a efectuar à América Latina, onde admitiu a possibilidade de o seu movi-



A Venezuela foi particularmente receptiva à visita de Nelson Mandela

mento recorrer de novo à luta armada, se não for possível acabar de vez com a segregação racial. E é até possível que antecipe o regresso, se acaso a situação no país se agravar.

O Presidente venezuelano, Carlos Andrés Pérez, disse que irá pedir à ONU para manter as sanções à África do Sul "até que os direitos do povo sejam restabelecidos".

As três organizações que ontem lançaram o boicote em Pretória e Joanesburgo disseram que a campanha será avaliada ao fim de uma semana e que "ninguém acredita na capacidade deste Governo para gerir a transição para a democracia".

Horas depois os ministros da Educação dos Negros, Stoffel Van Der Merwe, da Educação dos Brancos, Piet Claas, e das Águas e Florestas, Gert Kotze, anunciaram a sua demissão, sem explicarem por que cessavam funções.

Greve geral

Durante o fim de semana, o COSATU — cujo secretário-geral, Cyril Ramaphosa, passou recentemente a desempenhar idênticas funções no ANC — lançou um apelo à greve geral a nível nacional, mas sem especificar qualquer data para tal pro-

ve, que visaria obter a demissão de um "Governo corrupto".

O Presidente De Klerk, que quase nada tem falado em público desde que este escândalo rebentou, há perto de duas semanas, reuniu-se ontem com os chefes da segurança, a fim de debater a resposta a dar ao problema.

De Klerk passou toda a manhã com o Conselho de Segurança do Estado, organismo consultivo que compreende seis ministros e os chefes dos serviços secretos, das Forças Armadas e da Polícia.

Fontes governamentais citadas pela agência Reuter disseram que o debate se centrava

na resposta a dar ao facto de a imprensa ter publicado provas do apoio governamental ao Inkhata e à sua central sindical, a United Workers Union of South Africa (UWUSA). Mas até hoje é que tal resposta deverá vir a público, em toda a sua extensão, durante uma prevista conferência de imprensa do Presidente da República.

Jornais de língua inglesa, designadamente o "Weekly Mail", puseram a nu, com provas factuais, aquilo em que muito gente já acreditava: o especial predilecto do Governo branco da África do Sul pelo Inkhata, de Mangosuthu Buthelesi, como uma formação política negra de

cariz conservador, eventualmente capaz de fazer face à grande popularidade do ANC, que é muito influenciado pelos comunistas.

Vlok e Malan

A confirmação por fontes independentes das suas velhas acusações levou o ANC a insistir na exigência, já anteriormente feita, de que sejam demitidos os ministros da Lei e da Ordem, Adriaan Vlok, e da Defesa, general Magnus Malan.

O Partido Democrático, constituído por brancos liberais que por vezes simpatizam com as teses do ANC, também já aceitou a ideia de que seria bom formar um Governo interino encarregado de supervisionar o processo de transição para a democracia plena.

Por outro lado, o Partido Conservador, situado à direita do Governo De Klerk, entende que seria bom convocar uma vez mais eleições só para brancos, na esperança de as poder vencer e de substituir no poder o Partido Nacional.

Essa hipótese, muito pouco provável, iria no entender de diversos observadores lançar a África do Sul num verdadeiro banho de sangue, pois então é que a maioria negra do país recorrerá mesmo à força para enfrentar as tentativas de perpetuação do "apartheid".

Entretanto, na cidade nigeriana de Abuja, os presidentes de Cabo Verde, Zimbábue, Tanzânia, Uganda, Botswana e Nigéria encontram-se reunidos, a ver se a Organização da Unidade Africana (OUA) já pode prever uma data para o levantamento das sanções a Pretória, e

* com Steven Laeg, em Joanesburgo

PÚBLICO

QUARTA-FEIRA, 31 JULHO 1991

Presidente sul-africano anuncia fim das ajudas a todos os partidos políticos

De Klerk põe água na fervura

Fernando Sousa
com Steven Lange
em Joanesburgo

Frederic De Klerk afirmou que o processo de negociações entre o Governo e o Congresso Nacional Africano é demasiado importante para ser prejudicado pela questão do auxílio que Pretória vinha dando ao Inkatha.

O Presidente sul-africano, Frederic de Klerk, prometeu que o seu Governo vai anular todas as ajudas financeiras aos partidos políticos, rever a legislação sobre operações secretas e formar um Conselho Especial para aconselhar o chefe de Estado sobre as que violem as leis do país e constituam apoio a qualquer formação política. E assim pôs água na fervura das últimas horas.

Falando em conferência de imprensa, em Joanesburgo, De Klerk justificou as transferências de fundos para o Inkatha afirmando que elas foram a seu tempo importantes, pois o Congresso Nacional Africano (ANC) manteve até Agosto de 1990 a luta armada contra o Governo e, nessa altura, o movimento ainda tinha planos para tomar o poder pela força.

O "Inkathagate", como se

tornou conhecido o auxílio financeiro que Pretória vinha efectuando discretamente ao movimento zulu de Mangosuthu Buthelezi, levou segunda-feira à demissão de três ministros e obrigou De Klerk a uma remodelação governamental afastando os ministros da Lei e da Ordem (policia) e da Defesa, Adriaan Vlok e Magnus Malan. O primeiro transitou para a tutela do Orçamento e dos Serviços Correccionais e o segundo para a Habitação e Obras Públicas.

Respondendo à pergunta porque é que Vlok e Malan foram afastados dos seus cargos se não fizeram nada de errado, como ele mesmo afirmara segunda-feira, o Presidente disse ter plena confiança nos dois ministros mas que teve de os afastar uma vez que as forças de segurança não podem constituir focos de controvérsia.

Mas De Klerk garantiu que os afastamentos não constituiriam quaisquer cedências a pressões do ANC — se fosse esse o caso teria demitido efectivamente os dois ministros — sublinhando que o Governo leva muito a sério as negociações. Disse que este processo é muito complicado e que a questão não o pode prejudicar, pois o país não tem alternativa.

Concretamente sobre a parcialidade das forças de segurança, o Presidente sul-africano disse que nem a policia nem o Exército podem ser parciais com qualquer dos lados e convidou qualquer pessoa presente a apresentar provas dessa parcialidade pois instauraria imediatamente um inquérito.

Outra coisa garantiu: que não vai haver um Governo de transição. Neste sentido, De Klerk repetiu o que disse no dia 1 de Fevereiro de 1991 na inauguração do parlamento, rejeitando o conceito de Governo interino mas aceitando certas medidas como a participação de um ministro do ANC no elenco governativo. Finalmente defendeu uma conferência multipartidária.

Mudança de pasta

Adriaan Vlok e Magnus Malan foram demitidos numa remodelação surpresa minutos depois do ANC emitir um comunicado, assinado por Nelson Mandela, onde se lia que o processo de negociações com o Governo estava "em perigo", pois os serviços do Estado estavam em vias de o "sabotar". O documento reiterava ainda as cinco exigências do movimento incluindo o afastamento daqueles ministros.

Para os cargos de Vlok e Malan foram nomeados Roelf Meyer, 44 anos, e Hernus Kriel, 50. Mayer, um "afrikaner" convicto, afirmou uma vez que a detenção dos activistas negros permitia estabilizar o país. Kriel, considerado um político experimentado, é favorável à representação política dos diferentes grupos raciais mas concitou no passado a animosidade dos líderes dos movimentos de defesa dos direitos cívicos dos negros.

Comentando a decisão presidencial, Magnus Malan, considerado o homem da "guerra total"

(ver comentário nesta página), afirmou que a "causa é sempre maior do que as pessoas" e que deu tudo "no interesse da segurança de toda a gente" durante 11 anos. Vlok não falou aos jornalistas mas alguém do Ministério da Defesa disse que estava "extremamente emocionado".

A extrema-direita sul-africana, representada pelo Movimento de Resistência Afrikaner, o Partido Boerestaat e o Partido Conservador, já vetou a remodelação qualificando-a de "capitulação". De Klerk é acusado de "cedência" ao ANC, de "esquerdismo" e de conduzir "um carro com um pneu furado". Um deputado conservador vaticinou o divórcio entre o Presidente e o Governo.

O ANC não tinha reagido significativamente, até ontem, à remodelação governamental. O vice-presidente do movimento, Walter Sisulu, limitou-se a afirmar segunda-feira à noite que o ANC defendia o afastamento dos dois ministros e "não só a sua mudança de um lugar para outro".

Também Nelson Mandela, de visita ao Méico — segunda etapa de um périplo à América Latina e Caraíbas — omitiu qualquer referência, limitando-se a pedir à comunidade internacional para manter "as sanções e as pressões" contra o regime de Pretória que acusou de "má-fé". O Governo sul-africano "persegue uma dupla estratégia", falando de paz com o ANC enquanto continua com a guerra. "Apesar disso estamos decididos a resolver a questão política por meios pacíficos", garantiu. ■

África do Sul

O render dos conservadores

De Klerk tenta sair do «Inkathagate» com o reforço do poder reformista em dois ministérios-chave

Ferreira Sebastião

Joanesburgo

A SUBSTITUIÇÃO do general Magnus Malan por Roelf Meyer no cargo de ministro da Defesa espantou (é o termo) os sul-africanos brancos, não pelo acto em si, mas pela simples razão de se tratar de um político ainda jovem (quarenta anos de idade) e de um civil, logo longe das cogitações políticas no sector.

Considerado um progressista — tal como acontece com Hernus Kriel, que rendeu Adrian Vlok na pasta da Lei, Ordem e Polícia —, Roelf Meyer vinha desempenhando o lugar de vice-ministro do Desenvolvimento Constitucional, trabalhando ao lado de Gerrit Viljoen que, alguns meios próximos do Partido Nacionalista encaram como elemento situado «bem perto dos objectivos políticos do ANC».

A remodelação ministerial a que procedeu De Klerk esta semana era, realmente, esperada. Só que se considera terem sido sacrificados três ho-



General Magnus Malan
ANC reclamava o seu afastamento

mens para justificar a «despromoção» de outros dois.

Escassas horas depois de surpreendentemente ter surgido na televisão o anúncio da demissão de Stoffel van der Merwe, ex-ministro da Educação, fortemente contestado pelos movimentos negros à excepção do Inkatha, de Piet Clase (Educação e Cultura), e Gert Kotze (Assuntos Hídricos e Florestais), era conhecida a decisão do chefe do Executivo de Pretória em «despromover» dois ministros di-

rectamente envolvidos no escândalo do financiamento clandestino ao Partido Livre Inkhata, conhecido pela designação de «Inkathagate».

O general Malan, que detinha a pasta da Defesa ao longo dos últimos doze anos, foi colocado numa área bem mais secundária, sendo nomeado ministro das Águas e Florestas e porta-voz no Parlamento;

por sua vez, Adriaan Vlok perdeu a pasta da Lei, Ordem e da Polícia, «descendo» para ministro dos Serviços Prisionais.

De acordo com indicações até nós chegadas, a «despromoção» do general Malan e a consequente nomeação de Roelf Meyer colheu de surpresa os quartéis sul-africanos (onde prestam serviço algumas centenas se não mesmo milhares de portugueses, considerados, para tal efeito, sul-africanos), não sendo de pôr

de parte a eventualidade de surgir qualquer reacção de descontentamento.

Para lá do prestígio do general junto do grande público da minoria branca — especialmente os «boers» — Magnus Malan foi, durante anos, o responsável por toda a estratégia militar de um país que chegou a lutar em várias frentes, com maior incidência para o envolvimento em Angola, em defesa do então Sudoeste Africano.

Considerado um conservador, o general Malan encontrava-se praticamente só na hierarquia militar do país, depois que outros generais terem decidido enveredar pela aposentação.

Malan constituía, assim, um obstáculo aos desígnios do ANC que há muitos meses vinha reclamando o seu afastamento. Era encarado também, como um travão aos processos de reforma que os mais liberais do seu próprio partido (Nacionalista) tentam acelerar.

Ceticismo e alívio

A queda de Malan e Vlok, em consequência do «Inkathagate», foi recebida no país com um misto de ceticismo e alívio. De um lado, há quem vislumbre nas suas «despromoções» uma forte possibilidade de aproveitamento, por parte do Partido Conservador (oposição oficial

que clama por eleições gerais antecipadas). Por outro, os partidos e movimentos de esquerda, concretamente o ANC, o Partido Comunista e o PAC respiram mais fundo, ante a certeza de que um forte opositor aos seus objectivos políticos foi afastado da cena e remetido para área muito menos sensível e irrelevante do processo político.

Frederik de Klerk não tinha, porém, outra alternativa. Para salvar o processo de negociações teve que proceder ao «rolar de cabeças».

Por outro lado, De Klerk pode também colher vantagens da remodelação. Ao chamar para o desempenho das importantes pastas da Defesa e da Polícia, figuras de segundo plano, o chefe do Executivo (e os seus mais directos colaboradores, casos de Pik Botha e Gerrit Viljoen) dispõem, a partir de agora, de uma maior amplitude para efectivamente controlarem o que se passa nessas nevrálgicas áreas do poder.

Numa conferência de Imprensa que se prolongou por cerca de uma hora, em Pretória, transmitida em directo pela televisão, o presidente da África do Sul prometeu rever a lei sobre os chamados fundos secretos, defendendo, simultaneamente, a forma como o seu Executivo dispendeu os dinheiros públicos.

Ao tentar encontrar uma

justificação para o escândalo materializado nos pagamentos clandestinos ao Partido Inkatha, o líder sul-africano considerou ter havido necessidade de «lutar contra as sanções que atingiram, na altura, o país», teoria já anteriormente expendida por Pik Botha.

De Klerk reconheceu, embora de forma indirecta, a eventualidade da existência de irregularidades, anunciando a constituição, para breve, de uma comissão de inquérito. Anunciou, ainda o imediato cancelamento de todos os «projectos secretos» (com excepção de casos pendentes de contratos) representados por milhões de randes destinados a apoiar movimentos e partidos políticos negros conotados com o Executivo de Pretória. Atingida que foi a fase em que as sanções «estão a ser levantadas pelo Mundo», não se justifica a manutenção de «projectos secretos» — alegou o presidente. Asseverou, também, que o envolvimento, quando devidamente provado, de militares e elementos da Polícia nos confrontos travados nas aldeias negras, entre elementos do Inkatha e do ANC será «severamente punido».

Revelando-se cauteloso nas respostas às questões que lhe foram colocadas por diversos jornalistas, De Klerk pouco adiantou em relação ao «Inkathagate».

Remodelação ministerial na África do Sul não convence nacionalistas negros

ANC insiste num Governo de transição

O CONGRESSO Nacional Africano (ANC) reiterou ontem, em comunicado, como "insuficiente" a remodelação ministerial realizada pelo Presidente De Klerk, na sequência do escândalo sobre o financiamento secreto de Pretória ao partido zulu Inkatha, anunciando que vai intensificar a sua campanha para obter a mudança do Governo sul-africano por um Executivo de transição.

O ANC deseja a convocação imediata de uma "conferência de todos os partidos" cuja principal tarefa será "discutir a criação de um Governo de transição", declarou o secretário-geral do Partido Comunista sul-africano, Joe Slovo, durante uma conferência de Imprensa que se seguiu a uma reunião do Comité Executivo do movimento nacionalista negro.

Terça-feira, o Presidente Frederic de Klerk rejeitou o conceito de "Governo de transição", aceitando no entanto "arranjos transitórios" que entende deverem constituir "a ordem do dia de uma conferência multipartidária". A intervenção foi então vista pelos observadores como capaz de acalmar os ânimos exaltados pelo "Inkathagate".

Moderando o tom das crí-

ticas ao discurso do Presidente, o comunicado do ANC confirma no entanto que apesar do "Inkathagate", o processo de negociações está mais do que nunca em andamento. Algo que o Presidente manifestara já, afirmando que a questão não podia prejudicar o caminho já percorrido.

Mandela inflexível

Também o presidente do ANC, Nelson Mandela, que ontem terminou uma visita ao México, integrada num périplo por diversos países da América Latina e Caraíbas, considerou "insuficiente" a remodelação governamental realizada por De Klerk que culminou com o afastamento dos ministros da Lei e da Ordem, Adriaan Vlok, e da Defesa, Magnus Mallan, das respectivas pastas.

Mandela, que chegou entretanto ao Brasil, afirmou que enquanto não forem removidos todos os obstáculos ao diálogo, como a participação dos negros nas eleições, "não será possível negociar com o Governo uma nova le-

gislação". Sobre Vlok e Mallan disse que "seria bom se o Presidente De Klerk os tivesse afastado".

O próprio bispo anglicano Desmond Tutu rompeu o silêncio dos últimos dias para in-

vectivar o Governo ameaçando renovar o seu apelo a favor da manutenção das sanções internacionais contra a África do Sul se as autoridades, incluindo o Presidente, não divulgarem toda a verdade sobre o fi-

nanciamento clandestino do Inkatha.

Uma notícia publicada ontem pelo jornal britânico "Independent" trouxe entretanto mais luz ao escândalo: os serviços secretos da África do Sul — "Boss" — ajudavam o Inkatha desde 1974. O jornal citou um antigo agente dos serviços de informação, Martin Dolinchek, que se passou em 1981 para o ANC e fugiu para a Zâmbia.

Segundo Dolinchek, os serviços secretos financiaram e ajudaram Charles Hlenwa, dirigente do pequeno partido "Umkhonto Kasha" e principal rival do líder zulu, para depois o comprometerem. O processo é antigo: agentes do Boss forneceram depois à Imprensa as provas do financiamento, promovendo a ascensão de Buthelezi.

Os laços entre a Boss e o Inkatha, segundo o ex-agente, remontam à fundação do movimento zulu, em 1974, e mesmo os serviços secretos americanos estiveram envolvidos: a CIA favoreceu a ascensão de Buthelezi promovendo-o internacionalmente. ■



Desmond Tutu exigiu a De Klerk toda a verdade sobre o "Inkathagate"

Inkathagate

'força' Governo de transição

JOANESBURGO

Do nosso correspondente
Phillip Van Niekerk

O PRESIDENTE sul-africano, Frederick de Klerk, tem procurado justificar o seu Governo quanto ao escândalo conhecido como «Inkathagate», dizendo que o financiamento secreto do movimento Inkatha se devia à ameaça real que o país enfrentava na altura e prometendo actuar com lealdade no futuro.

Falando no dia seguinte à despromoção dos dois ministros no centro do escândalo — Adriaan Vlok, ministro da Lei e da Ordem, e Magnus Malan, da Defesa — De Klerk tentou rebater as acusações de conluio do Governo com a violência racial. O Presidente sul-africano apresentou-se de facto dian-

te da Imprensa com a cuidada encenação de um Presidente descontraído e bem disposto, de um homem que não tem nada a esconder.

Mas apesar disso, algo ficou a ensombrar e complicar o processo político por mais um ano. Os grupos da oposição pensam que há demasiadas provas de envolvimento das forças de segurança na violência que tem ensanguentado a África do Sul para que De Klerk possa vir agora afirmar candidamente que «nem a polícia nem os militares estiveram envolvidos na instigação, promoção ou apoio à violência».

Saber-se-á se a resposta de De Klerk satisfaz a oposição quando o Comité Executivo do ANC analisar o discurso do Presidente. Na sua resposta, o Congresso Pan-africano, radical, já disse que continuava a

considerar o Governo manchado pela corrupção.

De Klerk negou conhecer qualquer financiamento de dois comícios do Inkatha em Novembro de 1989 e Março de 90, disso só tendo sabido através da Imprensa. Mas disse saber que o Governo sul-africano financiara partidos anti-SWA-PO na Namíbia durante as eleições que precederam a independência, em 1989. «A SWA-PO foi apoiada financeiramente por todos», afirmou.

O Presidente também revelou pormenores sobre financiamentos secretos feitos pelo Governo a dois outros grupos, o Organismo Cultural e Étnico Sotho, conhecido como «As Águias», e o grupo negro pró-governamental Aliança Democrática Federal Independente.

De Klerk prometeu que quaisquer outras provas seriam

cuidadosamente investigadas por uma comissão permanente para a violência, que será nomeada através de consultas com outros partidos. «O Governo não tem nada a esconder nesta questão. Não temos uma agenda dupla e não é verdade que tenhamos uma estratégia para desestabilizar os nossos adversários».

disse, ao mesmo tempo que dava a entender que os fundos secretos seriam reduzidos ao mínimo e que os partidos políticos não seriam financiados dessa maneira. Segundo anunciou, seriam introduzidos novos métodos de controlo, e uma comissão consultiva formada pelo sector privado analisaria os processos já existentes.

Mas o escândalo acabou por dar novo fôlego à exigência do ANC de um Governo de transição durante as negociações sobre a Constituição e, aparentemente, de Klerk apoiou tal proposta. Precisamente porque o ANC e outros partidos não estão dispostos a dar ao Governo o monopólio do poder nesse período — e muito menos de-

pois do «Inkathagate» —, ter-se-á de procurar uma forma de transição que permita gerir conjuntamente o país. Tanto o Partido Nacional como o ANC reconhecem que é do interesse de ambos chegar o mais rapidamente possível a uma conferência de todos os partidos. Então, sim, começarão as negociações.

QUEM ENTRA...

O liberal Merwe

O liberal que detém a pasta da Educação Nacional deverá abandonar o cargo ministerial, para assumir a responsabilidade de preparar o Partido Nacional para as negociações constitucionais iminentes. Stoffel van der Merwe terá de enfrentar um problema crucial do processo de negociações: o de harmonizar o eleitorado com o partido, ao mesmo tempo que o país se democratiza.

Meyer, o 'varredor'

O novo ministro da Defesa tem 44 anos e esteve no centro do processo que levaria às negociações com o ANC. A nomeação de Roelf Meyer é significativa, uma vez que no último quarto de século a pasta da Defesa esteve primeiro nas mãos de P.W. Botha e depois nas de Malan — «falcões» que representavam, acima de tudo, os militares.

Agora é a vez de um político comandar os militares — e vai precisar de uma enorme vassoura para fazer a limpeza que se impõe na Força de Defesa sul-africana. É uma instituição a precisar de reformas. A mais importante das tarefas de Meyer será a de dismantlar a máquina de matar anti-subversiva, criar um exército com profissionalismo e não politizado e fundir o braço armado do ANC, Mkhontwe Sizwe, nas Forças Armadas (coisa que Magnus Malan jurava que só poderia acontecer sobre o seu cadáver), mantendo simultaneamente a lealdade dos generais. Tudo o que fique aquém disso será considerado pelo ANC como sinal de incompetência.

... E QUEM SAI

Malan despromovido

O poderoso ministro da Defesa da linha dura vai ocupar o posto menos importante de ministro dos Recursos Hídricos e Florestas. Malan, que gosta de fazer declarações violentas e conflituosas contra o ANC e o PC sul-africano, foi responsabilizado individualmente pelo apoio aos esquadrões da morte que têm assassinado activistas anti-«apartheid». Nas últimas semanas, esteve sob o fogo das acusações de que unidades disfarçadas da Força de Defesa da África do Sul eram responsáveis pelos ataques a passageiros negros dos caminhos de ferro. Julga-se que De Klerk decidiu mantê-lo no Gabinete porque, sem estar enquadrado no Governo, Malan poderia reunir à sua volta os direitistas e os militares descontentes.

Vlok a salvo

O ministro da Lei e da Ordem é despromovido para a pasta dos Assuntos Correccionais e do Orçamento. Vlok, que tem estado no centro do escândalo Inkathagate, deve ter sido bem mais fácil de convencer a ceder do que Malan. Leal a De Klerk, mantém a pasta do sistema prisional — com pouco peso no Gabinete —, onde, para todos os efeitos, está a salvo.

O caso de Clase

O ministro conservador da Educação e da Cultura, anunciou a sua demissão por «razões familiares». Segundo se diz, Clase opôs-se à escolaridade integrada e, no mês passado, esteve no centro de uma grande controvérsia ao preferir fechar escolas vazias para formação de professores brancos a atrair a todas as raças. A sua saída e a do ministro dos Recursos Hídricos e Florestas, Gert Kotze, representam um enfraquecimento do peso dos conservadores no Gabinete.

Nova geração

Ao apreciarmos cada um dos casos mencionados — à parte o do conservador Hernus Kriel, novo ministro da Ordem Pública — a impressão com que se fica da remodelação é que vários liberais mais jovens foram colocados nos lugares cimeiros do Partido Nacional. Tanto Leon Wessels, agora ministro do Planeamento e das Províncias e que, no ano passado, pediu desculpas publicamente pela imposição do «apartheid», como Sam de Beer, actual ministro da Educação Nacional, ou ainda Piet Marais, ministro para a Educação e a Cultura no Parlamento, representam uma nova geração de «afrikaners» que nasceu para partilhar o poder e não para o dominar. O Inkathagate, ao ferir de morte o Inkatha, o principal grupo participante negro no que terá sido uma aliança anti-ANC, limitou também as opções do Partido Nacional em relação a uma possível coligação com o ANC numa era pós-«apartheid».

P.V.N.

Novas acusações contra Winnie

Jorge Heitor

Depois de duas semanas de acusações contra o Governo sul-africano, por práticas ilegais, os focos da imprensa voltaram-se — uma vez mais — para Winnie Mandela, mulher do presidente do ANC.

Um dos réus do processo de Winnie Mandela, que não compareceu perante o tribunal de Joanesburgo e que está detido na Zâmbia, colocou ontem em causa a controversa figura, em declarações ao semanário independente "The Weekly Post".

Katiza Cebekhulu afirmou àquele jornal de Lusaka ter sido "raptado na África do Sul e levado para a Zâmbia por homens de mão de Winnie Mandela", o que desmente aparentemente a notícia de que teria sido detido como imigrante clandestino.

Cebekhulu acrescentou que Winnie lhe propusera um auto-

móvel, uma casa e dinheiro se aceitasse deixar a África do Sul, onde deveria responder por acusações de rapto e de espancamento.

Enquanto isto, o Governo dinamarquês reuniu-se ontem aos que preconizam o desmantelamento progressivo das sanções a Pretória, depois de anteriormente ter sido favorável ao levantamento imediato.

A Dinamarca é agora o único país da Comunidade Europeia a opor-se ao levantamento das sanções, tendo assim dado ouvidos ao Congresso Nacional Africano (ANC), que insiste na necessidade de se manterem as pressões internacionais sobre o Governo de Frederik de Klerk.

No Brasil, onde se encontra de visita, o presidente do ANC, Nelson Mandela, lançou na quin-

ta-feira um ultimato ao Governo: ou aceita uma administração interina, com a participação de todas as forças políticas, ou não haverá mais conversações.

O ANC já anunciara em Joanesburgo, numa conferência de imprensa dada pelo respectivo secretário-geral, Cyril Ramaphosa, que — depois de conhecidos os apoios financeiros do Estado ao Partido Inkatha — iria inten-

sificar a campanha a favor de um Governo interino.

Transição em 92

No entanto, muitos observadores creem que o ANC não será tão inflexível na prática quanto o está a ser nas suas declarações públicas; e que a formação de um Governo interino será possível em meados do próximo ano, mesmo que esse executivo continue a ser chefiado por Frederik de Klerk.

Admite-se que dentro de aproximadamente 10 meses o Governo possa deixar de ser constituído apenas pelo Partido Nacional, há 43 anos no poder, e passe a ter representantes de uma variedade de forças políticas.

A fim de que isso seja possível, uma das coisas necessárias é que o Presidente De Klerk decrete uma amnistia geral que permita o regresso de mais de 30 mil exilados políticos. E outra é que a violência abrande significativamente dentro do país.

Por essa altura já deverá estar a ser escrita a nova Constituição do país, que admitirá pela primeira vez o sufrágio universal, sem distinção de cor. ■



Cyril Ramaphosa, secretário-geral do ANC, na conferência de imprensa de ontem

DESTAQUE



Nelson Mandela, que a foto mostra ontem durante a sua visita ao Brasil, continua a afirmar-se como o mais importante político negro da África

Os sul-africanos vão

Jorge Heitor*

A impressão geral hoje em dia, em Joanesburgo, é de que as diversas correntes sul-africanas vão mesmo negociar, dentro de alguns meses, uma nova constituição, apesar do "Inkathagate". E de que no próximo ano o Governo já será aberto ao ANC e a outros grupos.

As duas últimas semanas na África do Sul foram de grande agitação política, devido à revelação de que o Governo do Presidente Frederik de Klerk estava desde há muito a financiar o Partido Inkatha (assente num movimento conservador zulu), como forma de combater o peso do Congresso Nacional Africano (ANC).

Houve quem visse em grande perigo o processo negociado que desde há muito se tenta, no sentido de elaborar uma nova constituição e de conceder o direito de voto a todos os cidadãos, homens e mulheres, sejam eles negros, brancos, mestiços ou "indianos". É o próprio líder do ANC, Nelson Mandela, disse em público que não haveria

mais negociações enquanto o regime não aceitasse um governo de transição para a prática plena do multipartidarismo.

No entanto, por trás de toda a retórica e das situações mais conflituosas destes últimos 15 dias, surgiu um raio de esperança quanto à verdadeira possibilidade de as coisas avançarem — agora, a um ritmo até superior ao observado durante os primeiros sete meses deste ano.

Facto particularmente transcendente é o de tanto o Governo como o ANC terem já afastado de postos cimeiros os homens que, de um e do outro lado, poderiam ser mais controversos: o general Magnus Mallaan, que no fim deste mês abandona a pasta da Defesa, e Chris Hani, que deixa de chefiar a ala militar do Congresso Nacional Africano para dedicar mais tempo ao Partido Comunista.

Quando há três dias o ANC anunciou que quer Hani quer Winnie Mandela deixem a Comissão Nacional de Trabalho — espécie de "Governo-oc-

bra" —, estava a responder à despromoção de Mallaan e do ministro da Lei e da Ordem, Adrian Vlok.

Ou seja, cada uma das partes se decanta das figuras que mais irritam a outra. Parece assim mais viável que, ainda este ano, Partido Nacional, Partido Democrático, ANC, Inkatha e Congresso Pan-Africano (PAC) se sentem à mesa para, ao longo de vários meses, negociar a nova Constituição da África do Sul.

Insinuações da direita

A direita, formada pelo Partido Conservador, de Andries Treurnicht, e por outros grupos menores, veio já dizer que o Presidente Frederik de Klerk só faz o que o ANC quer. E foi mesmo ao ponto de insinuar que o Governo facilitou intencionalmente uma fuga de informação, a fim de desacreditar o Inkatha e de ver-se livre de um parceiro que lhe estaria a estralhar o entendimento com Nelson Mandela.



do Sul), apesar da aposta que o Governo tentou fazer em Mangosuthu Buthelezi

mesmo negociar

Não se sabe ao certo quem teria desvendado os pagamentos que o Estado andava, desde há anos, a fazer para facilitar a vida ao Inkatha, de Mangosuthu Buthelezi. Mas diversas hipóteses existem a esse respeito, incluindo a do oficial de inteligência que, despeitado com os superiores, teria "dado com a língua nos dentes" e vindo para a imprensa contar o que sabia — que era de âmbito confidencial.

Também se fala, em Johannesburg, de que o director do "Weekly Mail", Anton Harbor, pretendeu vingar-se do ministro dos Negócios Estrangeiros, Roelof "Pik" Botha, depois de este ter falado a um compromisso que com ele estabelecera.

Amigos de Harbor dizem que esta já sabia, há um ano, dos subsídios governamentais ao Inkatha, mas que Botha — alegando o "supremo interesse nacional" — o convenceria a nada publicar sobre o assunto.

Mais recentemente, o mesmo jornalista descobriu que o Governo De Klerk ia subsidiar a construção de um porto na

Turquia, para importação de carvão sul-africano e respectiva colocação no mercado internacional, violando as sanções existentes. E fora levado a prometer que só divulgaria a história, em exclusivo, depois de receber luz verde de "Pik" Botha.

Ora, quando o caso apareceu noutra publicação, Harbor teria entendido que andava a ser ludibriado pelo ministro e decidido vingar-se, pondo a descoberto o "Inkathagate".

Seja como for, a verdade é que ninguém podia esconder por mais tempo o facto de o Inkatha estar longe de constituir uma força decisiva na sociedade sul-africana: uma sondagem publicada no início de Julho refere que 62 por cento dos negros estavam dispostos a votar no ANC, 12 por cento no Partido Nacional e apenas cinco por cento no Inkatha.

O papel das Igrejas

A uma pergunta formulada pelo Centro de Estudos Políticos da Universidade de

Witwatersrand a 906 habitantes dos "ghettos" negros de África do Sul, a maioria da população respondeu identificar-se, antes de mais, com as Igrejas, e em seguida com o ANC, o Governo e os sindicatos, por esta ordem.

Só depois surgiram as identificações com a entidade patronal, com as comissões cívicas das localidades negras, com o Partido Comunista, com o movimento radical negro AZAPO, com o PAC e, no fim da escala, com o Inkatha.

No mesmo estudo, a maioria da população manifestou-se a favor de negociações entre o ANC e o Governo e contra a ideia de luta armada, apenas apoiada por 13 por cento dos interrogados.

Por tudo isto, muitos observadores creem que, assente a poesia do "Inkathagate", Governo, ANC, igrejas, grupos empresariais, sindicatos e outras forças político-sociais se sentem à mesa dentro de dois ou três meses e começam a fazer, de facto, o que desde há um ano se espera: redigir

uma nova constituição, que lance os fundamentos de um país em que haja justiça, democracia e liberdade para todos.

Considera-se que o mais importante é começar e que, uma vez encetado o processo negociado, ele não será demasiado longo, uma vez que a maioria das forças políticas e sociais sul-africanas deseja participar na construção do futuro, da paz, do progresso e da prosperidade prometidos por Frederik de Klerk.

Em meios próximos do Partido Nacional, no poder desde 1948, admite-se até que este não continuará a governar sozinho por muito mais tempo e que durante o primeiro semestre de 1993 será possível o surgimento do tão falado Governo de transição.

A coincidir com a redacção final da Constituição, a posterior submissão desta a referendo e a organização das primeiras eleições gerais sul-africanas por sufrágio universal, um governo de transição a formar dentro de nove ou

dez meses poderia englobar, lado a lado com o Partido Nacional, figuras do Partido Democrático (liberais brancos, normalmente de língua inglesa), do ANC e do Inkatha.

O factor PAC

Entretanto, o mesmo Partido Nacional, que durante anos apostou na aliança com os zulus como forma de fazer frente aos "negros de esquerda", de forte influência marxista, está agora a dar mais atenção ao PAC, muitas vezes considerado de extrema-esquerda e cujos membros se caracterizam por uma forte disciplina.

Presidido por Clarence Makwetu e com Ben Alexander em secretário-geral, o PAC tende a ser muito mais falado nos próximos tempos do que tem sido, pois existe a convicção de que é com ele, e sobretudo com o ANC, que a comunidade branca deve dialogar, ultrapassada que foi a fase do namoro com o Inkatha — que saiu bastante beliscado das revelações das últimas semanas.

Por outro lado, nesta hora em que Frederik de Klerk — a quem já chamaram "o Gorbachev de Pretória" — aposta na difícil tarefa de entregar o país a todos os seus filhos, um factor a ter também em conta é o da lealdade que os gene-

rais mantêm ou não relativamente ao poder vigente.

Se bem que se julgue improvável que um Magnus Malan despromovido se aproxime das teses do Partido Conservador, outros generais há que poderão sentir-se tentados a sabotar o processo e a alinhar com as franjas mais radicais da comunidade branca sul-africana. O espectro arquetípico da Organização do Exército Secreto (OAS) não está de todo afastado da realidade do país, onde algumas centenas de milhares de indivíduos continuam arreigados aos velhos privilégios da raça branca.

Convencê-los de que estão errados nos seus sentimentos e de que o "apartheid" foi uma fase má da História sul-africana será uma das mais árduas tarefas dos que se empenham num governo eleito por todos os cidadãos.

De Klerk, Mandela, Desmond Tutu e outros políticos esclarecidos têm à sua frente um caminho muito duro a percorrer, até que todos os sul-africanos possam viver em igualdade perante a lei, independentemente da cor ou do credo. Mas a verdade é que a evolução registada desde que Pieter Botha foi substituído na Presidência da República, há dois anos, será mesmo irreversível. *

* com Steven Leung em Johannesburg

O "Gorby de Pretória"

FREDERIK Willem de Klerk, Presidente da República da África do Sul desde 20 de Setembro de 1989, tem vindo a aplicar uma política que, em grande parte, não era a do Partido Nacional, no poder, mas a do Partido Democrático, formação liberal situada à sua esquerda.

Antes de haver atingido o lugar cimeiro, Frederik de Klerk não era de modo algum considerado um liberal: em diversos postos, limitou-se a interpretar o melhor que soube a política oficial do seu partido. E em certas ocasiões foi mesmo considerado mais simpaticamente dos ultraconservadores do que da chamada "facção esclarecida".

O estratega mais enérgico dos ultraconservadores era, há uma década, Andries Treurnicht, que em 1982 veio a deixar o partido governamental para dirigir o Partido Conservador, do qual se diz agora que De Klerk desconfia mais do que do ANC.

Só depois da formação do Partido Conservador, o actual Presidente da África do Sul veio a aceitar, já há poucos anos, ideias mais liberais, em sintonia com a mudança de espírito que entretanto se notava na maioria dos "afrikaners", descendentes de holandeses, alemães e huguenotes franceses.

Foi apenas no fim de 1988 que os dirigentes mais esclarecidos do Partido Nacional aceitaram a inevitabilidade de o país vir a ter, dentro de alguns anos, um governo assente na sua maioria negra. E Frederik de Klerk só começou a ter as ideias que são aparentemente as suas depois da constituição, em 1989, do Partido Democrático, que ameaçava levar consigo uma razoável fatia do eleitorado branco mais aberto a uma mudança de mentalidade.



Frederik de Klerk

De acordo com uma biografia escrita por seu irmão Willem, comentador político, o actual Presidente — nascido em 18 de Março de 1936 — cresceu na aceitação do sistema de "apartheid" e na consciencialização dos princípios calvinistas de qualquer "afrikaner", nada nele fazendo prever a atitude revolucionária que alguns analistas lhe têm atribuído desde que legalizou o ANC e libertou Mandela, em Fevereiro do ano passado.

Deputado desde Novembro de 1972, foi sucessivamente, a partir de 1978, ministro da Assistência Social e Pensões, dos Desportos, dos Correios e Telecomunicações, das Minas, do Interior e da Educação Nacional, bem como líder do Partido Nacional no Transvaal, até substituir Pieter Botha como dirigente nacional, em 1988.

Foi esta ascensão tranquila, passo a passo, dentro do "establishment", até chegar a número um e começar as profundas transformações no país, que lhe mereceu o cognome de "Gorby de Pretória". E dismantlar três séculos de supremacia branca não será decerto muito mais fácil do que ultrapassar 74 anos de comunismo. e J.H.

Um país de A a Z

África do Sul — País de 1.123.226 quilómetros quadrados, onde residem quase 40 milhões de pessoas, 73 por cento das quais são negras e 18 por cento brancas, tendo estas até agora o monopólio do poder. República desde 1961, acaba de abolir as leis que durante quatro décadas mantiveram um sistema de segregação racial.

Bantustões — Territórios que o regime reservou para os diferentes grupos étnicos negros e a alguns dos quais, a começar pelo Transkei, concedeu uma independência

que a comunidade internacional nunca aceitou. O objectivo seria deixar a melhor parte do país nas mãos dos brancos.

Conservadores — São todos aqueles que se conformam com o "status quo" existente e que não desejavam ver abolido o "apartheid". Têm como figura cimeira Andries Treurnicht e englobam franjas radicais de tendência neonazi, como a de Eugène Terreblanche.

Desmond Tutu — Chefe da Igreja Anglicana na África do

Sul e Prémio Nobel da Paz 1984. Tem tido um papel essencial na promoção do diálogo entre diversos grupos e na defesa de uma sociedade mais justa, onde aos negros não continuem a ser negados os direitos de votar e de serem eleitos para o Parlamento e a Presidência da República.

Educação — Um dos domínios onde a discriminação mais se fez sentir. A educação dos brancos tem sido de nível superior, enquanto a dos negros e dos mestiços deixa muito a desejar, logo aqui os colocando em desigualdade na

conquista para melhores empregos e melhor nível de vida.

Frederik de Klerk — O homem que viu chegada a altura de acabar com três séculos de supremacia branca e de desempenhar o papel histórico de dar um voto a todos os cidadãos adultos, sejam eles negros, brancos, mestiços ou indianos.

Gatsha Mangosuthu Buthelezi — Líder do Partido Inkatha, que começou por ser um movimento cultural para defesa das tradições zulus e o Governo desejou transformar numa po-

derosa força negra, capaz de fazer face ao ANC, de Nelson Mandela.

Holanda — O país ancestral de muitos dos brancos que ao longo deste século têm governado a África do Sul e que nela instituíram o "apartheid", regime jurídico de segregação racial contra o qual se levantou praticamente toda a comunidade internacional.

Inkatha — O partido no centro do escândalo que nos últimos 16 dias abalou o país. Dirigido por um príncipe zulu, os brancos tentaram dar-lhe credibilidade e fazer dele um aliado, a fim de evitar uma possível vitória eleitoral do Congresso Nacional Africano (ANC).

Joanesburgo — A maior cidade sul-africana, centro comercial do país e mostra da prosperidade atingida pela comunidade branca, que além de ser constituída por descendentes de holandeses, alemães, franceses e britânicos engloba também fortes núcleos de portugueses e de gregos.

Kwazulu — O bantustão criado para a etnia zulu e onde vivem perto de quatro milhões de negros, governados por Buthelezi, que não aceitou a pseudo-independência que Pretória lhe pretendia conceder (a exemplo da que fora dada ao Transkei, ao Bophutatswana, ao Venda e ao Ciskei).

Lutuli — O chefe tradicional Albert Lutuli aderiu ao ANC em 1945, foi perseguido pelas autoridades e conquistou o Prémio Nobel da Paz, por se ter manifestado durante anos a favor de uma campanha não violenta contra o sistema de segregação racial.

Magnus Malan — O ministro da Defesa que controlou tropas de ocupação da Namíbia e incurvou em Angola passa no fim deste mês a ocupar pastas de menor importância, como são a de Habitação e Obras Públicas e a das Águas e Florestas.

Nelson Mandela — Presidente do ANC, é hoje em dia o político negro mais conhecido em todo o continente e espera vir, dentro de poucos anos, a ser eleito Chefe de Estado, se a saúde lho permitir. Mas antes disso tem ainda pela frente um melindroso processo de negociações.

OUA — A Organização de Unidade Africana está à beira de levantar as sanções que aplicava a Pretória como forma de castigo por não ser dado o direito de voto a todos os cidadãos da África do Sul. E dentro de poucos anos este país poderá ser mais um dos membros da OUA, organização que abarca todo o continente.

Pik Botha — Logo a seguir ao alemão Hans-Dietrich Gens-

cher, e com poucas semanas de diferença, ele é o ministro dos Negócios Estrangeiros há mais tempo no exercício do cargo, tendo já servido nos governos de Vorster, Pieter Botha e Frederik de Klerk.

Qwaqwa — O mais pequeno dos bantustões, com a capital em Phuthaditjhaba, ocupa uma superfície de 655 quilómetros quadrados e tem cerca de 200 mil habitantes. É uma prova evidente de como os brancos sul-africanos tentaram dividir os negros, para melhor reinar.

Rand — Vale cerca de 45 escudos e é a moeda nacional de uma economia que já foi próspera e que nos últimos anos sofreu tremendamente o efeito das sanções aplicadas pela comunidade internacional. É de crer que se valorize quando a violência abrandar e o país entrar num curso mais normal.

Sanções — A forma que o mundo teve de dizer às autoridades sul-africanas que não era justo continuarem a defender o desenvolvimento separado de brancos, negros, índios e mestiços. Em grande parte resultaram e por isso o "apartheid" é já hoje letra morta, se bem que algumas das suas práticas permaneçam.

Tribalismo — Foi nele, no mais profundo da tradição africana, que o regime se estribou para separar e dividir os negros, impedindo-os de tentar formar uma nação em novos moldes, como os que entretanto iam surgindo no Ghana, Guiné, Libéria, Congo ou Zaire.

Umkonto we Sizwe (a lança da nação) — Braço armado do ANC, dirigido por Chris Hani, tem sido um dos maiores obstáculos a que o movimento de Nelson Mandela possa ser considerado uma força pacífica, verdadeiramente interessada na transição para um regime plenamente democrático.

Vertigtes — Os esclarecidos, em língua africana, foram ao longo das últimas décadas aqueles brancos liberais que viram a impossibilidade de o "apartheid" se concretizar e começaram a pensar na forma de o atenuar ou até mesmo abolir.

Winnie Mandela — A mulher do líder do ANC é uma das suas maiores dores de cabeça. Actualmente aguarda julgamento do recurso que interpôs por haver sido condenada a seis anos de cadeia, acusada de ter patrocinado o rapto e o espancamento de alguns jovens.

Zulus — O mais importante grupo negro da África do Sul, cuja aliança tem sido tentada pela comunidade branca como forma de evitar a governação do país pelo ANC.